

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Rui Manuel Carlos Nunes

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado em Segurança Pública

XXXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Atitudes Perante a PSP: Um Estudo Aplicado aos Jovens

Universitários de Lisboa

Orientador:

Prof. Doutor Paulo Machado

Lisboa, maio de 2025



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Rui Manuel Carlos Nunes

Aspirante a Oficial de Polícia

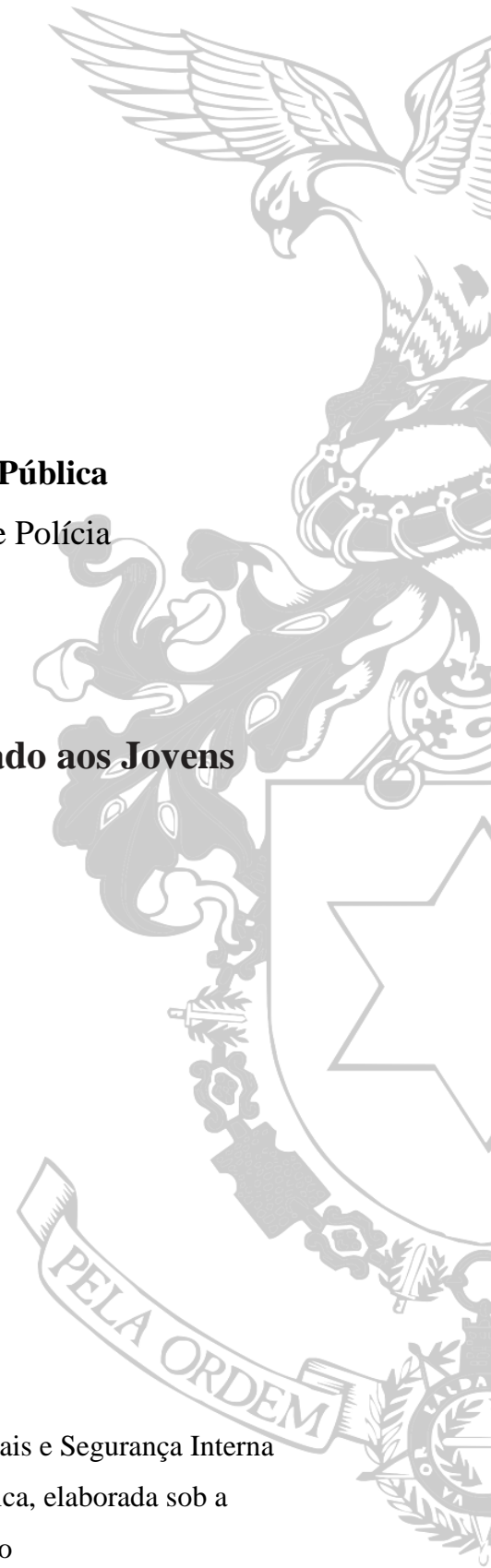
Dissertação de Mestrado em Segurança Pública

XXXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Atitudes Perante a PSP: Um Estudo Aplicado aos Jovens

Universitários de Lisboa

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
com vista à obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, elaborada sob a
orientação do Prof. Doutor Paulo Machado





Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso: XXXVII CFOP

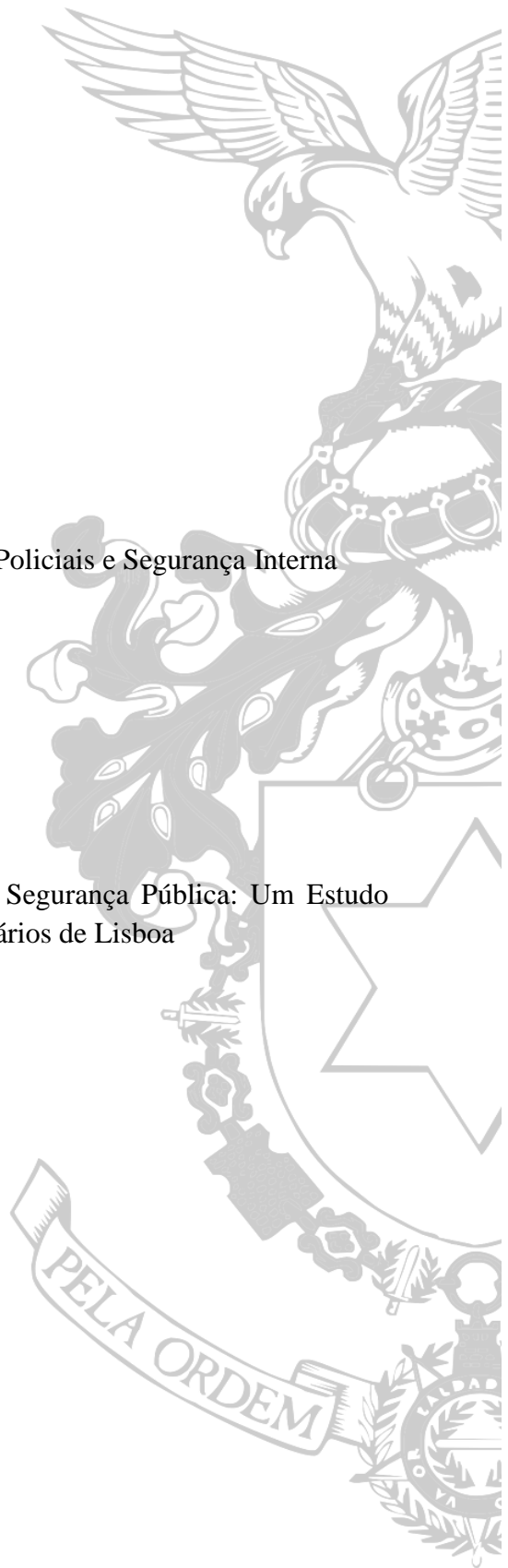
Orientador: Prof. Doutor Paulo Machado

Título: Atitudes Perante a Polícia de Segurança Pública: Um Estudo Aplicado aos Jovens Universitários de Lisboa

Autor: Rui Manuel Carlos Nunes

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: 13 de maio de 2025



Resumo

No exercício das suas funções, os polícias interagem com diversos grupos sociais, não sendo os jovens exceção. Estas interações influenciam as atitudes face à polícia, o que é de pertinente discussão num contexto em que a confiança nas instituições públicas tende a ser mais baixa entre os jovens. Esta dissertação explora o construto das atitudes e os fatores que contribuem para a sua formação no contexto da relação entre jovens e a Polícia. Com base num questionário aplicado *online*, os dados foram analisados através dos *softwares* SPSS e AMOS, com intuito de aferir o impacto de variáveis como idade, sexo, pertença a grupos sociais em desvantagem social, qualidade de vida, medo de vitimização e contacto direto ou indireto com polícias nas atitudes dos jovens. Os resultados revelam atitudes gerais tendencialmente positivas face à polícia, embora neutras quanto à perceção de imparcialidade; sendo que jovens pertencentes a grupos sociais em desvantagem social tendem a demonstrar atitudes gerais menos positivas e até negativas no que toca ao enviesamento policial.

Palavras-chave: atitudes, confiança, enviesamento policial, jovens, polícias.

Abstract

In carrying out their duties, police officers interact with various social groups, young people being no exception. These interactions influence attitudes towards the police, which is pertinent to discuss in a context where trust in public institutions tends to be lower among young people. This dissertation explores the construct of attitudes and the factors that contribute to their formation in the context of the relationship between young people and the police. Based on an online questionnaire, the data was analysed using SPSS and AMOS software, in order to assess the impact of variables such as age, gender, belonging to socially disadvantaged groups, quality of life, fear of victimization and direct or indirect contact with police officers on young people's attitudes. The results show that general attitudes towards the police tend to be positive, although neutral in terms of perceived impartiality; while young people belonging to socially disadvantaged groups tend to show less positive and even negative general attitudes towards police bias.

Keywords: Attitudes, police, police bias, trust, youth

ÍNDICE

Resumo	I
Abstract	II
Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico.....	5
1.1 Atitudes.....	5
1.2 Estrutura das atitudes.....	7
1.3 Formação e alteração das atitudes	9
1.4 Medição de atitudes	12
1.5 Atitudes e comportamentos	15
1.6 Atitudes – Conceitos relacionados	18
Capítulo II – Atitudes perante a Polícia	20
2.1 Atitudes perante a Polícia.....	20
2.1.1 Justiça Procedimental	22
2.1.2 Legitimidade policial.....	23
2.2 Importância do estudo das atitudes perante a Polícia.....	25
2.3 Atitudes dos jovens perante a Polícia.....	26
2.3.1 Conceito de jovem e demarcação da faixa etária em Portugal	27
2.4 Fatores que influenciam as atitudes perante a Polícia.....	29
2.4.1 Interações/Experiências com a Polícia	30
2.4.2 Origem étnico-racial e grupos sociais minoritários.....	33
2.4.3 Contexto de vizinhança e qualidade de vida	36
2.4.4 Sexo e idade.....	39
Capítulo III- Modelo de Investigação e Método	40
3.1 Hipóteses de estudo	40
3.2 Método.....	42
3.3 Caracterização do universo em estudo	43
3.4 Instrumento de recolha de dados	43
3.4.1 Sexo e pertença a grupos sociais minoritários.....	45
3.4.2 Estatuto socioeconómico	45
3.4.3 Contexto de vizinhança e qualidade de vida	47

3.4.4 Interações prévias com os polícias	47
3.4.5 Atitudes em relação aos polícias	48
3.5 Procedimentos de recolha de dados	49
3.6 Procedimentos de análise de dados	50
Capítulo IV – Apresentação e discussão de resultados	51
4.1 Descrição da amostra e resultados	51
4.1.1 Caracterização sociodemográfica dos participantes	51
4.1.2 Interações com os polícias e grau de satisfação com as mesmas	51
4.1.3 Atitudes relativamente aos polícias	52
4.2 Análise e discussão de resultados	53
4.2.1 Qualidade métrica das escalas	53
4.2.2 Correlação isolada entre as variáveis e as atitudes dos participantes	55
4.2.3 Discussão de resultados e teste de hipóteses	57
Conclusões	66
Referências Bibliográficas	70
Anexos e apêndices	84
Apêndices	84
Anexos	125

Índice de Figuras

Figura 1- Análise fatorial confirmatória da escala de atitudes	55
Figura 2 - Autorização para o uso da variável Posição Social Subjetiva	87
Figura 3 - Autorização para o uso da escala de atitudes de Jackson & Bradford (2019)	88
Figura 4 - Autorização para o uso da Perceptions of Police Scale (POPS).....	89
Figura 5 - Versão final da Perceptions of Police Scale (POPS) usada no estudo.....	90
Figura 6 - Questionário aplicado 1/9	91
Figura 7 - Questionário aplicado 2/9	92
Figura 8 - Questionário aplicado 3/9	93
Figura 9 - Questionário aplicado 4/9	94
Figura 10 - Questionário aplicado 5/9	95
Figura 11 - Questionário aplicado 6/9	96
Figura 12 - Questionário aplicado 7/9	97
Figura 13 - Questionário aplicado 8/9	98
Figura 14 - Questionário aplicado 9/9	99
Figura 15 - Mail modelo enviado aos estabelecimentos de ensino superior de Lisboa.....	100
Figura 16 - Colaboração por parte da Escola Superior de Educação João de Deus	101
Figura 17 - Colaboração por parte da Faculdade de Medicina da Universidade Católica Portuguesa	102
Figura 18 - Colaboração por parte do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade NOVA de Lisboa.....	103
Figura 19 - Distribuição dos participantes por sexo	106
Figura 20 - Idade dos participantes.....	106
Figura 21 - Distribuição por pertença a grupo social em desvantagem social	107
Figura 22 - Pai do participante e oportunidade de frequentar ensino superior.....	108
Figura 23 - Mãe do participante e oportunidade de frequentar ensino superior.....	109
Figura 24 - Distribuição por estatuto socioeconómico familiar	110
Figura 25 - Distribuição por estatuto socioeconómico próprio	111
Figura 26 - Qualidade de vida no bairro do participante	113
Figura 27 - Medo de ser vítima de um crime	114
Figura 28 - Interações diretas voluntárias com os polícias.....	115
Figura 29 - Satisfação com interações diretas voluntárias	116
Figura 30 - Interações diretas involuntárias	117
Figura 31 - Satisfação com interações diretas involuntárias	118

Figura 32 - Meios de contacto indireto.....	119
Figura 33 - Satisfação com interação indireta	120
Figura 34 - Tipo de interação em ambiente universitário.....	122
Figura 35 - Satisfação com interação em ambiente universitário.....	123
Figura 36 - Perceptions of Police Scale (POPS)	125
Figura 37 - Tradução certificada da Perceptions of Police Scale (POPS).....	126

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição das atitudes dos participantes	52
Tabela 2 - Moda e Média de cada componente da POPS.....	53
Tabela 3 - Análise das principais componentes da escala de atitudes.....	54
Tabela 4 - Estatísticas descritivas das principais componentes da escala de atitudes	55
Tabela 5 - Correlação entre as atitudes e o estatuto socioeconómico	57
Tabela 6 - Correlação entre as atitudes e a insegurança percecionada pelo participante	57
Tabela 7 - Comparação entre as atitudes de participantes pertencentes e não a minorias sociais	58
Tabela 8 - Comparação das atitudes entre sexo.....	58
Tabela 9 - Correlação entre as atitudes e o tipo de contacto direto	59
Tabela 10 - Correlação entre as atitudes e os contactos indirectos	59
Tabela 11 - Diferença de médias entre contacto direto voluntário e involuntário	59
Tabela 12 - Diferença de média nas atitudes conforme meio de contacto indirecto.....	60
Tabela 13 - Perceção de justiça procedimental por parte de jovens pertencentes a minorias	60
Tabela 14 - Atitudes e atuação policial em ambiente universitário.....	60
Tabela 15 - Atitudes e contacto direto ou indirecto em ambiente de ensino superior	61
Tabela 16 - Estrutura dos dados questionados	84
Tabela 17 - Correlações entre as variáveis e as atitudes dos participantes.....	104
Tabela 18 - Descrição da amostra	105
Tabela 19 - Idade dos participantes	106
Tabela 20 - Distribuição por pertença a grupo social em desvantagem social.....	107
Tabela 21 - Pai do participante e oportunidade de frequentar ensino superior	108
Tabela 22 - Mãe do participante e oportunidade de frequentar ensino superior	109
Tabela 23- Distribuição por estatuto socioeconómico familiar.....	110
Tabela 24- Distribuição por estatuto socioeconómico próprio.....	111
Tabela 25 - Média e desvio padrão do estatuto socioeconómico familiar e próprio.....	112
Tabela 26 - Média e desvio padrão da qualidade de vida e do medo de ser vítima de um crime	112
Tabela 27 - Qualidade de vida no bairro do participante	113
Tabela 28 - Medo de ser vítima de um crime	114
Tabela 29 - Interações diretas voluntárias com os polícias	115
Tabela 30 - Satisfação com interações diretas voluntárias	116

Tabela 31- Média e desvio padrão da satisfação com interações diretas voluntárias.....	116
Tabela 32 - Interações diretas involuntárias	117
Tabela 33- Satisfação com interações diretas involuntárias	118
Tabela 34- Média e desvio padrão da satisfação com interações diretas involuntárias	118
Tabela 35 - Meios de contacto indireto	119
Tabela 36 - Média de satisfação com interação indireta, por meio de interação.....	120
Tabela 37 - Satisfação com interação indireta.....	121
Tabela 38 - Média e desvio padrão da satisfação com interação indireta	121
Tabela 39 - Tipo de interação em ambiente universitário	122
Tabela 40 - Satisfação com a interação mantida em ambiente universitário.....	123
Tabela 41 - Média e desvio padrão da satisfação dos participantes com a interação mantida em ambiente universitário	123
Tabela 42 - Estatísticas descritivas quanto ao sexo e as atitudes em relação à Polícia.....	124

Introdução

A relação entre a Polícia e os cidadãos é um assunto que cada vez mais tem vindo a ser objeto de debate (Klein et al., 1978; Hinds, 2007), sobretudo dado que a eficácia da polícia depende da cooperação do público (Bradford, 2012). A Polícia de Segurança Pública (PSP) é uma instituição orientada para o serviço público, tornando-se uma das principais instituições de segurança pública em Portugal. Pode-se dizer que a PSP é uma instituição que se encontra ao serviço da população, sendo que tal implica que esta se preocupe de forma contínua em melhorar a sua imagem e em manter um elevado nível de profissionalismo (Ferreira, 2017).

Sendo que a PSP serve ininterruptamente os cidadãos, está constantemente sob escrutínio, existindo uma baixa tolerância para erros (Banha, 2024). Este escrutínio tem-se vindo a agravar dado o rápido avanço tecnológico (Robertson, 2018). Conforme Robertson (2018), o escrutínio da atividade policial é potenciado pelos vídeos de telemóvel e pelas redes sociais, que podem trazer a público determinados comportamentos policiais que não seriam de conhecimento público sem tais meios. As redes sociais, em específico, têm vindo a desempenhar um papel fundamental no escrutínio das polícias, permitindo a partilha de imagens de forma instantânea (Crosby, 2018), sobretudo nos jovens (Sumadevi, 2023).

Perante o crescente escrutínio da atividade policial a PSP deve adotar condutas que promovam perceções positivas a nível de legitimidade e justiça. A justiça procedimental (*procedural justice*) é um conceito central para a construção de confiança entre os cidadãos e a Polícia (Tyler, 1990). Este termo remete-nos para a avaliação da justiça dos procedimentos adotados pelas autoridades – policiais e outras -; implicando que, quando um indivíduo abordado pela Polícia percebe a abordagem como justa, tende a cooperar com esta (Dai et al., 2011).

A confiança nas instituições públicas é importante para garantir a estabilidade democrática, ainda que se verifique um declínio desta no panorama europeu (Marozzi, 2014). Sabe-se que a confiança nas instituições policiais é mais frágil entre jovens, quando em comparação com adultos (Sindall et al., 2017); isto porque estes tendem a socializar em locais públicos e desafiam mais a lei (Brunson & Weitzer, 2008); estando mais propensos a ter encontros desagradáveis com a Polícia.

Compreender a relação entre os jovens e a PSP é particularmente relevante no contexto universitário, dado que o ensino superior desempenha uma função central no desenvolvimento das identidades, atitudes e perceções que jovens possuem do mundo

(Arnett, 2000). A educação universitária expõe os estudantes a uma variedade de fatores que os conduz a questionar e reconsiderar as crenças que a sua vida – infância e adolescência – lhe proporcionaram (Perry, 1999). Ao longo dos anos de faculdade, muitos jovens acabam por adotar uma visão do mundo bastante diferente daquela que possuíam antes (Arnett 2000). Torna-se interessante estudar em específico os jovens universitários, dado também que estes já sofreram as fases mais relevantes da socialização, sobretudo no que diz também respeito ao interiorizar normas sociais e consequente desenvolvimento de atitudes para com a Polícia (Farren et al., 2018).

A presente investigação subordina-se às linhas de investigação científica divulgadas pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI); dizendo respeito ao tema Polícia e Sociedade – Confiança e satisfação do público diante da atividade da PSP.

O presente estudo visa aplicar a mesma metodologia de Dias (2021), porém, a uma população diferente; permitindo uma visão mais representativa dos jovens universitários de Lisboa perante a PSP.

Conforme Forthin (2000), qualquer investigação tem como ponto inicial um fenómeno que exige uma melhor compreensão. Um problema de investigação retrata uma situação que necessita de uma solução, melhoramento ou modificação (Forthin, 2000). Assim, pretende-se analisar as atitudes dos jovens universitários perante a PSP, identificando formas de melhorar tal relação. Neste sentido, tem-se como pergunta de investigação “Quais os fatores que influenciam as atitudes dos jovens universitários perante a Polícia de Segurança Pública?”.

O objetivo geral da presente investigação é identificar e analisar as atitudes dos jovens universitários que estudam em Lisboa perante a PSP, e perceber em que medida as variáveis mencionadas pela literatura influenciam tais atitudes.

Deste modo, no que concerne a objetivos específicos, procura-se perceber em que medida as variáveis mencionadas pela literatura influenciam as atitudes dos jovens estudantes de ensino superior em Lisboa face à autoridade policial; bem como captar se a atuação da PSP na reposição da ordem pública em alguns estabelecimentos de ensino superior conduz a atitudes mais negativas relativamente à instituição. Em adição ao mencionado, procura-se também identificar áreas em que a Polícia de Segurança Pública se deve focar em ordem a melhorar as atitudes do público alvo deste estudo.

Nesta senda, foram definidas 5 hipóteses teóricas, cada uma delas detalhadamente dissecada em fase posterior da presente investigação:

H1: Variáveis como o sexo, o contexto de vizinhança, a qualidade de vida, o estatuto socioeconómico e/ou a pertença a um grupo social minoritário, estão significativamente correlacionadas com as atitudes de jovens estudantes de ensino superior em Lisboa relativamente aos polícias da PSP.

H2: A experiência prévia com os polícias e o grau de satisfação com os contactos que os estudantes universitários mantiveram com os polícias são fatores que influenciam as atitudes em relação aos polícias.

H3: O meio através do qual os jovens têm conhecimento de atuações policiais influencia as suas atitudes em relação à PSP.

H4: Os jovens estudantes de ensino superior de Lisboa percebem os polícias como justos e imparciais na sua atuação.

H5: Jovens que tenham conhecimento de alguma atuação por parte da PSP em ambiente universitário possuem atitudes mais negativas relativamente à instituição.

Por forma a colmatar a lacuna na literatura nacional no que concerne às atitudes relativamente aos polícias, o presente estudo aplicou a metodologia de Dias (2021) por forma a obter uma perspetiva mais localizada e aprofundada; procurando contribuir para o debate sobre o policiamento e a confiança pública. Deste modo, foi adotada uma abordagem quantitativa por forma a investigar as variáveis identificadas na literatura com capacidade para influenciar as atitudes dos jovens.

Foi aplicado um questionário *online* através da plataforma *google forms*, composto por perguntas de resposta fechada; permitindo assim a medição de crenças e perceções dos participantes. A aplicação do questionário foi restrita a jovens estudantes num estabelecimento de ensino superior na cidade de Lisboa e com idades entre os 18 e os 25 anos, com questões de controlo para diminuir a possibilidade de indivíduos externos ao universo em questão participarem.

A amostra foi obtida mediante a técnica de amostragem por efeito bola de neve, visando a recolha do maior número de respostas num determinado espaço de tempo – de 8 a 22 de março de 2025. A cessação da aceitação de respostas prendeu-se com a diminuição de adesão ao questionário ao longo dos dias, permitindo perceber que a amostra se começava a encontrar algo saturada.

Os dados resultantes da aplicação do questionário foram devidamente organizados e analisados com recurso aos Softwares SPS – Versão 24 e AMOS – Versão 24, permitindo assim a devida verificação das hipóteses teóricas apresentadas ao longo do estudo.

A análise dos dados recolhidos junto de 458 respostas válidas permitiram-nos atingir um conjunto de resultados e conclusões. Por um lado, as atitudes gerais relativamente à Polícia por parte dos participantes evidenciam um panorama significativamente positivo, destacando a forma como os jovens sentem que os polícias providenciam proteção e pertencem a uma instituição de utilidade pública. Por outro lado, as atitudes relativas à dimensão do enviesamento policial situa-se numa zona neutra, sendo especialmente crítica (negativa) entre participantes que se identificam como pertencentes a grupos sociais em desvantagem social. O referido sugere que, ainda que se comprove que a experiência com a Polícia seja um indicador fortemente significativo de atitudes, as variáveis como o estatuto socioeconómico e a pertença a grupos sociais minoritários também se revelam com elevada capacidade de influência. Adicionalmente, as correlações significativas entre o contacto (voluntário ou involuntário) e as atitudes reforçaram a importância de procurar sensibilizar os polícias para contactos positivos que construam uma imagem favorável da instituição; instigando assim uma maior reflexão sobre as componentes de justiça procedimental e imparcialidade policial.

Por fim, ainda que os instrumentos de medida empregues tenham demonstrado validade e fiabilidade, os resultados abrem caminho para a investigação das variáveis analisadas de forma mais aprofundada, com recurso a métodos de medição mais objetivos.

Em suma, os resultados do presente estudo procuram conduzir a um enriquecimento do debate teórico no que diz respeito às atitudes em relação aos polícias, garantindo a replicabilidade para que futuras investigações possam vir a dissecar o tema de forma mais detalhada, construindo assim uma melhor relação entre a instituição e a sociedade.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

1.1 Atitudes

O comportamento humano é complexo e de difícil caracterização, não se retratando apenas no comportamento individual, mas também na dinâmica de grupos e comunidades (Ajzen, 1991). Dentro de tamanha complexidade, as atitudes e a alteração destas permanece um tópico central na comunidade científica (Cooper & Croyle 1984); sendo o conceito de atitude(s) um dos fundamentais da Psicologia Social (Allport, 1935; Lima & Correia, 2017).

Eagly & Chaiken (2007) referem a dificuldade em definir o que é uma atitude, dada a extensão da literatura atual. O ser humano reage perante o mundo de forma constantemente avaliativa, sendo que as suas ações envolvem frequentemente juízos favoráveis ou desfavoráveis em relação a algum tipo de objeto(s), pessoa(s), evento(s) (Albarracín et al., 2005).

De forma frequente, as conceptualizações relativas ao conceito em análise possuem três componentes importantes, isto é, são vistas como tripartidas em: afetos, cognições e comportamentos observáveis/ mensuráveis (Fishbein & Ajzen, 1975; Albarracín et al., 2005; Fabrigar et al., 2005; Hogg & Vaughan, 2008; Lima & Correia, 2017; Moreira, 2020). Os primeiros estão diretamente relacionados com os sentimentos de um indivíduo, sendo que os segundos se consubstanciam na associação entre um determinado objeto e um determinado atributo e, por sua vez, os terceiros traduzem-se nas ações de um indivíduo.

Geralmente, as atitudes são definidas como predisposições para avaliar de forma favorável ou desfavorável um determinado objeto, pessoa, situação (Schuman & Johnson, 1976; Eagly & Chaiken, 1993); acontecimento ou instituições (Fishbein & Ajzen, 1972). Neste sentido, e por forma a complementar, Albarracín et al. (2018) referem que o alvo ou objeto de uma atitude pode assumir diversas formas: um objeto, uma pessoa, uma ideia abstrata ou ser relativa a um determinado assunto (Ajzen, 2001).

Numa perspetiva histórica, uma atitude consubstancia-se num processo individual que determina atividades possíveis ou reais de um indivíduo no mundo social (Thomas & Znaniecki, 1996); sendo vista por Allport (1935) como um “estado de preparação mental ou neural, organizado através da experiência e exercendo uma influência dinâmica sobre as respostas individuais a todos os objetos ou situações” (p.168).

Ainda que se verifique uma dificuldade em encontrar uma definição consensual para o termo, algo é transversal a todos os autores: as atitudes devem ser vistas como uma

avaliação de um determinado elemento em análise (Eagly & Chaiken, 1993; Ajzen, 2001; Albarracín et al., 2005; Fabrigar et al., 2005; Poças, 2009).

Focados no prisma avaliativo, Albarracín et al. (2018) definem atitudes como avaliações implícitas ou explícitas de um determinado alvo, avaliações essas que possuem implicações para toda a vida social (Albarracín & Vargas 2010). Estudar uma atitude é, então, estudar uma avaliação (Albarracín & Shavitt, 2018).

Ainda que as atitudes sejam apontadas como avaliações, existem diferenças passíveis de discussão no que diz respeito às diversas definições que a literatura nos oferece quanto a este assunto. Poças (2009) partilha de tal opinião, dizendo que se pode verificar a existência de diferenças entre definições de início de Século XX e definições mais recentes. Num passado mais distante, é focada a componente individual das atitudes, e a sua influência nas ações, sendo que em literatura mais recente se encontra destacada a componente avaliativa das atitudes (Poças, 2009).

Determinados fatores ambientais podem espoletar avaliações de forma automática, sem qualquer tipo de controlo consciente por parte do indivíduo (Fazio et al., 1986; Jordan & Whitfield, 2009). Neste sentido, a literatura distingue as atitudes em dois tipos: explícitas e implícitas (Greenwald & Banaji, 1995; Jordan & Whitfield, 2009), sendo que estas podem coexistir em relação ao mesmo alvo/objeto (Wilson et al., 2000). As primeiras são aquelas de que estamos conscientes, sendo capazes de as descrever ou discutir (Greenwald & Banaji, 1995); sendo juízos avaliativos deliberados (Jordan & Whitfield, 2009). As segundas, por sua vez, contrastam com as primeiras. São traços de experiências passadas que levam a uma alteração do comportamento de um indivíduo sem que este se aperceba (Greenwald & Banaji, 1995), consubstanciando-se em avaliações e reações automáticas (Jordan & Whitfield, 2009).

As atitudes também variam entre a generalidade e a especificidade. Uma atitude em relação a um determinado indivíduo, por exemplo, é específica no alvo. Não obstante, muitas atitudes são gerais, como é o caso de atitudes em relação a instituições. Algumas pessoas possuem atitudes positivas ou negativas a uma determinada generalidade, ainda que se possam verificar algumas exceções a nível individual (Helper & Albarracín, 2013).

Cooper & Croyle (1984) referem que importa perceber em que medida as atitudes podem vir a refletir comportamentos, sendo que existem sobretudo duas perspetivas neste tópico: uma que diz que os indivíduos, de forma genérica, agem em conformidade com as suas atitudes, e outra que diz que as atitudes não são a melhor forma de prever comportamentos. Ajzen (1991) refere que as atitudes são uma das principais determinantes

dos comportamentos, influenciando os mesmos. É de salientar ainda que tal relação pode não ser direta, dependendo também de fatores sociais (Ajzen, 1991).

1.2 Estrutura das atitudes

A estrutura das atitudes refere-se aos componentes internos que as formam e sustentam as atitudes individuais, como os elementos cognitivo, afetivo e comportamental. Além dessa composição interna, as atitudes também podem ser organizadas pelo próprio indivíduo em categorias, como que por zonas: zona de aceitação, zona de rejeição e zona de não comprometimento (Lima & Correia, 2017); ou avaliadas em relação à sua emoção ou percepção enquanto positivas, negativas, de indiferença ou ambivalentes (Dias, 2021). Tal organização reflete não apenas as percepções e sentimentos de um sujeito, mas também os critérios que o mesmo usa para avaliar e posicionar suas atitudes de acordo com valores pessoais e normas sociais.

Ora, já anteriormente foi referida a tripartição das atitudes em componentes afetiva, cognitiva e comportamental (Fishbein & Ajzen, 1975; Albarracín et al., 2005; Fabrigar et al., 2005; Hogg & Vaughan, 2008; Lima & Correia, 2017; Moreira, 2020). Aronson et al. (2018) reforçam a importância da divisão das atitudes nestas três componentes, referindo que nem todas as componentes possuem o mesmo peso em todas as atitudes. Assim, pode-se verificar a existência de atitudes que são mais pautadas por fatores cognitivos, e outras por fatores afetivos, por exemplo (Aronson et al., 2018). Ainda que este desequilíbrio na influência das atitudes se possa verificar, é de mencionar que não significa que as atitudes sejam exclusivamente afetivas ou cognitivas; mas sim mais influenciadas por alguma destas componentes na sua formação, manutenção e alteração (Moreira, 2020).

A componente afetiva envolve os sentimentos que as pessoas vivenciam, os quais podem estar ou não ligados a um objeto ou acontecimento específico. (Fishbein & Ajzen, 1976; Berkowitz, 2000). Esta componente leva a uma avaliação do objeto em análise e é bipolar, podendo traduzir-se numa polaridade negativa ou positiva; tendo também um nível de intensidade, que pode variar entre fraco e forte (Moreira, 2020). Deste modo, as atitudes com maior pendor afetivo caracterizam-se pela fraca influência cognitiva, estando intimamente conectadas com os valores do indivíduo (Moreira, 2020).

A componente cognitiva traduz-se numa associação de probabilidade de associação entre um determinado objeto e um determinado atributo (Fishbein & Ajzen, 1975; Albarracín et al., 2005). Esta componente traduz-se, então, numa representação cognitiva do objeto da

atitude, envolvendo crenças e ideias que conectam um objeto aos seus atributos, expressando raciocínios mais ou menos favoráveis (Moreira, 2020). Esta componente traduz-se numa classificação dos pontos positivos ou negativos de um determinado objeto, para que o indivíduo consiga atribuir ao mesmo um determinado nível de importância (Aronson et al. 2018; Moreira, 2020).

Por fim, a componente comportamental das atitudes traduz-se em ações concretas, isto é, comportamentos. É concebida através da relação entre as componentes cognitiva e afetiva (Rodrigues et al. 2016; Moreira, 2020). As atitudes de base comportamental representam, deste modo, comportamentos específicos.

Ainda que as três componentes, de um ponto de vista meramente conceptual, possam ser completamente distintas, estas influenciam-se mutuamente (Eagly & Chaiken, 1993; Lima & Correia, 2017; Moreira, 2020). É que as componentes cognitivas e afetivas traduzem-se em dimensões avaliativas, complementando-se no que diz respeito a um juízo de valor perante um determinado objeto (Lima & Correia, 2017; Moreira, 2020). Estas avaliações podem ser expressas através de comportamentos ou emoções, sendo que Moreira (2020) refere que, por exemplo, uma pessoa com atitudes favoráveis para com o consumo de drogas pode estar mais propensa a consumir efetivamente drogas e uma pessoa com uma atitude desfavorável perante o mesmo comportamento pode ter medo de o adotar. A relação entre atitudes e comportamentos será abordada posteriormente, em capítulo próprio.

Ainda que o modelo de tripartição das atitudes seja o mais aceite pela literatura científica, existem outros modelos, que defendem que as atitudes que não são constituídas por 3 componentes. Conforme Moreira (2020), existe o modelo monocomponente, que defende que as atitudes são exclusivamente afetivas e o modelo bicomponente, que surgiu em virtude da escala de Thurstone (vide capítulo relativo a medição de atitudes), que defende que as atitudes podem ser cognitivas e afetivas.

Quanto à organização das atitudes por parte do próprio indivíduo, Lima & Correia (2017) referem que o sujeito pode categorizar as atitudes por zonas: de aceitação, de rejeição e de não comprometimento. A zona de aceitação está subjacente às crenças que o indivíduo considera aceitáveis, sendo que as outras estão relacionadas com as crenças que o indivíduo considera inaceitáveis e as que não são consideradas quer aceitáveis quer inaceitáveis.

1.3 Formação e alteração das atitudes

No estudo das atitudes, os investigadores procuram entender os fatores que influenciam as avaliações em si subjacentes, abordando desde a sua formação inicial até aos processos de mudança, à forma como são representadas na memória de um indivíduo e como se podem vir a manifestar em ações concretas (Albarracín et al., 2005).

As atitudes são desenvolvidas em virtude do processo de socialização, tendo a sua formação e mudança influência de dois tipos de fatores: biológicos e ambientais (Fishbein & Ajzen, 1975; Albarracín & Vargas, 2010). Os primeiros dizem respeito a fatores genéticos e os segundos a fatores sociais.

Briñol & Petty (2005), referem que o modelo *elaboration likelihood model of persuasion* (ELM) é o principal modelo que permite avaliar como diferentes variáveis possuem impacto nas atitudes das pessoas. O ELM foi criado por Petty & Cacioppo (1986) e procura explorar a forma como diferentes tipos de estímulos se traduzem numa mudança de atitudes e, possivelmente, numa consequente alteração de comportamentos. Esta teoria é de elevado relevo no estudo da alteração das atitudes, isto porque nos mostra que existem diversos fatores que moldam as atitudes, e que estas se alteram ao longo da vida. Se, numa fase mais embrionária das nossas vidas as nossas atitudes são algo hedonistas, com o passar do tempo e com o acumular de conhecimento, estas atitudes vão-se alterando, sobretudo porque cada indivíduo desenvolve determinados modelos de julgamento, modelos morais, e crenças (Petty & Cacioppo, 1986).

Atendendo ao referido, ao longo que os indivíduos avançam para novas fases da vida, as suas atitudes perante um determinado assunto/ objeto também se alteram. Krosnick (1989) refere que existem três teorias em relação a este tópico: a hipótese dos anos impressionáveis (*impressionable years hypothesis*), a hipótese da persistência crescente (*increasing persistence hypothesis*) e a hipótese de abertura ao longo da vida (*life-long openness hypothesis*). A primeira diz-nos que indivíduos com vivências de infância similares vão ter atitudes base semelhantes, sendo que estas, mais tarde, podem vir a ser ligeiramente alteradas através de condições económicas, sociais e políticas (Krosnick, 1989). A segunda diz-nos que os indivíduos são eminentemente flexíveis e altamente moldáveis às circunstâncias a que são expostos enquanto jovens, mas que essa flexibilidade vai diminuindo à medida que a idade avança (Krosnick, 1989). Podemos perceber que esta teoria nos diz que as principais/maiores alterações em termos de atitudes se vão verificar em indivíduos de menor idade. Por fim, a terceira teoria defende que as atitudes de cada sujeito são bastante flexíveis

ao longo de toda a sua vida, moldando o indivíduo as suas atitudes ao ambiente em que se encontra; por forma a dar resposta às circunstâncias que lhe são apresentadas.

Ainda que as teorias apresentadas possam apresentar algumas diferenças entre si, algo é comum a todas: a aceitação de que um indivíduo pode resistir à alteração das suas atitudes (Krosnick, 1989). É que um indivíduo encontra o seu conforto social através da associação a um determinado grupo de pessoas que partilhem visões semelhantes às dele, o que pode ser uma condicionante às teorias supra (Newcomb, 1967). A resistência à mudança de atitudes pode então ser reforçada pelos laços sociais de um indivíduo, dado o desejo de pertença que estes possuem e a sua disposição a moldar as atitudes de acordo com as pessoas ao seu redor.

Pode-se perceber então a panóplia de fatores que pode influenciar as atitudes. A literatura tende a estudar os fatores ambientais, enfatizando a importância do contexto social e histórico; sugerindo que as interações sociais desempenham um papel significativo na formação e na alteração de atitudes (Albarracín & Vargas, 2010, Albarracín & Shavitt, 2017). Albarracín & Shavitt (2017) referem que o contexto social é um dos principais fatores que moldam atitudes. Assim, estudar a relevância que a visão de terceiros, a interação com amigos e conhecidos e as redes sociais possuem é fundamental.

A experiência direta com um determinado alvo proporciona informação acerca dos seus atributos, o que também pode conduzir a uma alteração das nossas crenças e do quanto gostamos (ou não) desse determinado alvo, sendo assim um fator decisivo na formação de atitudes (Fishbein & Ajzen, 1975; Dias, 2021). Neste sentido, até uma experiência com pequenos traços traumáticos/ negativos (*mildly traumatic*) pode vir a ser determinante para uma construção de uma atitude negativa (Hogg & Vaughan, 2018). Assim, experiências que um sujeito considere como negativas, podem vir a conduzir para o desenvolvimento de atitudes negativas face a um determinado alvo.

Por outro lado, o contacto com um determinado objeto não se refere apenas à interação em si. A mera exposição do indivíduo a um determinado estímulo também é passível de alterar a forma como este o avalia (Zajonc, 1968). A isto a literatura chama o efeito de mera exposição (*mere exposure effect*) (Zajonc, 1968; Hogg & Vaughan, 2018; Dias, 2021). A associação repetitiva é outro fator que pode conduzir à mudança atitudinal (Hogg & Vaughan, 2018). A presença de um determinado estímulo de forma repetitiva pode conduzir à alteração de atitudes. O nível de favorecibilidade por um determinado objeto muda conforme a consistência com que este é associado a um determinado estímulo, seja este positivo ou negativo.

Outro prisma de análise no que diz respeito à formação e alteração de atitudes debruça-se sobre a aprendizagem por observação (*observational learning*). A formação de atitudes também pode estar associada a um processo social de aprendizagem (Hogg & Vaughan (2008). Associados a este processo de aprendizagem podem estar diversos fatores: os pais, os *media* e a *internet* são um exemplo.

Algumas atitudes são aprendidas bastante cedo, sendo os pais e os pares um grande fator de influência neste processo (Hogg & Vaughan, 2008). Ainda que uma correlação entre as atitudes dos pais e dos filhos seja inegável, esta é diferente para atitudes específicas e gerais. É possível verificar uma relação positiva entre as atitudes específicas dos filhos e dos pais, porém, esta é mais fraca do que a relação entre atitudes gerais (*broad attitudes*) (Hogg & Vaughan, 2008); isto visto que os pais socializam e transmitem, até certo ponto, as suas preferências aos seus filhos (Bisin & Verdier, 2001). Sendo a influência por parte dos pais mais marcante na formação de atitudes gerais, mas menos direta em questões específicas, revela-se possível a outros fatores sociais moldarem as atitudes de cada indivíduo.

Deste modo, existem diversas fontes de aprendizagem, sendo que as principais que moldam as nossas atitudes são as ações das pessoas que nos rodeiam; bem como livros, os *media* e a *Internet*. Os meios de comunicação social e a *Internet*, por sua vez, também são fatores que podem ter uma elevada influência nas atitudes, sobretudo dado que são ferramentas que vieram a facilitar enormemente o acesso à informação e comunicação (Amin et al.; 2018). Neste âmbito, a televisão tem um papel de relevo na influência de atitudes, sobretudo em crianças, visto estas não terem um forte desenvolvimento de atitudes, sobretudo no que diz respeito a temas políticos (Goldberg & Gorn, 1974; Hogg & Vaughan, 2008). Os impactos dos meios de comunicação social não se limitam às atitudes de crianças a nível político; sendo que também são verificados impactos nas atitudes de adultos, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de potenciais atitudes favoráveis à agressão sexual (MacKay & Covell, 1997).

A cobertura mediática pode também vir a ter influência naquelas que são as atitudes raciais dos indivíduos. Neste contexto, não só a televisão é crucial, como também as redes sociais desempenham um fator crucial (Amin et al., 2018). As redes sociais são, talvez, o principal palco de disseminação de discursos de ódio e preconceito, o que claramente conduz a que as atitudes dos indivíduos sejam significativamente moldadas (Amin et al., 2018).

Ainda que a comunidade científica esteja a estudar cada vez mais a influência que a *Internet* possui na formação de atitudes da população, Hogg & Vaughan (2008) referem que

esta ainda não é suficiente; sobretudo dado que todos sabemos que a *Internet* é o meio através do qual a maioria das pessoas aprende e molda as suas atitudes.

Os processos de formação e alteração das atitudes são complexos e dinâmicos, sendo condicionados por um vasto leque de fatores, incluindo fatores biológicos ou ambientais. É evidenciado pela literatura a importância das experiências vividas, do contexto social e das interações individuais e coletivas na formação das atitudes. Posta esta multiplicidade de fatores, é claro que estudar as atitudes e os fatores que as moldam exige uma análise abrangente. Ao longo dos próximos capítulos serão explorados os fatores que podem conduzir à alteração de atitudes, sobretudo no que diz respeito às atitudes dos jovens perante a PSP.

1.4 Medição de atitudes

Todos nós temos gostos e desgostos, sendo que avaliamos positivamente ou negativamente um conjunto de alvos diariamente. Quando se medem atitudes, procura-se perceber o nível de favorecimento ou desfavorecimento de uma pessoa ou um grupo de pessoas para com um determinado objeto (Arul & Misra, 1977).

A medição de atitudes torna-se um importante tópico de discussão no âmbito do tema em apreço, sobretudo dado o objetivo de procurar quantificar e compreender as predisposições das pessoas em relação a um determinado tema. Ao longo do tempo, várias abordagens metodológicas foram desenvolvidas, cada uma com as suas vantagens e limitações. Estas podem incluir métodos diretos, como questionários ou métodos indiretos, como medidas implícitas que procuram extrair atitudes menos conscientes. Analisar a evolução das técnicas de medição oferece uma base sólida para entender como esta pode ser aprimorada e adequadamente aplicada em diferentes cenários.

Atentando na distinção apresentada anteriormente entre atitudes implícitas e explícitas, importa também discutir a medição de atitudes atendendo a esta diferença. Neste campo de análise, Jordan & Whitfield (2009) referem que as atitudes explícitas se traduzem em juízos avaliativos deliberados, muitas das vezes avaliadas através de escalas de autorrelato ou questionários, enquanto as atitudes implícitas refletem reações menos imediatas, sendo medidas de forma indireta.

São encontradas diversas formas de medir atitudes na literatura, sendo estas divididas em dois grupos: medidas diretas e indiretas (Lima & Correia, 2017). Nas medidas diretas, pergunta-se de forma direta a um indivíduo qual é a sua atitude relativamente a um

determinado alvo em análise, sendo que nas indiretas a atitude é apreendida através de um indicador diferente da mera resposta do participante. Assim, as primeiras definem-se pelo controlo que o participante tem sobre as mesmas, e as segundas traduzem-se em processos automáticos (Jordan & Whitfield, 2009 & Lima & Correia, 2017). Em adição, alguns autores referem como principais métodos a observação direta e o questionamento direto (Arul & Misra, 1977 e Hogg & Vaughan, 2008).

No que diz respeito à observação direta, importa desde logo referir que esta diverge da literatura que afirma que as atitudes, por serem construtos hipotéticos, não podem ser diretamente observáveis (Lima & Correia, 2017). É que este método de estudo está focado no ideal de que a análise de um comportamento corresponde a uma determinada atitude similar. Assim, consubstancia-se na observação de um comportamento de um indivíduo cujas atitudes se está a procurar estudar. Este método apresenta desde logo limitações, dado o desafio que se pode revelar observar os comportamentos de um largo grupo de indivíduos; isto em situações em que se pretende estudar as atitudes de uma grande amostra (Arul & Misra, 1977, Hogg & Vaughan, 2008). Neste sentido, e conjugando as afirmações de Lima & Correia (2017) com o que este método representa, podemos perceber que este se torna ineficaz; não medindo atitudes, mas sim proporcionando uma possibilidade de estudo dos traços de personalidade do indivíduo (Lima & Correia, 2017).

Quanto ao questionamento direto – enquadrado nas medidas diretas de Lima & Correia (2017) - referido por Arul & Misra (1977) e Hogg & Vaughan (2008), este é uma forma claramente explícita de medir atitudes; sendo que passa por procurar diretamente ao indivíduo em estudo a forma como se sente em relação a um determinado objeto, sendo muitas das vezes traduzido em escalas onde o sujeito concorda ou discorda com um determinado conjunto de fatores (Arul & Misra, 1977; Hogg & Vaughan, 2008; Lima & Correia, 2017; Medeiros 2018). Ainda que um método favorável quando se pretende estudar uma amostra considerável, é importante ter em mente que este método permite uma mais fácil contaminação, sobretudo quando quem questiona é parte da entidade a ser avaliada pelo inquirido (Arul & Misra, 1977).

O método anterior consubstancia-se na forma mais comum de medir atitudes (Lima & Correia, 2017). Assim, o breve enquadramento apresentado no parágrafo acima não se revela suficiente, sendo necessária uma análise mais aprofundada de tal método. Para o objetivo, importa regressar à divisão que Lima & Correia (2017) apresentam no que diz respeito aos métodos de medição de atitudes: medidas diretas e indiretas (ou implícitas). É que, no âmbito das medidas diretas, muitas das vezes são utilizadas escalas de atitudes, que procuram medir

“atitudes através das crenças, opiniões e avaliações” (Lima & Correia, p. 205) dos indivíduos, através da “autodescrição e posicionamento individual” (Lima & Correia, p.205).

Neste âmbito, importa referir as diversas escalas que foram propostas ao longo do tempo para medição de atitudes. Numa primeira fase, foram desenvolvidas em 1928 as escalas intervalares de Thurstone, que se focavam em estímulos (Lima & Correia, 2017; Medeiros, 2018); procurando encontrar relações entre os atributos do mundo e as sensações psicológicas que este produz no sujeito (Lima & Correia, 2017). Ainda que à data da sua criação (1928) se tenha revelado como um enorme avanço, este tipo de escala tem sido cada vez menos utilizado pela comunidade científica por uma diversidade de fatores; práticos, metodológicos e científicos (Lima e Correia, 2017).

Quatro anos após a proposta de Thurstone (em 1932), Lickert propõe uma nova técnica. Esta proposta foca-se no indivíduo em si, localizando-o diretamente em termos de atitude. A principal diferença entre a escala apresentada por Lickert e a escala anteriormente apresentada (Thurstone, 1928) reside no facto de, na proposta de Lickert, a “seleção de frases que compõem a escala ser feita pelo investigador” (Lima & Correia, 2017), com o intuito de apenas se mensurar dois tipos de atitudes: uma claramente favorável e uma claramente desfavorável em relação a um determinado objeto. Esta escala é muito mais fácil de se construir e aplicar em relação à anterior, sendo muito popular na avaliação de atitudes (Lima & Correia, 2017).

Ao longo do tempo, as metodologias de medição de atitudes evoluíram em ordem a se adaptarem às diversas formas de avaliação de juízos e predisposições dos indivíduos. A distinção entre medidas diretas e indiretas revela-se fundamental para entender os diferentes níveis de consciência e reflexão associados às atitudes, e cada abordagem oferece vantagens específicas para o estudo dos fenómenos sociais. A análise histórica, desde as escalas intervalares de Thurstone até às escalas de Lickert (que ainda hoje são muito comuns) e diferenciadores semânticos, permite-nos observar como a medição de atitudes evoluiu para se tornar mais precisa e aplicável a contextos variados. Reconhecer os limites e as potenciais distorções de cada método contribui para um uso mais eficaz e ético das técnicas de medição, aumentando a validade e a aplicabilidade dos dados obtidos para interpretar as complexas dinâmicas das atitudes no contexto social.

A escolha de um método ideal para medir atitudes depende então de múltiplos fatores, como a natureza da atitude estudada, e o tamanho da amostra que se pretende estudar, por

exemplo. Neste sentido, será ainda discutida, posteriormente, a técnica de medição de atitudes a adotar no presente estudo.

1.5 Atitudes e comportamentos

No início do estudo das atitudes, assumia-se a existência de uma coerência entre atitudes e comportamentos, sendo esse o principal motivo que levou a uma grande tentativa de criar escalas que medissem atitudes no Século XX (Lima & Correia, 2017).

Ainda que muitas vezes ignorada pela literatura (Schuman & Johnson, 1976), a relação entre atitudes e comportamentos é indiscutível (Ajzen, 1991; Cooper & Croyle, 1984). Deste modo, cada vez mais se tem vindo a verificar a existência de teorias que procuram explicar se as predisposições internas dos indivíduos influenciam ou justificam ações concretas.

Para ser possível entender a relação entre estes dois conceitos, importa, claramente, compreender o que cada um deles significa. Se o conceito de atitudes já foi discutido previamente, o mesmo não se verificou quanto ao comportamento.

O comportamento é um assunto com que lidamos diariamente, porém, nenhum de nós é capaz de entender comportamentos na sua plenitude (Skinner, 2014). É que, por mais que tenhamos contacto direto com diferentes comportamentos de diversas pessoas, o máximo que podemos fazer são generalizações / suposições quanto a condutas das pessoas em geral (ou suposições mais plausíveis no nosso círculo de amigos ou para conosco mesmos). Esta dificuldade demonstra a complexidade em definir e entender os comportamentos, visto que estes são processos, e não uma coisa em si (Skinner, 2014). Geralmente, um comportamento é considerado como um ato de alguém: o que alguém faz (Gilmore, 2020). Quando discutimos comportamentos, discutimos ações concretas; uma ação ou reação de um determinado sujeito em resposta a estímulos – sejam estes internos ou externos. Assim, os comportamentos podem ser vistos como o que um determinado indivíduo faz, desde que observável e mensurável (Gilmore, 2020); sendo importante mencionar então que um comportamento não se define através das razões que conduzem a uma conduta, nem através das motivações, pensamentos ou sentimentos para fazer algo (Gilmore, 2020). Um comportamento traduz-se, assim, numa escolha (Fishbein & Ajzen, 1975), sendo o melhor preditor de comportamentos a intenção comportamental (Fishbein & Ajzen, 1975; Lima & Correia, 2017).

Assim, percebendo em que medida os conceitos de atitudes e comportamentos se acabam por diferenciar, torna-se relevante discutir a sua relação, procurando entender se

estes se influenciam ou não mutuamente. Quanto à implicação que as atitudes podem ter nos comportamentos, existem sobretudo duas perspetivas um pouco antagónicas: uma que diz que os indivíduos, de forma genérica, agem em conformidade com as suas atitudes, e outra que diz que as atitudes não correspondem a uma forma ideal de prever comportamentos (Cooper & Croyle 1984).

Num passado não tão distante, era consensual na literatura científica que o comportamento humano era guiado por atitudes sociais, sendo que se considerava que as atitudes eram a componente que permitiria entender o comportamento humano (Ajzen & Fishbein, 2005; Lima & Correia, 2017).

Conforme Lima & Correia (2017), LaPierre foi um dos principais cientistas no estudo da relação entre as atitudes e o comportamento. Num estudo realizado em 1934, LaPiere viajou com um casal de chineses pelos Estados Unidos da América, registando os comportamentos dos funcionários hoteleiros e de restaurantes que os recebiam, tendo apenas sido recusada a sua presença em um estabelecimento (LaPiere, 2010; Lima & Correia, 2017). Após a sua visita aos estabelecimentos e o registo da forma como os indivíduos chineses foram recebidos, foi enviada uma carta aos hotéis e restaurantes que perguntava se os estabelecimentos receberiam indivíduos chineses. Dos 81 restaurantes e 47 hotéis, 92% dos inquiridos responderam que não receberiam os indivíduos (LaPiere, 2010; Lima & Correia, 2017). Este estudo demonstra que se pode verificar, pelo menos quanto o assunto é a tolerância, uma dissonância entre comportamentos e atitudes. Lima & Correia (2017) referem ainda que foram efetuados estudos de replicação, aplicados a indivíduos negros, que obtiveram resultados semelhantes.

Os resultados apresentados no parágrafo anterior demonstraram-se radicais. Neste sentido, muitos estudiosos classificaram o estudo das atitudes como inútil para prever o comportamento humano, sendo que estas apenas se revelam importantes para a justificação de um posterior comportamento (Lima & Correia, 2017). A comunidade científica não aceitou este tipo de conclusões. À época, não se encontravam prontos para aceitar que os pensamentos e as ações não possuíam relação, sendo as atitudes maus indicadores de comportamentos (Ajzen & Fishbein, 2005; Lima & Correia, 2017).

Deste modo, os estudos seguintes procuraram focar-se no diferente grau de generalidade das atitudes e comportamentos que se procuravam analisar (Lima & Correia, 2017), sendo que Ajzen (1991) refere que as atitudes gerais de um indivíduo são um fraco indicador de comportamentos específicos. Neste sentido, indivíduos com atitudes gerais idênticas poderiam não vir a adotar o mesmo tipo de comportamento (Thurstone, 1931;

Ajzen & Fishbein, 2005). Pioneiros neste prisma foram Fishbein e Ajzen, que em 1975 afirmaram que as atitudes são fortes preditores de comportamentos, ainda que com distinção entre atitudes gerais perante um determinado alvo e atitudes específicas relativamente a um determinado comportamento relacionado com o objeto da atitude (Fishbein & Ajzen, 1975; Lima & Correia, 2017). Se as atitudes gerais apenas influenciam um comportamento, as específicas permitem um bom nível de previsão de comportamentos (Fishbein & Ajzen, 1975; Eagly & Chaiken, 1993; Lima & Correia, 2017).

Ajzen (1991) refere que as atitudes são uma das principais determinantes dos comportamentos. É que estudos empíricos demonstram que comportamentos específicos podem ser previstos através da medição de atitudes específicas perante os comportamentos em questão (Ajzen & Fishbein, 2005); o que contrasta com a fraca relação entre atitudes gerais e comportamentos específicos.

Face ao mencionado, surgiu o princípio da compatibilidade (Ajzen & Fishbein, 1977), que nos diz que a influencia que as atitudes possuem nos comportamentos se revelam substanciais quando as variáveis estudadas eram semelhantes/ compatíveis no que concerne ao seu nível de especificidade ou generalidade. Tal princípio comprova o referido anteriormente, e reforça também a opinião de Ajzen (1991) de que as atitudes são efetivamente um fator determinante dos comportamentos.

Outro importante contributo no assunto em questão surgiu em 1976, por parte de Weigel e Newman. No estudo desenvolvido pelos autores, em específico, foi possível perceber que, a nível ambiental, atitudes ambientais conduziam a um comportamento pró-ambiental (Lima & Correia, 2017). Neste sentido, Weigel e Newman permitiram perceber que não são só as atitudes específicas face a comportamentos conduzem a um bom índice de previsão das ações, mas também as atitudes gerais face a objetos possuem uma relação com os índices comportamentais (Lima & Correia, 2017).

Numa perspetiva de relação entre a medição de atitudes e os comportamentos, podemos comparar os questionários para medição de atitudes com o estudo do comportamento humano. É que o questionário é barato e de fácil conceção; sendo que o estudo do comportamento humano em si consome muito tempo, é desgastante a nível intelectual e o seu sucesso depende sempre imenso da habilidade do investigador (LaPierre, 2010). Deste modo, ainda que a literatura possa referir algumas inconsistências e ofereça visões divergentes, é possível concluir que o estudo das atitudes se mostra promissor como uma abordagem para compreender e antecipar comportamentos; oferecendo uma base útil

para estudar tendências comportamentais, ou, no mínimo, para entender certos comportamentos.

1.6 Atitudes – Conceitos relacionados

Definidas atitudes como processos individuais que determinam possíveis ou reais atividades de um indivíduo; processos esses que se traduzem em avaliações implícitas ou explícitas de um determinado alvo; é clara a necessidade de considerar os conceitos com estas relacionados, como é o caso dos valores, da ideologia e das representações sociais (Medeiros, 2018; Hogg & Vaughan, 2008). Estes conceitos podem vir a ajudar a aprofundar a compreensão sobre as atitudes, e a forma como estas se formam, alteram e afetam os indivíduos. Acontece que, ainda que os conceitos referidos difiram das atitudes, estes são similares em alguns aspetos, o que reforça a necessidade de definição de cada um deles.

Os valores são vistos como ideais abstratos que guiam os princípios na vida de um sujeito (Maio, 2010) sendo o principal critério que os sujeitos usam para selecionar e justificar ações, bem como para avaliar as pessoas com que se relacionam (Schwartz, 1992). Os valores são aquilo que limita as nossas atitudes específicas, sendo que a principal diferença entre valores e atitudes reside na forma como são medidos e naquilo que refletem. De forma geral, as atitudes são medidas com o objetivo de perceber se um indivíduo avalia de forma favorável ou não um determinado objeto, sendo que os valores se traduzem na importância de seguir um determinado conjunto de princípios na vida. Os valores, deste modo, influenciam as atitudes e traduzem-se em crenças de que um determinado comportamento é, ou não, correto.

A ideologia, tal como os valores, também se revela como uma forma de limitação/condução das atitudes. Importa discutir o conceito de ideologia porque esta, mesmo tendo uma influência que pode vir a ser reduzida nas atitudes, afeta diretamente os valores; visto que aos valores está inerentemente associada uma ideologia (na maior parte das vezes política) (Hogg & Vaughan, 2008). Consubstancia-se num “contributo essencial para conceder forma à construção social do mundo de cada sujeito” (Medeiros, 2018, p. 25), sendo um conjunto organizado de crenças a diversos níveis: moral, religioso, político, etc. (Martin, 2015). A ideologia pode então ser vista como uma estrutura mental abrangente que influencia a forma como os indivíduos interpretam e se relacionam com um mundo, afetando os valores; influenciando deste modo as atitudes e o seu desenvolvimento; podendo mesmo conduzir a uma conformidade ou não com o *status quo* vigente numa determinada sociedade.

No que concerne a representações sociais, estas traduzem-se na forma como os indivíduos simplificam e partilham a forma como percecionam o mundo, através de interações sociais (Hogg & Vaughan, 2008).

Ainda que os valores, a ideologia e as representações sociais constituam conceitos distintos, estes estão intimamente relacionados com as atitudes, dado o seu papel estruturante na forma como os indivíduos percecionam, avaliam e conseqüentemente atuam com o mundo.

Capítulo II – Atitudes perante a Polícia

2.1 Atitudes perante a Polícia

Ao discutir as atitudes perante a Polícia, importa delimitar dois conceitos: a Polícia enquanto instituição e a polícia enquanto profissão. Sem estes conceitos delineados, será impossível associar o enquadramento supra com a Polícia de Segurança Pública.

Definir a Polícia enquanto instituição pode revelar-se uma tarefa difícil, dado que esta é a instituição pública mais conhecida, e menos compreendida (Fernandes, 2014). A Polícia é caracterizada por conduzir uma atividade discricionária, ainda que meticulosamente balizada por diplomas legais. As funções do Estado concentram-se “na diplomacia, na justiça e na segurança, a qual engloba a defesa nacional e a segurança interna” (Clemente, 2015, p.38), sendo a Polícia necessária para a prossecução de tais fins.

A Constituição da República Portuguesa, no seu Artigo 272º, diz-nos que a polícia tem como funções “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. Deste modo, a função policial é vista como uma função do estado, que coloca em marcha as ações e limitações legais à liberdade dos cidadãos, visando a salvaguarda e manutenção da ordem pública, seja numa vertente de segurança humana, de segurança da propriedade ou de mera garantia de tranquilidade face à proteção de bens juridicamente protegidos (Clemente, 2015). Ainda que esta perspetiva relacione a Polícia com a função administrativa do Estado, a função policial relaciona-se com outras funções, nomeadamente a judicial; na medida em que é à Polícia que cumpre deter os infratores em ordem a que estes sejam julgados pelo poder judicial (Clemente, 2015).

Deste modo, a Polícia surge como uma entidade fundamental para a manutenção da ordem e segurança públicas, pautando a sua atividade pelo quadro legal e pelos direitos individuais do cidadão.

Para além da sua dimensão institucional, é importante compreender a Polícia enquanto profissão, que exige não só dos polícias o cumprimento das normas em vigor, mas também um conjunto de competências e responsabilidades. Uma profissão é entendida como uma determinada ocupação que obedece a um código ético e exige um determinado conjunto de conhecimentos, habilidades, competências específicas e tecnicidade; atributos geralmente adquiridos através de um determinado tipo de educação formal e treino (Torstendahl, 2005).

O ponto fulcral de qualquer profissão é o contacto com quem usufrui dos seus serviços (Medeiros, 2018), sendo que no caso policial, a eficácia da Polícia depende da cooperação

do público (Bradford, 2014). A importância da opinião que o público tem da Polícia é inegável (Jackson & Bradford, 2019), sendo a confiança nas instituições públicas e, em específico, nas polícias é um tema cada vez mais discutido (Klein et al., 1978; Hinds, 2007). Conforme Bradford & Jackson (2010), a confiança institucional na Polícia traduz-se na atitude pública perante a instituição; a crença de que esta leva a cabo a sua atividade de forma justa e eficaz. Pode-se entender a confiança na Polícia como uma forma de se discutir a confiança nesta, a legitimidade desta, e o consentimento que os cidadãos conferem para que esta leve a cabo a sua atividade. É que uma relação de confiança entre os cidadãos e a Polícia conduz a que, cada vez mais, a Polícia se torne numa instituição admirada, ao invés de temida (Rolim & Hermann, 2018).

Em termos conceptuais, as atitudes são avaliações individuais com um determinado pendor positivo ou negativo a si agregado. Em concreto, no que diz respeito às atitudes face à Polícia, as avaliações positivas ou negativas estão muitas das vezes relacionadas com atributos como a justiça e simpatia policial (Webb, 2007). Assim, o estudo das atitudes relativamente à Polícia engloba as perceções dos cidadãos quanto à performance e comportamentos policiais, características dos polícias e preferências quanto a deveres e práticas policiais (Webb, 2007).

Um dos principais conceitos relacionados com as atitudes face à Polícia é o conceito de justiça procedimental (Dias, 2021). Este conceito remete para a ideia de que a polícia leva a sua atividade a cabo de forma justa e imparcial, sendo um fator que molda a visão dos cidadãos (Tyler, 2006). A justiça procedimental está relacionada com dimensões como a justiça, a participação comunitária, a imparcialidade, a confiança, a eficácia e a legitimidade policial (Bradford & Jackson, 2019; Dias, 2021). A literatura refere que a através da justiça procedimental é possível perceber determinadas perceções e predisposições dos cidadãos; como a predisposição para reportar crimes ou cooperar com a Polícia (Bennett & Wiegand, 1994; Wells, 2007; Warner, 2009; Nadal & Davidoff, 2015) ou a visão que estes possuem da “eficácia, ética, civismo, integridade e imparcialidade” (Dias, 2021, p.18) policial, diretamente associados à legitimidade policial (Bradford & Jackson, 2019).

A confiança e as atitudes perante as instituições policiais são conceitos indissociáveis e que tratam o mesmo assunto (Jackson, 2018). Deste modo, podemos perceber a importância do estudo das atitudes perante a Polícia de Segurança Pública.

A literatura pode ser um pouco contraditória quanto à satisfação face aos estudos existentes nesta área. Existe, por um lado, menção de que pouco se conhece no que concerne

aos fatores que influenciam as atitudes perante a PSP (Avdija, 2010) e, por outro, de que esta é já uma área bastante estudada, sobretudo no contexto americano (Webb, 2007).

Ainda que a discussão quanto à confiança e atitudes perante a Polícia seja um tema com já alguma discussão, existe algo que lhes é indissociável e ainda não foi discutido o suficiente: a legitimidade policial (Bradford & Jackson, 2019). É que as atitudes perante a Polícia acabam por se traduzir nisso mesmo: na legitimidade, ou não, da instituição. Este conceito, na sua forma mais básica, retrata a justificação de poder, e o dever moral que o cidadão tem de obedecer à Polícia (Bradford & Jackson, 2018).

Em suma, o estudo das atitudes face à Polícia engloba diversas questões, sendo que para melhor entender a relação entre o cidadão e a Polícia importa aprofundar dois conceitos chave: a justiça procedimental e a legitimidade policial.

2.1.1 Justiça Procedimental

Ainda que muita das vezes tenhamos tendência a assumir que o cidadão avalia a polícia apenas pelos resultados que esta alcança, muitas das vezes este não é o único fator em avaliação. Muitas das vezes, está em causa a forma como os polícias atuam. É neste contexto que surge o conceito de justiça procedimental.

A justiça procedimental foca-se na forma como os tribunais, as autoridades policiais e outras entidades interagem com o público; avaliando como tais interações moldam a visão que os cidadãos possuem destas entidades (Dai et al., 2011; Hollis & Robertello, 2023). O presente conceito está intimamente relacionado com a disponibilidade do público para obedecer à lei e cooperar com as instituições públicas (Bennett & Wiegand, 1994; Wells, 2007; Warner, 2009; Nadal & Davidoff, 2015; Bradford & Jackson, 2019; Hollis & Robertello, 2023) e consubstancia-se num importante fator no panorama da segurança pública.

Em contexto policial, a justiça procedimental, foca-se na forma como a polícia interage com o público; seja numa base de uma relação de um polícia para com um cidadão, de vários polícias para com um só cidadão e/ou o inverso.

Conforme Hollis & Robertello (2023), a justiça procedimental está assente em 4 pilares: neutralidade, voz, respeito e confiabilidade. O primeiro pilar traduz-se em decisões consistentes que não sejam enviesadas e sejam transparentes, sendo um dos principais fatores que conduz à criação de legitimidade e confiança. O segundo pilar consubstancia-se na possibilidade que o cidadão tem de expressar as suas necessidades ou, em situações mais críticas, de contar a sua versão da verdade. O terceiro pilar acaba por ser o pináculo dos dois

anteriores: a materialização de que todos os indivíduos são tratados de forma digna e respeitosa. Por fim, o quarto pilar traduz-se na preocupação com o bem-estar de quem é impactado pelas decisões das instituições públicas (policiais ou não), numa especial atenção pelo bem-estar do cidadão.

Jackson & Bradford (2019) referem diferentes tópicos a ter em mente quando se discute a justiça procedimental, especialmente quando está em causa a atuação policial. Conforme os autores, a neutralidade das decisões dos polícias é um fator crucial no que diz respeito ao comportamento dos cidadãos; fomentando os laços entre os indivíduos e as instituições quando as pessoas se sentem respeitadas e tratadas de forma justa. Neste aspeto, Tyler (1990) refere que o cidadão pode ser algo ingrato, isto porque, tendencialmente, um indivíduo só vai considerar um tratamento policial justo quando sentiu que teve controlo sobre as suas decisões. Em adição, a fomentação de laços sociais anteriormente mencionada conduz ao sentimento de que as autoridades são instituições legítimas (vide subcapítulo seguinte), promovendo o cumprimento das ordens e a cooperação a longo prazo (Bradford & Jackson, 2019).

Concluindo, a justiça procedimental desempenha um papel crucial na construção da opinião pública sobre a polícia, sendo que a aplicação consistente dos seus pilares conduz a um reforço da legitimidade policial e confiança pública na instituição. Como consequência, pode-se verificar uma melhor visão da polícia, bem como um aumento da cooperação por parte dos cidadãos e até mesmo uma maior disponibilidade para denunciar crimes.

2.1.2 Legitimidade policial

O conceito de legitimidade policial é um conceito relativamente recente no debate académico, isto porque discutir a legitimidade policial acaba por ser uma possível interpretação de que a Polícia é uma instituição passível de ser ilegítima. Não obstante, o conceito já está cunhado o suficiente na literatura científica, sendo que de há uma década para cá é um dos principais conceitos para discutir a relação entre o público e a Polícia (Bradford & Jackson, 2019).

Ainda que no contexto português este conceito ainda não esteja com um forte cunho na investigação científica ou na avaliação das instituições policiais, em alguns países já o é. Exemplo do mencionado são a Inglaterra e o País de Gales. Estes países adotaram inspeções conhecidas como inspeções PEEL – *Police efficiency, effectiveness and legitimacy*, em português eficiência, eficácia e legitimidade policial. Estas inspeções foram criadas em 2014 e procuram avaliar a *performance* das 43 forcas policiais em Inglaterra e no País de Gales

(His Majesty's Inspectorate of Constabulary and Fire & Rescue Services (HMICFRS), 2024) e procuram avaliar os serviços policiais através de um conjunto de métricas que visam representar a relação entre a comunidade e as instituições policiais. Ainda que limitadas à realidade dos países referidos, tais inspeções são relevantes para o estudo das atitudes face às instituições policiais, podendo fornecer *insights* interessantes. Ora, as inspeções mais recentes disponíveis são referentes ao período 2021-22, onde é possível perceber que, com raras exceções, os principais indicadores marcados pelos inspetores como inadequados ou a necessitar de melhorias são relativos à resposta dada pelas polícias ao público (*responding to the public*) e pela forma como os polícias lidam com os suspeitos (*managing offenders and suspects*) (HMICFRS, 2024); indicadores esses que podem influenciar diretamente as atitudes do público dado serem formas de contacto direto entre o cidadão e a entidade policial.

Percebido o mais recente acolhimento do termo na comunidade científica e até mesmo a adoção do mesmo por determinados países para avaliar não só a atuação policial como também a relação entre a população e os polícias, revela-se importante procurar definir de forma concreta a legitimidade policial, ainda o termo não esteja ainda bem sedimentado ou acompanhado de uma definição robusta (Bradford & Jackson, 2019).

A legitimidade consiste na perceção generalizada de que as ações de uma determinada entidade são “desejáveis, adequadas ou apropriadas num determinado sistema de normas, valores, crenças e definições socialmente construídas” (Suchman, 1995, p. 574); sendo que Tankebe (2012) diz que a legitimidade policial se traduz na crença de que o cidadão deve obedecer às forças policiais.

Suddaby et al., (2017) no seu estudo teórico, encontraram 3 perspetivas do conceito legitimidade: enquanto propriedade, processo e perceção. Enquanto propriedade, a legitimidade é vista como um recurso que uma determinada entidade possui, numa determinada quantidade mensurável em relação a outras entidades. Enquanto processo, a legitimidade é vista como algo construído e mantido através de interações e práticas sociais. Por fim, a legitimidade enquanto perceção consubstancia-se numa construção social que depende da perceção dos atores sociais face à adequação das atitudes de uma entidade.

No contexto policial, a legitimidade refere-se à forma como uma determinada polícia enquanto instituição e os seus polícias são vistos como justos, honestos e confiáveis (Hollis & Robertello, 2023). Jackson & Bradford (2019) referem que a legitimidade policial é constituída por duas componentes que influenciam o comportamento do público face às polícias.

A primeira componente denomina-se de adequação normativa da instituição (*normative appropriateness of the institution*). Traduz-se na aceitação, ou rejeição do direito ao poder por parte da instituição policial, sendo avaliada com base na adequação normativa, isto é, se a Polícia age conforme as normas e valores da sociedade (Jackson & Bradford, 2019). Por sua vez, a segunda componente é conhecida como dever de obedecer (*duty to obey*) e consubstancia-se na internalização de um consentimento da autoridade da instituição policial (Jackson & Bradford, 2019). Quando o cidadão reconhece a autoridade das instituições policiais, sente uma obrigação moral de obedecer às suas instruções (Tyler & Jackson, 2013). Neste sentido, o relevante nesta componente é a voluntariedade, ou seja, o cidadão obedecer à Polícia de forma genuína e livre, e não sob coerção ou medo (Jackson & Bradford, 2019).

Pode-se, deste modo, perceber que a legitimidade policial está diretamente relacionada com as reações que os cidadãos possuem face às regras e decisões adotadas por uma figura de autoridade (Bottoms & Tankebe, 2012), traduzindo-se na confiança do público na instituição (Jackson & Bradford, 2019). A polícia é uma entidade legítima quando as pessoas obedecem às suas instruções por sentirem que existe uma relação corretamente construída entre si, ao invés de o fazerem por medo das repercussões de não cumprirem com as suas solicitações (Bottoms & Tankebe, 2012).

2.2 Importância do estudo das atitudes perante a Polícia

Enquanto entidades de serviço público, as instituições policiais são em última análise responsabilizadas e avaliadas pelo público (Klein et al., 1978; Wells, 2007), sendo que nenhum corpo de polícia consegue atingir a máxima eficiência sem que o público em si deposite confiança. Assim, percebido o conceito de atitudes e em que se traduzem as atitudes relativamente à Polícia, importa procurar esclarecer em que medida o estudo de tais atitudes se torna relevante.

Estudar as atitudes dos cidadãos para com a polícia revela-se essencial para entender a complexa e dinâmica relação entre as Forças de Segurança – no caso específico PSP – e as comunidades que estas servem. Conforme referido anteriormente, a temática em questão está inerentemente conectada à confiança que os cidadãos depositam na instituição policial e a cooperação do público, sendo importante o seu estudo para garantir a constante melhoria a nível de eficácia de práticas policiais (Bradford, 2012).

Ora, já foi anteriormente analisada num plano conceptual a relação entre as atitudes perante um determinado objeto e os comportamentos de um indivíduo. É que, no contexto específico aplicado à Polícia, as atitudes são consideradas um fator determinante para o comportamento dos indivíduos (Webb, 2007; Hinds, 2009; Dias, 2021) e para a sua cooperação com a Polícia (Bradford, 2012; Dias, 2021).

Se o estudo das atitudes quando o objeto são as instituições policiais é importante pelo referido supra, também se revela crucial dada à política de proximidade que cada vez mais se procura adotar nas polícias, onde a Polícia de Segurança Pública se inclui. Um estudo das atitudes permite à Polícia adotar os procedimentos tendentes a aproximar o cidadão de si, conduzindo-o a confiar nesta. Tal não se reflete apenas numa maior disponibilidade para cooperar e denunciar crimes (Bradford, 2012) mas também na redução de cifras negras e no maior fluxo de informação criminal (Fernandes, 2014).

Assim, atendendo a que o trabalho policial se traduz na relação com a sociedade, o estudo das atitudes para com a instituição e os Polícias pode conduzir não só a uma determinada previsão dos comportamentos dos indivíduos, como também à melhoria de relações entre a Polícia e a comunidade que esta serve, o que se traduz numa maior eficácia das práticas policiais, e numa maior legitimidade de atuação por parte dos polícias (Bridenball & Jesilow, 2008; Jackson & Bradford, 2019).

2.3 Atitudes dos jovens perante a Polícia

Cada vez mais se tem vindo a verificar o declínio da confiança nas instituições pública (Marozzi, 2014); assunto esse que trata o mesmo assunto que o estudo das atitudes dos cidadãos perante as instituições (Bradford & Jackson, 2019). Uma das principais funções policiais é, ou pelo menos deveria ser, a construção de legitimidade policial, através da fomentação de relações saudáveis entre as polícias e as comunidades que estas servem (Task Force para o Policiamento de Século XXI, 2015). Não obstante, sabe-se que a confiança nas instituições públicas está em declínio e, em específico, nas instituições policiais, é mais frágil entre jovens (Sindall et al., 2016); dado que as franjas mais novas da sociedade tendem a socializar mais em espaços públicos, e a desafiar mais a lei (Brunson & Weitzer, 2008).

Apesar dos amplos estudos desenvolvidos quanto às atitudes em relação às instituições policiais nos Estados Unidos da América (Webb, 2007), é notória a negligência do estudo das atitudes de jovens em início da idade adulta face às instituições policiais (Griffiths & Winfree, 1982; Hurst & Frank, 2000; Webb, 2007; Wu et al., 2013; Farren et al., 2018).

Torna-se visível a importância de estudar as atitudes de jovens em relação à Polícia, não só por este ser um campo com pouco volume de estudo, mas também pela sua menor confiança na instituição e pela sua maior propensão a desafiar as figuras de autoridade.

Em geral, o estudo das atitudes perante as polícias tem vindo a ser cada vez mais um assunto em discussão com o surgir do policiamento comunitário (Dias, 2021). Ainda que em Portugal não exista policiamento comunitário, existem os modelos de policiamento de proximidade, que deste se aproximam. Se, por um lado, o policiamento comunitário se consubstancia numa filosofia que procura fomentar parcerias e resolver problemas de forma proativa através da colaboração da polícia e da comunidade, envolvendo ativamente os cidadãos (Fernandes, 2014; Cossyleon, 2019), por outro, o policiamento de proximidade concentra-se sobretudo em manter a polícia visível e acessível, com o principal objetivo de promover o sentimento de segurança e facilitar a comunicação entre polícias e cidadãos (Fernandes, 2014).

Tem-se vindo a verificar em todo o mundo que os modelos de policiamento focados na repressão já se encontram ultrapassados, e que aqueles que são focados na proximidade conduzem a uma maior cooperação e cumprimento de ordens emanadas de entidades legítimas (Bradford & Jackson, 2019). Neste sentido, estudar as atitudes dos jovens permite também avaliar o sucesso policial em criar uma relação de proximidade com a franja mais jovem da sociedade.

No caso específico de estudantes universitários, pode-se considerar também um estudo pertinente dada a função central que o ensino superior desempenha no desenvolvimento das atitudes e perceções dos estudantes (Arnett, 2000); expondo os mesmos a fatores que os conduzem à introspeção (Perry, 1999) e conduzindo-os a uma nova visão do mundo (Arnett, 2000; Farren et al., 2018). É que, conforme referido, já existem alguns estudos em relação às perceções do público, porém de forma muito dirigida a membros da sociedade que recebem muita da informação através dos *media*, (Mbuba, 2010), como é caso de jovens menores de idade e de idosos. No entanto, pouco se sabe quanto a estudantes de ensino superior, que podem possuir perceções diferentes, dado o desenvolvimento que o ensino superior exige e a sua exposição a dados reais (Mbuba, 2010).

2.3.1 Conceito de jovem e demarcação da faixa etária em Portugal

A juventude é algo de difícil caracterização, isto porque os principais critérios que a caracterizam alteram de sociedade para sociedade (Dayrell, 2003; Dias, 2021).

A Organização das Nações Unidas (ONU) (s.d.) afirma que cunhou o termo juventude através da Assembleia Geral na resolução 36/28 de 1981, definindo um jovem como um indivíduo de idade entre os 15 e os 24 anos de idade.

A literatura comumente associa a juventude a uma determinada faixa etária ou vê o conceito como um sinónimo de adolescência, considerando a mesma uma fase da vida (Zanella et al., 2013). Silva e Silva (2011) definem a juventude como a fase de transição entre a adolescência e a vida adulta, estando relacionada com a preparação do jovem para assumir o papel de adulto na sociedade e compreendem esta fase entre os 15 e os 24 anos de idade; em conformidade com o que a ONU (s.d.) afirma.

Já Dias (2021) considera como jovens os indivíduos que possuem entre os 12 e os 25 anos, afirmando que, no contexto nacional, para se tornar possível tal demarcação da faixa etária de um jovem é necessário ter em conta a lei vigente em território nacional, nomeadamente a Constituição da República Portuguesa, a Lei Tutelar Educativa e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Ora, a Constituição da República Portuguesa, no seu Artigo 70º, demonstra a importância que o Estado português confere aos jovens, na medida em que lhes concede direitos e apoios específicos; porém, nada diz quanto à demarcação da faixa etária.

Por sua vez, a Lei Tutelar Educativa não demarca também a faixa etária pretendida, mas diz que se aplica a jovens entre os 12 e os 16 anos (Artigo 1º), sendo as suas medidas possíveis de se aplicar a jovens até aos 21 anos (Artigo 5º). A lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, consigo intimamente relacionada, refere-se, por sua vez, a criança ou jovem como o indivíduo de idade inferior a 18 anos, ou a 21 anos no caso em que se “solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional” (Artigo 5º); extendendo, por exemplo, a faixa etária apresentada pelo Regime Penal Aplicável aos Jovens Delinquentes, que considera jovem “agente que, à data da prática do crime, tiver completado 16 anos sem ter ainda atingido os 21 anos” (Artigo 2º).

Nesta senda, para efeitos do presente estudo. Entendemos como jovem a pessoa com idade compreendida entre os 12 e os 25 anos, sobretudo por força da legislação em vigor em território nacional.

2.4 Fatores que influenciam as atitudes perante a Polícia

Compreendida a natureza das atitudes e a sua importância na relação entre a população e a polícia, torna-se necessário explorar os fatores que influenciam tais percepções. A compreensão dos diversos fatores que influenciam as atitudes pode revelar-se crucial para analisar a legitimidade e a eficácia das práticas policiais.

Ora, já anteriormente foi referido que as expectativas das pessoas face às polícias se focam em questões relacionadas com a justiça procedimental, isto é, o respeito com que são tratadas, o tom de voz dos polícias, a sua honestidade e a sua disponibilidade (Jackson & Bradford, 2019). Não obstante, podem existir outros fatores na sociedade que venham a influenciar as atitudes.

Conforme Klein et al. (1978), as atitudes em relação à Polícia podem ser explicadas através de dois modelos que refletem concepções distintas da sociedade. O primeiro modelo é denominado de modelo funcional, e assume que a sociedade é unida através de valores culturais partilhados, sendo o direito expressão desse mesmo consenso. Com suporte neste modelo, afirma-se que as atitudes que têm como objeto a Polícia são moldadas sobretudo pela qualidade e natureza dos contactos diretos com agentes policiais, sendo a pertença a grupos sociais em desvantagem social um fator secundário. No entanto, é de notar que o modelo em análise reconhece que a posição social de um indivíduo pode ser fator de influência na quantidade e qualidade das interações com a polícia, dado existirem determinados grupos que têm maior probabilidade de entrar em conflito com a Polícia.

O segundo modelo é baseado na teoria do conflito, e retrata a sociedade como uma luta de classes em que a Polícia é um instrumento de grupos elitistas para controlar grupos considerados marginalizados. Assim, as atitudes em relação à polícia, principalmente as negativas, são fruto de um tratamento desigual, que conduz a um sentimento de impotência estrutural de determinados grupos socialmente desfavorecidos; especialmente minorias e indivíduos de estatuto económico inferior (Klein et al., 1978).

Ainda que, de forma geral, as atitudes perante a Polícia sejam já um campo com alguma estrutura em termos de estudo, pouco é conhecido quanto aos fatores que possuem influência nestas atitudes (Avdija, 2010). Para analisar os fatores em questão, tanto Medeiros (2018) como Dias (2021) consideram os modelos teóricos de Reisig & Parks (2000) relevantes.

Reisig & Parks (2000) testaram 3 modelos conceptuais diferentes, em ordem a perceber qual a sua relação com a satisfação com a Polícia: a experiência com a polícia (*experience with police*), a qualidade de vida (*quality of life*) e o contexto de vizinhança (*neighborhood*

context). O primeiro modelo parte da premissa de que o nível de satisfação de um cidadão para com a Polícia parte de contacto prévio com a instituição; o segundo modelo é um pouco mais recente (Reisig & Parks, 2000) e foca-se em fatores associados com a qualidade de vida, como é caso das perceções dos cidadãos quanto às condições do seu bairro (sentimento de segurança, desordem social, decadência física, etc) e a forma como estas afetam as atitudes em relação à Polícia. Por fim, o terceiro analisa as características macroestruturais de um determinado bairro, como os seus dados demográficos e as taxas de criminalidade, bem como as condições socioeconómicas do quem lá vive (Reisig & Parks, 2000).

Outros autores também procuraram definir quais os principais fatores que influenciam as atitudes em relação à polícia, sendo que os principalmente enunciados foram as experiências pessoais com a polícia (Reisig & Parks, 2000; Brown & Benedict, 2002; Avdiya, 2010; Sindall et al., 2016; Dias, 2021) e fatores sociodemográficos como a etnia/pertença a minorias, o sexo e a idade, por exemplo (Sampson & Bartusch, 1998; Reisig & Parks, 2000; Brown & Benedict, 2002; Weitzer & Tuch, 2004; Brunson & Weitzer, 2008; Task Force para o Policiamento de Século XXI, 2015; Dias 2021).

Se, por um lado, as experiências pessoais com a polícia emergem de forma consistente como um fator central que molda as atitudes do público, por outro, as dinâmicas estruturais, como desigualdades sociais também se demonstram importantes no estudo das atitudes. É então, pertinente estudar em que medidas como fatores individuais, como a etnia ou a idade podem obscurecer as atitudes de determinadas franjas da sociedade perante a Polícia.

Deste modo, é evidente a multiciplidade de fatores que influenciam as atitudes face à Polícia, sendo necessária uma compreensão aprofundada e separada de cada um dos fatores que se revela influenciador das perceções e confiança no trabalho dos polícias.

2.4.1 Interações/Experiências com a Polícia

Moldando as perceções de justiça procedimental e afetando enormemente a legitimidade policial, o contacto dos cidadãos com os polícias é um dos principais fatores que moldam as atitudes face à instituição policial.

O contacto com a Polícia traduz-se na interação entre os polícias e o cidadão, sendo um tema que tem ganho relevância com a evolução dos modelos de policiamento comunitário. Em Portugal, os modelos de policiamento refletem tal evolução, evidenciando um foco não só na manutenção da ordem, mas também na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (Goldstein, 1993), procurando, assim, incentivar um maior número de contactos positivos com a Polícia.

Reisig & Parks (2000) afirmam que uma parte considerável da investigação referente às atitudes do público face à Polícia são focadas na experiência prévia dos indivíduos; sendo esta dirigida para dois fatores: na procura de uma relação entre o tipo de contacto (se ordem de paragem no trânsito, se pedido de ajuda; por exemplo) e o nível de satisfação dos cidadãos, e no estudo da influência dos atos de um polícia em encontros específicos na satisfação dos intervenientes.

Posto o mencionado, importa distinguir o contacto com a Polícia em dois tipos: contacto direto e indireto (Dias, 2021). As primeiras interações podem ser voluntárias – iniciadas pelo cidadão – ou involuntárias – iniciadas pelos polícias, e traduzem-se nas interações em que o cidadão tem contacto diretamente com os polícias. As segundas interações (índiretas) traduzem-se em observações ou conhecimento que o cidadão não teve através do contacto direto, mas sim através de terceiros.

Lima & Nassarro (2011) distinguem este tipo de interações do ponto de vista policial: a intervenção policial reativa e a intervenção policial proativa. A intervenção policial reativa consubstancia-se num contacto iniciado pelo cidadão, numa procura por “socorro, informações, orientações ou atendimento” (Lima & Nassarro, p.20), enquanto que a intervenção policial proativa é de “iniciativa do agente” (Lima & Nassarro, p.20), consubstanciando-se na abordagem policial.

Esta distinção é importante porque a literatura refere que a satisfação do cidadão varia conforme o tipo de interação, sendo que muitas das vezes o contacto involuntário é um fator que pode vir originar atitudes negativas (Bartsch, 2004; Wu & Sun, 2010; Dias, 2021). Em adição, a distinção entre o tipo de interação está intimamente relacionado com a legitimidade policial (conceito já anteriormente discutido). É que, de forma geral, a ação policial é automaticamente entendida como legítima quando os polícias são contactados por alguém que precisa de um determinado auxílio; ao contrário de quando os indivíduos são forçados a interagir com a polícia, onde as acções dos profissionais são vistas como suspeitas (Skogan, 2007).

Bartsch (2004) menciona que quando se discute a experiência com a instituição, importa ter em mente diferentes tipos de perspectivas de análise: a quantidade de contacto com a Polícia, os efeitos de encontros positivos e/ou negativos, e os efeitos das expectativas de encontros, sejam positivos ou negativos.

Quanto à quantidade de contacto com as instituições policiais, seria de esperar que ao existir mais contacto entre os polícias e os cidadãos, automaticamente se verificasse uma melhoria nas atitudes em relação à Polícia. Não obstante, a literatura demonstra que nem

sempre tal se verifica; sendo que muitas das vezes, pessoas com experiências com polícias tendem a ter atitudes mais negativas do que quem não teve qualquer tipo de contacto com estes profissionais (Bartsch, 2004).

Como mencionado, não só a quantidade de encontros com a Polícia afeta as atitudes dos indivíduos, mas também a qualidade destes: se positivos, ou negativos. De modo simplificado, existe a crença de que encontros positivos com a polícia se traduzem em atitudes positivas, e de que encontros negativos conduzem a atitudes negativas. Não obstante, não só os encontros afetam as atitudes. Bartsch (2004) refere que as atitudes também podem influenciar a qualidade das interações com os polícias. É entendido que atitudes positivas em relação aos polícias conduzem a encontros mais positivos, e de que atitudes opostas conduzem a encontros negativos; isto porque, tendencialmente, pessoas com atitudes mais positivas em relação à polícia são mais cooperantes do que pessoas que entendem os profissionais de polícia como rudes (Bartsch, 2004).

Um outro fator que Bartsch (2004) refere como importante no que diz respeito à experiência com polícias, é a expectativa que cada um de nós desenvolve quanto à interação que possamos vir a ter. Este fator de análise depende de outras experiências prévias ou de preconceitos criados pelo sujeito. É de esperar que a expectativa de contactos positivos – como pedir algum tipo de informação e ser bem tratado – venham a desenvolver atitudes positivas, ao contrário de expectativas negativas – como esperar que a polícia apenas exista para levantar um auto contraordenacional, por exemplo.

Ainda que o contacto policial seja relevante em todas as faixas etárias, é particularmente significativo entre as camadas mais jovens, dada a frequência com que estes tendem a socializar em espaços públicos e longe do controlo parental; onde a interação com polícias se torna mais provável (Sindall et al., 2016) e muitas das vezes pode até envolver má conduta policial (Klein et al., 1978). Em adição, o mero contacto de jovens com elementos fardados pode ser um factor que espoleta atitudes negativas em relação à Polícia (Medeiros, 2018), independentemente da qualidade de tal interação. Mcara (2005) refere ainda que o contacto dos jovens com os polícias merece um especial estudo, isto porque muitas das vezes os polícias podem abordar determinados jovens de forma injusta, pela mera sensação de que estes possuem “más companhias” e de que, por isso, são suspeitos de praticar alguma incivilidade ou crime.

Por fim, quando se discute a interação entre os jovens e os polícias, é afirmado por Mcara & McVie (2005) que a maior presença dos jovens na rua não é, *per si*, um fator que deva justificar a sua menor confiança e consequentes atitudes mais negativas quanto às

instituições policiais. É referido pelo autor que, muitas das vezes, tal é justificado pelos próprios polícias, que se baseiam num processo de rotulagem para abordar os jovens.

2.4.2 Origem étnico-racial e grupos sociais minoritários

A origem étnico-racial dos indivíduos também é mencionada pela literatura como um dos principais fatores na formação e alteração de atitudes face à Polícia, sendo uma componente que tem relação direta com as próprias experiências com os polícias e, consequentemente, molda também as perceções de legitimidade policial.

Vendo os estudos de Klein et al. (1978), McAra & McVie (2005) e Sindall et al. (2016) é possível perceber que determinados grupos, em específico jovens de sexo masculino e de minorias étnicas tendem a receber mais atenção por parte dos polícias. Neste sentido, para melhor perceber o assunto em questão, importa delimitar os conceitos de raça, etnia e minoria.

Cada vez mais se tem vindo a diluir as diferenças que a sociedade confere aos termos de raça e etnia. Nesse sentido, importa procurar explicar cada um desses conceitos, tornando visíveis as suas principais diferenças e semelhanças; mesmo dado o desafio que tal tarefa possa representar.

Analisar o conceito de raça é particularmente difícil dado que a sua conotação social pode vir a ser diferente da sua conotação biológica (Sun, 1995). O conceito remete-nos para as diferenças superficiais existentes entre seres humanos, isto é, pessoas com características biológicas (inatas) semelhantes – entenda-se cor da pele, forma e cor dos cabelos e formas de face - e de origem geográfica circunstrita a uma determinada área (Sun, 1995; Santos et al., 2010). Para além do mencionado, é referido por Sun (1995) que a raça engloba também pessoas com um conjunto de experiências sociais semelhantes. Ainda que este conceito seja muito conhecido e utilizado no dia a dia, por ser muito associado ao tom de pele, tem vindo a cair em desuso, isto porque (no caso específico do tom de pele) cada vez existem mais pessoas de cor que não possuem ascendência africana, por exemplo.

Quanto à etnia, este é um conceito multifacetado, que se traduz na identidade de um indivíduo (Santos et al., 2010), traduzindo-se em fatores individuais como a língua, a religião, ou até mesmo a nacionalidade ou a aparência. Ainda que a etnia possa estar relacionada com similaridades genéticas, a sua essência está na cultura.

Ambos os conceitos supra estão muitas vezes associados a minorias. O conceito de minoria é de difícil discussão, dada a falta de consenso no plano internacional. Ao analisar o conceito, deve sempre ter-se em mente a “grande e considerável diversidade de minorias

(Moreno, 2009, p. 149). Moreno (2009) refere que as minorias estão indubitavelmente associadas a uma inferioridade numérica, sendo assim uma parte menos numerosa de uma determinada população; sendo grupos sem estatuto ou poder (Dias, 2021).

Melhorar as perceções que minorias étnicas e racias possuem da Polícia é especialmente importante para melhorar a sua disponibilidade para cooperar e reportar crimes (Brown & Benedict, 2002), sobretudo no contexto atual em que um dos principais fatores para baixos níveis de justiça procedimental estão relacionados com más condutas policiais em relação a minorias (Nadal & Davidoff, 2015).

É bastante comum a literatura procurar estabelecer uma relação entre a raça dos indivíduos e a opinião que estes têm da polícia; sendo comumente concluído que indivíduos pertencentes a minorias tendem a avaliar a polícia de forma menos positiva. Esta principal conclusão pode ser justificada por, sobretudo, dois factos: o anteriormente mencionado, de que a polícia tende a tomar mais atenção a estes indivíduos e pelo conseqüente maior contacto que as minorias possuem com as forças policiais (Mbuba, 2010).

Ao longo das passadas décadas, esta foi a principal variável estudada, sendo apontada como a principal variável que influencia a opinião da Polícia (Brown & Benedict, 2002; Wu et al., 2009). Brown & Benedict (2002) referem que na década 70 do século passado se afirmava que a etnia seria o principal fator que permitiria prever as avaliações que alguém teria da Polícia. Na década de 80 afirmava-se que indivíduos negros e, ainda que numa situação não tão notória, asiáticos, possuíam atitudes mais negativas em relação à Polícia (Jefferson & Walker, 1993). Esta negatividade face às instituições policiais é, por sua vez, também relacionada com a perceção de justiça procedimental que estas minorias possuem (vide capítulo 2.1.1); sendo que as comunidades mencionadas tendem a sentir que as comunidades brancas são tratadas de melhor forma pela Polícia (Wu et al., 2009).

Recentemente, cada vez mais tem sido apontado pela literatura que minorias sexuais também vivenciam interações diferenciadas com a polícia, o que pode conduzir a diferentes atitudes em relação à instituição. Dwyer (2011) reforça a ideia de que estas minorias são vítimas de más condutas policiais, sendo confirmado por Nadal & Serpe (2017) que indivíduos pertencentes a minorias sexuais têm atitudes mais negativas relativamente aos polícias, sendo apontado como principal obstáculo a sua cooperação com a Polícia o medo pela forma como podem a vir ser tratados pelos polícias.

Não obstante, ainda que o fator em análise seja transversalmente aceite pela literatura como um bom preditor do desempenho policial e das atitudes relativamente à Polícia, Alberton & Gorey (2018) provam que a própria experiência com a polícia (vide subcapítulo

anterior) é 3 vezes melhor preditor de atitudes face à Polícia que a mera pertença a um determinado grupo social minoritário.

Limitando a análise aos jovens, é também referido que o fator de influência predominantemente estudado nestes grupos é a raça, ainda que nunca ignorando fatores como o género, a experiência com os polícias, o contexto de vizinhança e o medo do crime (Nihart et al., 2005). Em adição, é também verificado que os jovens pertencentes a grupos sociais minoritários tendem a ter atitudes mais negativas em relação aos polícias por serem abordados pelos polícias de forma mais frequente, dado “a sua aparência coincidir com o estereótipo de delinquente” (Pilavin & Briar, 2018, p. 212).

No contexto universitário, ao discutir a pertença a minorias e a sua possível influência nas atitudes, um estudo de relevo é o que Mbuba realizou em 2010. Foi concluído pelo autor que, independentemente da pertença ou não a grupos sociais minoritários, os estudantes de ensino superior tendem a perceber a Polícia como uma instituição importante no panorama securitário, ainda que os indivíduos não-brancos demonstrassem menos concordância com o tema. Quanto ao contacto com polícias, indivíduos não pertencentes a grupos sociais minoritários percecionavam a atuação policial como justa, enquanto que indivíduos pertencentes a minorias tendem a perceber os polícias como brutos e como profissionais que infringem a lei. Por fim, Mbuba (2010) afirma que indivíduos pertencentes a grupos minoritários defendem que os polícias apenas abordam pessoas de quem não gostam, sendo corruptíveis e injustos para com minorias.

O estudo desenvolvido pelo autor veio a corroborar as conclusões de Williams & Nofziger (2003), que concluíram que estudantes de ensino superior pertencentes a grupos sociais minoritários confiam menos na polícia, afirmando que os polícias os tratam de forma desigual ou discriminatória; ao contrário de estudantes que não pertenciam a minorias, que tendiam a ver a Polícia como justa e eficiente.

É demonstrado que, mesmo em contexto universitário, os jovens pertencentes a minorias tendem a avaliar a polícia de forma menos favorável, acreditando no excesso de uso de força e na possibilidade de corrupção dos agentes de autoridade. Não obstante, não avaliam necessariamente a polícia como uma má instituição, mas sim de forma menos positiva do que os indivíduos não pertencentes a este tipo de grupo social.

Por fim, ainda que a literatura refira que indivíduos pertencentes a minorias (frequentemente mencionados como *non-whites*) possuam atitudes menos positivas em relação às figuras de autoridade, podemos também afirmar que existe uma “cultura” de enviesamento. Estudos realizados com indivíduos não-brancos tendem a focar-se em bairros

socioeconomicamente debilitados ou com elevados níveis de marginalidade, enquanto que estudos com indivíduos brancos frequentemente apresentam amostras mais diversificadas e representativas.

Além do mencionado, há evidências de que variáveis como nível de rendimento, escolaridade e estatuto socioeconómico podem, na verdade, estar também associadas a atitudes mais ou menos positivas em relação à Polícia, como vamos descrever adiante.

2.4.3 Contexto de vizinhança e qualidade de vida

Um dos fatores a analisar quando se discute as perceções que o público tem face à Polícia, é o contexto de vizinhança (*neighborhood context*) (Reisig & Parks, 2000). O contexto de vizinhança é um fator de análise macro, quando comparado com a qualidade de vida, na medida em que procura avaliar o bairro em que o cidadão vive, ao invés de analisar o indivíduo em si.

Conforme referido anteriormente, existe uma grande tendência por parte da comunidade científica a conectar a pertença a determinados grupos minoritários com atitudes menos positivas face à autoridade. Não obstante, a desconfiança para com os polícias não se pode associar apenas ao facto de os indivíduos serem de uma determinada raça ou etnia (Sampson & Bartsuch, 1998). O referido já em 1971 tinha sido confirmado por Jacob, que, no seu estudo, concluiu que as perceções que os cidadãos possuem das entidades policiais variam entre bairros, sendo tais flutuações dependentes, sim, da raça, mas também da experiência com polícias (já discutido anteriormente) e das características socioeconómicas do cidadão. Sampson & Bartusch (1998), numa perspetiva mais recente, também concordam com o mencionado, referindo que existem diversos bairros em que os indivíduos toleram o desvio e não confiam na polícia, independentemente da raça dos moradores.

A relação do contexto de vizinhança com a satisfação de uma determinada comunidade com os serviços policiais sugere que existem determinados bairros que, por determinados fatores, estão tendencialmente conectados a maiores índices de delinquência. Neste sentido, Wu et al. (2009) sugerem que é comum estes bairros terem atitudes mais negativas quanto aos polícias, dados fatores como pobreza, heterogenia racial e mobilidade residencial; grandemente impactados pela falta de controlo social formal e informal.

É que o controlo social informal trata das relações entre vizinhos e, quando este é fraco, o controlo social formal tende a aumentar, conduzindo a uma maior possibilidade de conflitos entre os moradores de um determinado bairro e os agentes de autoridade – entenda-se polícias (Wu et al., 2009).

No seu estudo, Wu et al. (2009) indicaram 3 componentes relacionadas com o contexto de vizinhança: a composição racial do bairro, a mobilidade residencial e a existência de crimes violentos no bairro.

Como já referido, um dos principais fatores de estudo é a raça de um determinado indivíduo, porém, muitas das vezes é ignorada pela literatura a composição racial de um determinado bairro. Wu et al. (2009) referem que, quando analisada a raça num contexto macro, se tende a verificar que o grau de insatisfação com a Polícia tende a decrescer de bairros em que todos os moradores são de uma minoria, para bairros em que a maioria dos moradores pertence a uma minoria, atingindo mínimos em que apenas alguns moradores são pertencentes a uma minoria; em concordância com Jacob (1971). Estes dados são comumente relacionados com a polícia, sendo que os cidadãos dizem que a polícia associa determinados bairros a uma cor e adota condutas menos corretas (Wu et al., 2009).

A mobilidade residencial, enunciada por Wu et al. (2009) como um fator pouco estudado pela literatura, foi mencionada por Sampson & Bartusch (1998) como um fator que não estaria diretamente relacionado com a satisfação com a Polícia.

Por fim, a existência de crimes violentos pode ser diretamente relacionada com as atitudes em relação aos polícias, isto porque mesmo que a maioria dos moradores de um determinado bairro não contactem diretamente com a Polícia, um elevado índice criminal (real ou percebido) conduz a uma menor satisfação com a polícia (Jacob, 1971; Reisig & Parks, 2000; Wu et al., 2009).

Ao discutir o contexto de vizinhança, muitas das vezes é mencionada a existência de subculturas (de delinquência) em determinados bairros. Um dos principais estudos na área foi conduzido por Carr et al. (2007), na tentativa de procurar perceber a influência de subculturas desviantes e de sistemas de valores atenuados nas atitudes face à Polícia.

Subculturas desviantes existem, a maior parte das vezes, em cidades ou bairros com menos possibilidades económicas, podendo conduzir ao isolamento social (Carr et al., 2007). Os moradores destes locais tendem a opor-se às normas sociais, repudiando o *rule of law* e demonstrando traços de antipatia para com as autoridades; afirmando que estas não cumprem com o que lhes é exigido e sendo motivadas a não cooperar com estas dado o estigma social (Carr et al., 2007).

O atenuamento de valores acaba por ser semelhante ao suprarreferido, mas em menor escala. Verifica-se quando determinados valores sociais relacionados com a interação com a polícia perdem a sua força, como o apoio ao trabalho policial ou o próprio controlo social informal. Não obstante, ao contrário da existência de subculturas desviantes, não se verifica

necessariamente a rejeição total do sistema de valores ou o desprezo para com a lei (Carr et al., 2007). Deste modo, é teoricamente aceite que determinados indivíduos possuam atitudes negativas em relação aos polícias, ainda que esperando que estes cumpram com o seu trabalho na redução do crime.

Leiber et al. (1998) defendem que a existência de subculturas de delinquência em determinados bairros são um dos principais fatores que conduzem a atitudes negativas em relação às forças de segurança, sendo que as conclusões obtidas por Carr et al. (2007) refutam tal afirmação. Não obstante, num contexto mais recente, Brick et al. (2009) demonstraram que, quanto às perceções que os jovens possuem da Polícia, o facto de estes se enquadrarem em subculturas de delinquência está diretamente relacionado com atitudes menos positivas em relação aos polícias.

Relacionando tais conclusões com o referido acima, podemos afirmar que, sobretudo nos jovens, a sua presença em ambientes sociais destruturados, com pouco ou nenhum controlo social informal, em associação com a pertença a subculturas delinquentes, são dois fatores cruciais na criação de más relações entre estes e os polícias.

Num ponto de vista micro quando em comparação com o contexto de vizinhança, a literatura tem vindo cada vez mais a focar-se em aspetos relacionados com a qualidade de vida de cada indivíduo. Ainda que, numa primeira fase, este fator de análise possa ser confundido com o contexto de vizinhança, a principal diferença reside de que este tem o indivíduo como unidade de análise, ao invés do bairro em que ele vive (Reisig & Parks, 2000).

Ao analisar a qualidade de vida, procura-se estudar as perceções que um indivíduo tem das condições do ambiente/ bairro em que vive – como o crime, a desordem social ou até mesmo a decadência física. Em adição, Reisig & Parks (2000) mencionam que, quando um indivíduo tende a perceber que as incivildades vivenciadas no seu bairro são problemáticas, as suas atitudes em relação aos polícias são mais negativas.

Um outro fator de análise no que concerne à qualidade de vida é o estatuto socioeconómico. Jacob (1971) e, mais recentemente, Mbuba (2010), referem a importância que o estatuto socioeconómico possui, na medida em que demonstram que, ainda que a raça seja um importante preditor de atitudes dos indivíduos, o seu efeito diminui quando se tem em mente o estatuto socioeconómico. Neste aspeto, podemos dizer que encontramos uma pequena contradição face a Wu et al (2009) e, sobretudo, contradizendo Reisig & Parks (2000), que referem não existem estudos que demonstram que a qualidade de vida pode influenciar as diferenças raciais nas atitudes em relação à Polícia.

2.4.4 Sexo e idade

Quando se discute o sexo, independentemente da área de estudo, importa claramente procurar deixar clara a distinção entre sexo e género. Conforme Prince (2005) o conceito de sexo está relacionado com a anatomia/ biologia do indivíduo, enquanto que o género se relaciona com papel social ou estilo de vida.

É afirmado por Avdiya (2010) que as atitudes em relação à Polícia também variam em função do sexo, sendo estas mais positivas entre mulheres; algo que Wu et al. (2013) vieram a refutar, mencionando que a literatura não se revela consensual neste aspeto.

No contexto especificamente universitário, Williams & Nofziger (2003) e Mbuba (2010) concluíram também que estudantes de ensino superior de sexo feminino possuem atitudes mais positivas em relação à Polícia do que estudantes de sexo masculino. Mbuba (2010) reforçou ainda que o sexo feminino tende a reportar mais os crimes que presencia e a hesitar menos em alturas de contactar os polícias. No entanto, Williams & Nofziger (2003) também identificaram que, mesmo depositando maior confiança nas instituições policiais, algumas mulheres afirmaram sentir desconforto em situações de policiamento noturno e em eventos sociais, sugerindo que a relação entre sexo e perceção policial pode ser mais complexa do que uma simples divisão entre atitudes positivas e negativas.

Quanto à idade, esta variável é relevante na medida em que, conforme referido anteriormente, a confiança nas instituições públicas e, em específico, nas instituições policiais é menor entre indivíduos de camadas mais jovens da sociedade. Brown & Benedict (2002) referem que os jovens tendem a considerar os polícias mais agressivos e também tendem a acreditar que estes abusam da força que deveriam usar de forma legítima.

Apesar do referido, Medeiros (2018) aponta a variável em questão, à semelhança da variável anterior, como uma variável com um elevado debate académico. O autor refere que existem diversos autores que apontam para a fraca consistência da mesma, referindo que esta não se torna relevante e, por outro lado, também alguns autores que mencionam que esta importância é de elevado relevo para moldar as atitudes dos indivíduos relativamente às mais diversas instituições. Podemos, assim, inferir a controvérsia associada a tal variável.

Capítulo III- Modelo de Investigação e Método

O presente estudo concretiza-se através de uma inicial construção teórica – a anterior revisão, descrição e explicação teórica – que permite a construção de uma pergunta de investigação e da criação de hipóteses teóricas. Neste sentido, tem-se como principal fim identificar as relações existentes entre os dados recolhidos quanto às atitudes dos jovens universitários de Lisboa em relação à PSP e as variáveis anteriormente explanadas e selecionadas (vide Tabela 16, em Apêndice A).

A literatura disponível tem, na sua vasta maioria, origem americana, sendo apenas conhecidos os estudos de Medeiros (2018) e Dias (2021) em território nacional. Não obstante, é por todos sugerido que se verifica uma relação entre as atitudes de adultos, jovens, e em específico de jovens estudantes universitários (Mbuba, 2010) e fatores como o sexo, a pertença a grupos sociais minoritários, o contexto de vizinhança, a qualidade de vida e contexto socioeconómico e, principalmente, o contacto prévio com polícias. Em adição, um outro fator que muitas das vezes é mencionado em fases de revisão de literatura e acaba por ser descurado em fases posteriores é a justiça procedimental; por vezes não chegando a ser medido. Deste modo, torna-se também importante procurar esclarecimentos quanto ao nível de justiça percecionada pelos jovens universitários de Lisboa no que concerne à atuação policial.

Intimamente relacionada com a positividade ou negatividade das atitudes está a disponibilidade para cooperar com os polícias, estando aqui claramente implícita a disponibilidade para denunciar crimes e contribuir para a redução das conhecidas cifras negras.

Pela clara dificuldade imposta, não foram medidas as atitudes em relação aos polícias dos familiares dos participantes, ainda que seja referido pela literatura que as atitudes muitas das vezes são fruto de um processo de aprendizagem social, através de amigos e familiares. Nesta senda, procurou-se explorar as atitudes dos participantes, bem como analisar a relação entre as variáveis mencionadas pela literatura (explanadas nos capítulos anteriores) e as atitudes que os jovens universitários de Lisboa possuem em relação à PSP.

3.1 Hipóteses de estudo

Qualquer investigação tem por ponto de partida, no mínimo, um fenómeno que exige uma melhor compreensão (Forthin, 2000; Prodanov & Freitas, 2013). Um problema de investigação retrata uma situação que necessita de uma solução, melhoramento ou

modificação (Forthin, 2000) e deve ser viável, relevante, inovador, exequível e oportuno (Sabbour, 2008; Prodanov & Freitas, 2013). Deste modo, podemos inferir a pertinência em analisar as atitudes dos jovens universitários perante a Polícia, em ordem a identificar também formas eficazes de melhorar tal relação. Neste sentido, tem-se como pergunta de investigação “Quais são os fatores que influenciam as atitudes dos jovens universitários perante a Polícia de Segurança Pública?”.

Formulada a pergunta de investigação, importa trabalhar as hipóteses teóricas. As hipóteses teóricas são definidas como supostas ou provisórias respostas à questão de investigação. Neste sentido, pode existir uma resposta principal, definida como hipótese básica e outras definidas como secundárias; devendo ser simples, consistentes, verificáveis relevantes, claras, plausíveis e específicas (Prodanov & Freitas, 2013). Conforme Gil (2010), as hipóteses teóricas são indispensáveis em estudos que procuram verificar relações de associação ou dependência entre variáveis, como é caso do presente estudo.

Deste modo, atendendo à revisão de literatura e tendo em mente os principais objetivos de identificar as variáveis que influenciam as atitudes dos jovens universitários de Lisboa em relação à PSP e de compreender essas mesmas atitudes, são consideradas como hipóteses da presente investigação:

H1: Variáveis como o sexo, o contexto de vizinhança, a qualidade de vida, o estatuto socioeconómico e/ou a pertença a um grupo social minoritário, estão significativamente correlacionadas com as atitudes de jovens estudantes de ensino superior em Lisboa relativamente aos polícias da PSP.

H1a: Estudantes com menor estatuto socioeconómico possuem atitudes mais negativas em relação aos polícias.

H1b: Jovens oriundos de contextos com menor segurança tendem a ter atitudes mais negativas relativamente aos polícias.

H1c: Jovens pertencentes a minorias possuem atitudes mais negativas em relação aos polícias.

H1d: Jovens do sexo masculino tendem a ter atitudes mais negativas em relação aos polícias.

H2: A experiência prévia com os polícias e o grau de satisfação com os contactos que os estudantes universitários mantiveram com os polícias são fatores que influenciam as atitudes em relação aos polícias.

H2a: Os estudantes com menor satisfação com os contactos diretos com os polícias tendem a ter atitudes mais negativas.

H2b: Os estudantes com menor satisfação com os contactos indirectos com os polícias tendem a ter atitudes mais negativas.

H2c: Os estudantes que procuram voluntariamente a polícia tendem a ter atitudes mais positivas do que os que foram abordados pelos polícias.

H3: O meio através do qual os jovens têm conhecimento de atuações policiais influencia as suas atitudes em relação à PSP.

H3a: Jovens que obtêm informação sobre a polícia principalmente através das redes sociais ou de terceiros tendem a ter atitudes mais negativas.

H4: Os jovens estudantes de ensino superior de Lisboa percebem os polícias como justos e imparciais na sua atuação.

H4a: Jovens pertencentes a grupos sociais em desvantagem social tendem a perceber os polícias como menos justos e menos imparciais.

H5: Jovens que tenham conhecimento de alguma atuação por parte da PSP em ambiente universitário possuem atitudes mais negativas relativamente à instituição.

H5a: Jovens que tiveram conhecimento de uma atuação policial em ambiente universitário através das redes sociais ou terceiros tendem a ter atitudes mais negativas do que aqueles que a vivenciaram diretamente.

3.2 Método

O método é comumente definido como o procedimento ou o caminho adotado em ordem a atingir determinado fim; consubstanciando-se no conjunto de procedimentos adotados com o propósito de adquirir conhecimento. No caso concreto, o método consiste no caminho escolhido com a finalidade de entender quais são e em que medida as variáveis referidas pela diversa literatura científica afetam as atitudes dos estudantes universitários de Lisboa em relação aos Polícias.

A presente dissertação consiste num estudo de natureza quantitativa que utiliza a aplicação de um inquérito por questionário distribuído *online* como ferramenta, apresentando um conjunto de perguntas aos inquiridos. A opção por esta abordagem prende-se com o facto de que os inquéritos por questionário são utilizados para colher informação de indivíduos, sobretudo no que concerne a atitudes, crenças e intenções (Forthin, 2000). No caso, optámos por perguntas fechadas e com recurso à Escala de Lickert, dado esta ser comumente utilizada para avaliar atitudes e/ou percepções e a facilidade que proporciona na análise dos dados (Joshi et. al, 2015).

Quanto aos objetivos, podemos considerar que se trata de um estudo empírico não-experimental e correlacional; possuindo um carácter explanatório (dado procurar explicitar as relações entre as variáveis em estudo) e exploratório (visto procurar explorar essas mesmas variáveis).

3.3 Caracterização do universo em estudo

No ano letivo de 2022/2023, estudavam nas universidades de Lisboa 147066 (cento e quarenta e sete mil e sessenta e seis) alunos nas universidades lisboetas (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2024); sendo afirmado por Leite (2025) que, no presente ano, o número em questão aumentou para cerca de 153000. O referido demonstra a importância e representação que as camadas mais jovens, e em específicos os estudantes de ensino superior, possuem na cidade de Lisboa.

Ainda que se tenha definido anteriormente um jovem como um indivíduo com idade compreendida entre os 12 e os 25 anos, por ser necessária autorização dos tutores legais dos menores para estes participarem em estudos científicos (ainda que existam alguns estudantes universitários com 17 anos) e pela limitação temporal imposta para elaborar a presente dissertação, foi decidido que apenas seria elegível para o estudo o grupo de jovens entre os 18 e 25 anos. Assim, tem-se como critério de inclusão o facto do jovem ser estudante de uma universidade em Lisboa, e como critério de exclusão o jovem ser menor de 18 anos.

Dado o elevado número de estudantes de ensino superior em Lisboa, podemos perceber a dificuldade acrescida que se pode revelar alcançar uma amostra representativa de tal universo, sendo que, neste contexto, Parker & Scott (2019) afirmam que o recurso à técnica de amostragem por efeito bola de neve (*snowball sampling*) se configura a melhor opção. Não obstante, tal será devidamente dissecado adiante.

3.4 Instrumento de recolha de dados

A seleção do método mais adequado para medir atitudes depende de diversos fatores, como a natureza da atitude em análise e o tamanho da amostra a ser investigada, entre outros fatores. No presente subcapítulo procuramos apresentar o instrumento de recolha de dados utilizado no estudo, nomeadamente o inquérito por questionário.

Já anteriormente foram discutidos os diversos métodos de medição de atitudes, sendo referido que Lima & Correia (2017) afirmam que o questionário é o método mais utilizado

pela literatura em estudos científicos que visam medir atitudes em relação a um determinado objeto.

Ao discutir o instrumento de recolha de dados, importa ter em mente a posição de Lapiere (2010) no que concerne à distinção de questionários e entrevistas para a análise de atitudes. É que o questionário fornece-nos resultados quantitativos, e precisos; enquanto que as entrevistas estão sempre sujeitas ao erro humano e ao enviesamento na sua análise, algo ainda mais provável dado o alvo das atitudes serem os polícias da PSP e o investigador ser membro da instituição. Para além do referido, os questionários são facilmente replicáveis por outros investigadores, sendo a sua principal limitação relacionada com a previsão de ações reais (comportamentos), algo que métodos qualitativos (como entrevistas) tendem a permitir com maior precisão.

Independentemente das diferenças entre estudos oferecidos pela literatura, o instrumento de recolha de dados mais utilizado tem sido o questionário quando se procura medir as atitudes dos participantes relativamente à Polícia. Não só para medir as atitudes em relação aos polícias, mas também para identificar quais as variáveis que influenciam essas mesmas atitudes, são comumente utilizados os questionários; sendo muito poucos os estudos que utilizam entrevistas para o efeito.

Deste modo, face ao exposto, optámos também por aplicar um questionário, desenvolvido em ordem a abordar as principais dimensões das atitudes relativamente aos Polícias, bem como as variáveis de influência dessas mesmas atitudes.

Para além de justificar a escolha do questionário como instrumento escolhido para a recolha de dados, importa destacar as ferramentas específicas que permitem operacionalizar a medição das atitudes nas questões do questionário. As escalas de medição de atitudes (já discutidas anteriormente – vide subcapítulo 1.4) desempenham um papel fulcral nesse processo, ao traduzirem dimensões aparentemente abstratas em itens mensuráveis.

Neste sentido, discutir as escalas selecionadas para este estudo revela-se um fator relevante e indispensável, a ser abordado não só no presente capítulo como nos seguintes. É que, na medição de atitudes, existem dois tipos de escalas cuja discussão é impertativa: as escalas intervalares de Thurstone e a escala de Lickert (para maior compreensão de cada uma delas, vide subcapítulo 1.4).

Para o presente estudo, a grande maioria das questões colocadas aos inquiridos tem por base a escala de Lickert, tendo sido optada pela adoção de escalas deste género dadas as limitações práticas, metodológicas e científicas que Lima & Correia (2017) apontam às escalas intervalares de Thurstone.

Em 2021, Dias, no seu estudo, desenvolveu uma questão de controlo que procurava perceber se o inquirido conseguia distinguir um profissional da PSP de um profissional da GNR, dado que seu estudo tinha os polícias da PSP como foco. Ainda que o nosso estudo também se foque nos Polícias da PSP, cremos que não se revele como condição necessária para resposta saber distinguir os profissionais das instituições mencionadas. É que, caso o inquirido não saiba distinguir, as suas atitudes entre os profissionais destas instituições não vão ser diferentes e, caso o saiba fazer, saberá também responder ao questionário de forma dirigida em exclusivo à PSP.

Assim, foram utilizadas duas questões como questões de controlo: a primeira focada na garantia de que o inquirido estudava numa universidade de Lisboa, e a segunda focada na idade. Deste modo, não ter idade compreendida entre 18 e 25 anos, e/ou não estudar numa universidade da cidade de Lisboa implicou que a resposta do participante não fosse analisada.

Antes da aplicação definitiva do questionário, e por forma a avaliar e melhorar a formulação do questionário, foi realizado um teste prévio aplicado a 10 pessoas pertencentes ao universo em estudo e a duas não pertencentes. Não houve respondentes que demorassem mais de 5 minutos a responder ao questionário e, em adição, não se verificou qualquer item com necessidade de alteração.

3.4.1 Sexo e pertença a grupos sociais minoritários

Para avaliar o sexo do inquirido e se este pertence a algum grupo social minoritário foram desenvolvidas duas questões: as questões 3 e 4. Estas traduzem-se em questões diretas, sendo opções na primeira “Masculino” e “Feminino” e a segunda tendo como respostas “Sim” e “Não”. Foi optado por, caso o inquirido seja pertencente a uma minoria, não questionar ao mesmo qual a minoria a que este pertence. Tal facto prende-se com a dificuldade acrescida que seria analisar respostas abertas em que, muitas das vezes, pessoas com a mesma resposta introduzem pequenas diferenças ortográficas que podem conduzir até à impossibilidade de uma análise correta da informação. Em adição, o agrupamento dos participantes por tipo de grupo social a que pertencem pode não se traduzir em algo significativamente estatístico se for em número bastante reduzido.

3.4.2 Estatuto socioeconómico

É verificada a existência de diversos métodos para a medição do estatuto socioeconómico de um indivíduo, sendo que Cardoso (2006) define como meios para tal a

ocupação profissional, o nível de educação, o rendimento e a área de residência de um indivíduo. Cirino et al. (2002) mencionam quadro metodologias, entre as quais a escala de quatro fatores de Hollingshead (1975), o Índice socioeconómico de Nakao e Treas (1992), o Índice Socioeconómico de Blishen et al., (1987) e a abordagem simplificada. Neste sentido, importa discutir brevemente cada um destes, em ordem a perceber, também, qual o modelo mais confiável na medição em questão.

A primeira escala mencionada foi desenvolvida em 1975 por Hollingshead, indicando a educação, a ocupação, o sexo e o estado civil como principais fatores relacionados com o estatuto socioeconómico. Nakao & Treas (1992) e Blishen et al. (2008) reforçam a relevância da educação e dos rendimentos como principais preditores do estatuto socioeconómico

Ainda que os autores referidos no parágrafo anterior defendam a análise dos fatores de influência de forma ponderada, Cirino et al. (2002) defendem que estes podem ser utilizados de forma isolada, ao invés de ponderada. É defendido que a utilização de um fator isolado pode ser uma melhor escolha, por reduzir o esforço necessário ao utilizar apenas um fator facilmente acessível (como a ocupação ou a educação) que apresenta uma forte correlação com os restantes e, conseqüentemente, permite auferir o estatuto socioeconómico.

No presente estudo, temos como alvo os estudantes universitários da cidade de Lisboa, pelo que podemos concluir que medir apenas o estatuto socioeconómico dos inquiridos pode revelar-se insuficiente. Ainda que alguns estudantes possam não ser socioeconomicamente dependentes da sua família, uma outra parte pode sê-lo. Neste sentido, pode ser relevante procurar medir não só o estatuto socioeconómico do inquirido – do estudante – como também da sua família.

Ainda que um vasto leque de estudos se foque na medição do estatuto socioeconómico em termos objetivos, Davis (1957) refere que o estatuto socioeconómico possui também uma componente subjetiva, que se traduz na perceção que um indivíduo possui quanto ao seu lugar na estrutura socioeconómica (Davis, 1957).

Face ao exposto, foi optado por uma medição do estatuto socioeconómico subjetivo. É que, conforme Cardoso (2006), a medição em termos objetivos acarreta diversas dificuldades, dada a variedade dos indicadores e mesmo a variedade de métodos utilizados pela literatura. Teve-se então por base as variáveis desenvolvidas por Cristina (2014) e Cristina et al. (2016), nomeadamente a variável posição Social Subjetiva (devidamente autorizada conforme figura 2, em apêndice B). Neste sentido, foram desenvolvidas as questões 5 a 7, em ordem a avaliar o estatuto socioeconómico do inquirido e do seu agregado familiar.

As questões 5 e 6 procuraram avaliar a posição social subjetiva dos pais do participante e o nível de escolaridade dos mesmos; sendo que as hipóteses de resposta do inquirido no que concerne à escolaridade dos pais se focaram na oportunidade que estes tiveram de frequentar o ensino superior. Por sua vez, a questão 7 procurou conhecer a posição social subjetiva do participante (vide tabela 16, em apêndice A).

3.4.3 Contexto de vizinhança e qualidade de vida

Em 1996, Coulton et al., procuraram desenvolver um questionário que permitisse auferir o contexto de vizinhança em que as crianças de uma determinada área viviam. Para o efeito, desenvolveram perguntas que se baseavam na perceção de qualidade do bairro em que os participantes viviam (como “o meu bairro é um bom sítio para viver”, “É provável que me mude de bairro”), bem como questões que procuravam avaliar os indicadores de desordem (como frequência de carros abandonados, lixo na estrada ou no passeio, por exemplo) e o medo que os indivíduos possuem de ser vítimas de algum crime no seu bairro.

Reisig & Parks (2000) e Brunson & Weitzer (2008) utilizaram fatores como a pobreza, o desemprego, o número de famílias chefiadas por mulheres, o volume de população pertencente a minorias e a taxa de homicídios para medir o indicador em análise. Em adição, Wu et al. (2009) enunciam a composição racial do bairro, a mobilidade residencial e a existência de crimes violentos no bairro como fatores de importante relevo quando se tem o contexto de vizinhança como tópico de discussão, lembrando também a importância que o controlo social informal tem neste aspecto. Por fim, é referido por Schafer et al. (2003) que um outro factor a ter em mente quando se relaciona o contexto de vizinhança com as atitudes em relação aos polícias prende-se com a relação entre o cidadão e a polícia, mais concretamente com a disponibilidade dos moradores de uma determinada área a colaborar com a instituição.

Do exposto, surgiram as questões 9 a 11, conforme tabela 16, em apêndice A, dados os principais indicadores referidos pela literatura científica em ordem a avaliar o contexto de vizinhança dos inquiridos.

3.4.4 Interações prévias com os polícias

No que concerne às interações que os indivíduos com a Polícia, já diversas investigações atendem a esta componente quando procuram estudar as atitudes dos cidadãos relativamente às instituições policiais (vide Mcara & Mcvie, 2005; Carr et al., 2007; Wells, 2007; Bridenball & Jesilow, 2008; Wu & Sun, 2010; Wu, 2010; Bradford & Jackson, 2019).

Numa análise das experiências dos participantes com a Polícia, importa analisar não só o tipo de contacto que estes mantiveram com a instituição – se voluntário ou involuntário (vide subcapítulo 2.4.1. para uma melhor compreensão teórica) – mas também o grau de satisfação destes com as mesmas.

Atendendo ao facto de que o público alvo do presente estudo, revela-se interessante não só analisar as experiências que estes possuem, de forma geral, com os polícias, mas também entender se estes tiveram conhecimento de algum tipo de intervenção por parte da PSP em ambiente universitário. Em adição, pretende-se também perceber o grau de satisfação que os mesmos possuem no que concerne às atuações que presenciaram ou tiveram conhecimento de forma indireta em ambiente universitário.

Neste sentido, foram desenvolvidas as questões 12 a 19. As questões 12 a 17 tiveram por base o estudo desenvolvido por Jackson & Bradford (2019), tendo sido concedida autorização mediante Figura 3, em apêndice C. Neste contexto, as questões 12 a 15 procuraram verificar a existência de contacto direto entre os jovens e polícias (questões 12 e 14) bem como a satisfação com estes contactos (questões 13 e 15). As questões 16 e 17 avaliaram a existência de contactos indiretos, bem como a satisfação destes contactos.

Por fim, as questões 18 e 19 procuram perceber se o participante teve algum tipo de contacto com a Polícia especificamente em ambiente universitário e a satisfação com esse mesmo contacto (se existente).

3.4.5 Atitudes em relação aos polícias

As atitudes em relação aos polícias têm vindo a ser medidas de diversas formas. Diferentes estudos apresentam questões próprias para o fazer, ainda que o foco seja tendencialmente o mesmo: as perceções de justiça procedimental que os participantes possuem da atividade policial, as perceções quanto à importância do serviço policial e quanto à integridade dos polícias.

Em 2015, Nadal & Davidoff estudaram, em contexto americano, as perceções que os cidadãos possuem da Polícia, criando para o efeito a *Perceptions of Police Scale* (vide Anexo 1).

A escala dos autores possui 12 (doze) questões, e pode ser subdivida em duas componentes: atitudes gerais em relação à Polícia (questões 1 a 8) e perceção de imparcialidade na atuação policial (questões 9 a 10). A utilização da escala foi autorizada mediante preenchimento de formulário próprio para o efeito (Figura 4, Apêndice D), sendo traduzida para português conforme Figura 37 em Anexo B. Comparando a tradução

certificada por nós realizada com a que Dias (2021), não parecem verificar-se alterações dignas de discussão.

A tradução certificada foi por nós revista, sendo que foram aplicadas pequenas alterações em ordem a facilitar a leitura por parte do participante e adaptação de pequenos detalhes como “agentes de polícia” para “policías”, dado não ser certo que os participantes apenas contactem com agentes; podendo também ter mantido contacto com chefes ou oficiais. Do efeito resultou a escala final, conforme Figura 5, em Apêndice E.

3.5 Procedimentos de recolha de dados

A fase de recolha de dados é definida por Medeiros (2018) como o processo que visa complementar a análise a realizar, permitindo apresentar e descrever os dados de forma organizada, tornando o relacionamento de variáveis possível.

A aplicação do questionário anteriormente apresentado foi, na sua totalidade, feita através das ferramentas disponibilizadas pelo *Google Forms*, tendo sido respondido exclusivamente via *web*. O questionário foi acedido através de um *link* automaticamente gerado pelo *site* e esteve disponível entre 8 e 22 de março de 2025. Neste intervalo de tempo, foram recolhidas 499 respostas completas.

A escolha desta ferramenta prendeu-se com a sua facilidade em atingir facilmente uma larga quantidade de participantes num espaço reduzido de tempo (Bethlehem & Biffignand, 2011); bem como com a enorme redução do espaço de tempo necessário para a recolha de dados, ainda que seja referido por determinados autores que este tipo de questionários implica uma menor taxa de adesão (Couper, 2000). É também referido por Couper (2000) que a confidencialidade é um dos fatores que pode inibir os participantes de responder a um determinado questionário. Utilizando os formulários *google*, tal barreira é ultrapassada, dado que a ferramenta nos proporciona a possibilidade de preenchimento anónimo.

Vasconcellos & Guedes (2007) procuram elencar as diversas vantagens e desvantagens da utilização de formulários *web* para trabalhos científicos, destacando como vantagens a facilidade de organização dos dados obtidos para posterior análise, um maior alcance de indivíduos em pouco tempo e um baixo custo de criação do mesmo. Quanto a desvantagens, referem que o estudo pode ser restrito a possíveis participantes que, por algum motivo, não possuam acesso à *internet*; reforçando também o referido por Couper (2000) ao mencionarem que este tipo de questionários podem ter menos adesão por os participantes não sentirem contacto com o criador do mesmo.

A recolha de dados foi realizada através de amostragem não probabilística por conveniência, pela técnica amostragem por efeito bola de neve (do inglês *snowball sampling*), dado este ser um método utilizado para populações difíceis de obter uma amostra representativa (Parker & Scott, 2019). Deste modo, não se tem conhecimento do número total de indivíduos a que o questionário foi aplicado nem da taxa de adesão ao mesmo, retratando-se como principal objetivo adquirir o maior número de respostas possível.

Nesta senda, o questionário foi enviado a diversas universidades da cidade de Lisboa, solicitando a sua colaboração; sendo também divulgado nas redes sociais.

3.6 Procedimentos de análise de dados

Os dados recolhidos através do questionário foram devidamente organizados no software Microsoft Excel e posteriormente analisados no Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) – Versão 24 e no SPSS Analysis of Moment Structures (AMOS) – Versão 24. O SPSS foi utilizado para estatísticas descritivas, estatística inferencial e testes de hipóteses, enquanto o AMOS foi empregue no âmbito da análise factorial confirmatória.

A análise estatística envolveu medidas de estatística descritiva (frequências absolutas e relativas, médias e respetivos desvios-padrão) e estatística inferencial. Adicionalmente, foram consideradas medidas como os valores mínimo e máximo, que representam os extremos das respostas.

No que concerne a estatística inferencial, recorreu-se a análise factorial exploratória (AFE), a análise factorial confirmatória (AFC), o coeficiente de consistência interna Alpha de Cronbach, o coeficiente de correlação de Pearson, o teste t de Student para uma amostra, o teste Manova e o teste de Mann-Whitney. A normalidade de distribuição foi analisada com o teste de Shapiro-Wilk e a igualdade da matriz de variâncias e covariâncias com o teste Box's M. A. O nível de significância para rejeitar a hipótese nula foi fixado em $\alpha \leq .05$.

Capítulo IV – Apresentação e discussão de resultados

4.1 Descrição da amostra e resultados

Por forma a testar empiricamente as hipóteses da presente investigação, realizaram-se então diversas análises e testes estatísticos aos resultados obtidos com base na participação de 458 jovens estudantes nos estabelecimentos de ensino superior da cidade de Lisboa, no hiato temporal entre os dias 08 e 22 de março.

4.1.1 Caracterização sociodemográfica dos participantes

A amostra era constituída por 458 inquiridos. Conforme o disposto em Apêndice J, a média de idades era de 21.5 anos, variando entre um mínimo de 18 e um máximo de 25 anos. A maioria era do sexo feminino (53.9%), os pais não tinham frequentado o ensino superior (57.9%), as mães tinham frequentado o ensino superior (57.2%) e considerava que não pertencia a um grupo social em desvantagem social (84.9%).

No que diz respeito ao estatuto socioeconómico subjetivo familiar dos participantes, podemos verificar que o mesmo é alto ($M=6,5$, $Dp=1,6$); à igualdade do estatuto socioeconómico subjetivo dos próprios participantes ($M=6,74$, $Dp=1,79$).

Quanto ao contexto de vizinhança, mais concretamente quanto à qualidade de vida no bairro/vizinhança e medo de ser vítima de um crime, os inquiridos avaliam a qualidade de vida no local onde vivem como alta ($M=7,21$, $Dp=1,827$) e demonstram pouco medo de ser vítimas de um crime no seu local de habitação ($M=3,4$, $Dp= 2,345$). Os valores apresentados são indicativos de que os participantes percecionam a qualidade de vida no seu bairro/vizinhança como boa e possuem um baixo medo de ser vítima de um crime nesse mesmo local.

4.1.2 Interações com os polícias e grau de satisfação com as mesmas

No que diz respeito a interações com os polícias, cerca de 46% ($n=271$) dos inquiridos indica que nos últimos dois anos teve a iniciativa de abordar/ contactar um polícia e cerca de metade dos inquiridos (48.2%, $n=221$) afirmam ter sido contactados/ abordados por um polícia nos últimos 2 anos. Quanto à satisfação das interações, os participantes que procuraram um elemento policial demonstraram um nível de satisfação de 3.7 ($Dp= 1,123$), o que indica um grau de satisfação relativamente elevado pois significativamente superior ao ponto médio de avaliação da escala (3) e os que foram abordados por um polícia

demonstram um grau de satisfação de 3.86 (Dp=1,05), o que indica um grau de satisfação relativamente elevado, pois significativamente superior ao ponto médio de avaliação da escala.

No que diz respeito aos meios através dos quais os inquiridos tomam conhecimento de atuações policiais, o principal meio é a Internet e as redes sociais (44.3%, n=203) seguindo-se, depois, os Órgãos de Comunicação Social (39.5%, n=181). O grau de satisfação médio resultante do conhecimento de alguma atuação policial através de meios digitais ou de terceiros foi de 3.5 (Dp= 0.98); o que indica um grau de satisfação relativamente elevado.

Perto de 43% dos inquiridos (n=196) afirma ter tido conhecimento de alguma atuação policial em ambiente universitário demonstrando um grau de satisfação com a atuação de 3.47 (Dp= 1,04).

4.1.3 Atitudes relativamente aos polícias

Na tabela seguinte podemos apreciar as respostas dos inquiridos às afirmações da Escala de Perceção da Polícia desenvolvida por Nadal & Davidoff, 2015). Em cinza claro evidenciamos as respostas mais frequentes (moda). Assim, as afirmações que geraram índices de concordância mais elevados foram *A Polícia providencia proteção* (54.6%), *Os polícias oferecem-me proteção* (50.9%) e *A Polícia é uma instituição de utilidade pública* (50.2%).

Tabela 1 - Distribuição das atitudes dos participantes

	1	2	3	4	5
Os polícias são simpáticos	1,7%	6,8%	40,4%	42,1%	9,0%
Os polícias oferecem-me proteção	1,5%	5,2%	20,7%	50,9%	21,6%
Os polícias tratam todas as pessoas de forma justa	8,5%	25,8%	32,3%	25,5%	7,9%
Gosto das forças policiais	2,4%	4,6%	25,5%	40,4%	27,1%
Os polícias são boas pessoas	0,9%	2,8%	45,4%	39,1%	11,8%
A Polícia não é discriminatória	8,1%	22,5%	37,1%	23,1%	9,2%
A Polícia providencia proteção	1,1%	4,8%	16,6%	54,6%	22,9%
A Polícia é uma instituição de utilidade pública	1,7%	2,2%	9,8%	50,2%	36,0%
A Polícia é merecedora de confiança	2,2%	5,0%	21,6%	45,2%	26,0%
A Polícia é considerada credível	2,6%	7,4%	24,9%	44,8%	20,3%
Os polícias são imparciais	7,0%	23,4%	37,8%	24,5%	7,4%
Os polícias preocupam-se com a minha comunidade	4,1%	5,0%	28,6%	42,4%	19,9%

Legenda: 1 - Discordo totalmente 2 – Discordo 3 – NDNC 4 – Concordo 5 - Concordo totalmente

Pode-se inferir também que existe uma tendência a concordar que a Polícia é uma instituição de utilidade pública (M=4.17, Md=4) e que providencia proteção (M= 3.93, Md=4), sendo uma instituição credível (M= 3,73, Md=4) e merecedora de confiança (M=3,88, Md=4). Não obstante, é também possível que os participantes não consideram que os polícias tratam todas as pessoas de forma justa (M=2.98, Md=3) e que fatores como a discriminação e imparcialidade se encontram no ponto neutro da escala. Podemos analisar o mencionado de forma mais detalhada na tabela abaixo:

Tabela 2 - Moda e Média de cada componente da POPS

	M	Md
Os polícias são simpáticos	3,50	4,00
Os polícias oferecem-me proteção	3,86	4,00
Os polícias tratam todas as pessoas de forma justa	2,98	3,00
Gosto das forças policiais	3,85	4,00
Os polícias são boas pessoas	3,58	4,00
A Polícia não é discriminatória	3,03	3,00
A Polícia providencia proteção	3,93	4,00
A Polícia é uma instituição de utilidade pública	4,17	4,00
A Polícia é merecedora de confiança	3,88	4,00
A Polícia é considerada credível	3,73	4,00
Os polícias são imparciais	3,02	3,00
Os polícias preocupam-se com a minha comunidade	3,69	4,00

M – Média Md – Moda

4.2 Análise e discussão de resultados

4.2.1 Qualidade métrica das escalas

Após apresentação descritiva dos resultados obtidos através do questionário apresentado aos participantes, importa testar a validade e fiabilidade da escala de atitudes perante os polícias.

A análise fatorial exploratória da escala de Percepções da Polícia convergiu para uma solução com 2 componentes principais que explicam 72.7% da variância total. A primeira componente explica 63.1% da variância total e agrupa 9 dos 12 itens da escala e traduz-se nas Atitudes Gerais Relativas à Polícia, sendo que a segunda componente explica 9.6% e integra todos os itens relacionados com as percepções do Enviesamento/ Imparcialidade Policial.

A consistência interna das subescalas, analisada com o coeficiente de consistência interna Alfa de Cronbach, foi superior a .90 (excelente). A categorização dos valores de Alfa tem como referência Hill (2014).

Tabela 3 - Análise das principais componentes da escala de atitudes

	Componentes	
	1	2
Os polícias são simpáticos	,447	,603
Os polícias oferecem-me proteção	,713	,453
Os polícias tratam todas as pessoas de forma justa	,260	,882
Gosto das forças policiais	,669	,516
Os polícias são boas pessoas	,457	,612
A Polícia não é discriminatória	,248	,858
A Polícia providencia proteção	,839	,307
A Polícia é uma instituição de utilidade pública	,860	,104
A Polícia é merecedora de confiança	,808	,362
A Polícia é considerada credível	,712	,488
Os polícias são imparciais	,294	,847
Os polícias preocupam-se com a minha comunidade	,629	,490
<i>Variância explicada</i>	63.1	9.6
<i>Consistência interna</i>	,936	,915

A análise do modelo bi-factorial da escala de Percepções da Polícia foi realizada através de uma análise factorial confirmatória (CFA). Os valores obtidos, $\chi^2/df = 4.834$; CFI = .956; PCFI = .861; GFI = .915; SRMR = .046; RMSEA = .092, indicam uma qualidade de ajustamento entre sofrível a bom. O ajustamento do modelo implicou a correlação dos erros 1 e 4 e 5 e 6. Adicionalmente, a escala apresenta bons valores de validade compósita e discriminante.

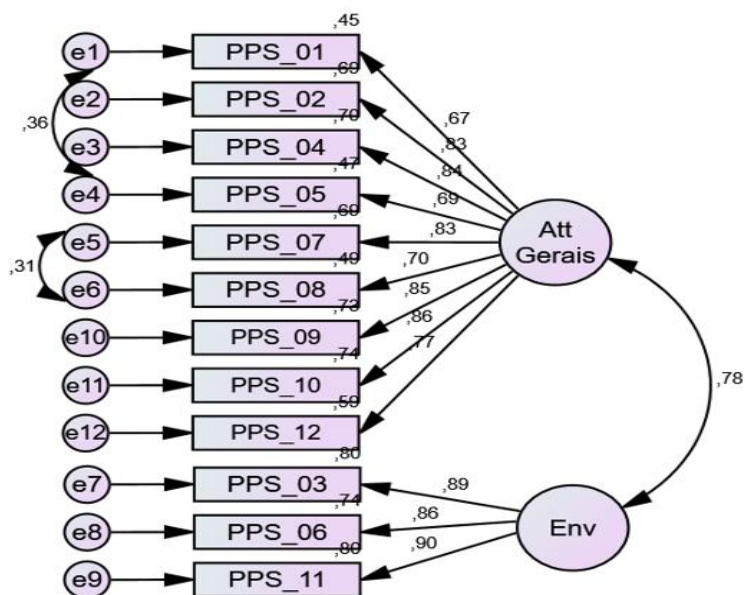


Figura 1- Análise fatorial confirmatória da escala de atitudes

Face ao exposto, podemos inferir que as Atitudes Gerais Relativas à Polícia são relativamente positivas ($M=3,79$, $Dp=0,71$) dado o resultado ser significativamente superior ao ponto médio da avaliação da escala. No que concerne ao Enviesamento Policial, as atitudes não se revelam significativamente diferentes do ponto médio de avaliação da escala ($M=3,01$, $Dp=0,98$). A correlação entre as duas subescalas revela-se significativa, positiva e elevada ($r = .727$, $p < .001$). Na tabela seguinte, podemos verificar as estatísticas descritivas dos valores obtidos nas variáveis em análise, nomeadamente os valores mínimos e máximos, média e respetivos desvios padrão.

Tabela 4 - Estatísticas descritivas das principais componentes da escala de atitudes

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	r
Atitudes Gerais Relativas à Polícia	1,00	5,00	3,79	,71	
Enviesamento Policial	1,00	5,00	3,01	,98	.727***

* $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

4.2.2 Correlação isolada entre as variáveis e as atitudes dos participantes

Por forma a analisar a correlação entre cada uma das variáveis em estudos e as atitudes em relação aos polícias, foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson. Os resultados obtidos podem ser consultados na tabela 17 em Apêndice I.

No que concerne às atitudes gerais face à polícia, a variável que apresentou a maior correlação foi a satisfação dos participantes com o contacto indireto que mantiveram com a polícia ($r = .636$, $p < .01$). Seguiram-se, também com correlações fortes e elevadas

significâncias, a satisfação com a interação que resultou de iniciativa de um polícia ($r = .595$, $p < .01$), a satisfação com a interação de iniciativa do participante ($r = .539$, $p < .01$), e a satisfação com as atuações policiais em ambiente universitário ($r = .568$, $p < .01$).

As variáveis com correlações mais baixas, mas ainda assim com elevada significância, foram o estatuto socioeconómico do participante ($r = .264$, $p < .01$), o estatuto socioeconómico do agregado familiar ($r = .206$, $p < .01$), e a qualidade de vida no bairro ($r = .193$, $p < .01$), sugerindo que contextos socioeconómicos e a qualidade de vida percebida na área de residência influenciam as atitudes em relação à polícia.

Por outro lado, a idade dos participantes não se demonstrou como uma variável com correlação significativa com as atitudes gerais face à polícia ($r = .00$, $p > .5$). O medo de ser vítima de crime, por sua vez, apresentou um coeficiente de correlação negativo e de fraca significância ($r = -.080$, $p > .05$), o que nos indica que, tendencialmente, quanto maior a percepção de insegurança no bairro, mais favoráveis serão as atitudes gerais em relação à polícia.

Por sua vez, quanto às atitudes em relação ao enviesamento policial, as variáveis com maior coeficiente de correlação (elevada significância) com esta componente foram, também, a satisfação: com o contacto indireto com a polícia ($r = .639$, $p < .01$), com a interação de iniciativa policial ($r = .540$, $p < .01$), com a interação de iniciativa do participante ($r = .525$, $p < .01$), e com as atuações policiais em ambiente universitário ($r = .402$, $p < .01$).

As variáveis que apresentaram menores coeficientes de correlação, mas ainda significativas, incluem o estatuto socioeconómico do participante ($r = .198$, $p < .01$), o estatuto socioeconómico do agregado familiar ($r = .101$, $p < .05$) e a qualidade de vida percecionada no bairro ($r = .095$, $p < .05$).

Por fim, também quanto a esta subscala, a idade dos participantes ($r = .018$, $p > .05$) e o medo de ser vítima de um crime ($r = -.015$, $p > .05$) não mostraram correlação significativa com o enviesamento policial, sugerindo também que, quanto maior o medo que um participante possui de ser vítima de um crime, mais favoráveis à instituição são as suas atitudes.

Em suma, as correlações entre as diversas variáveis em estudo e as atitudes dos participantes indicam que a satisfação com os contactos com a instituição, independentemente da sua natureza, são um pilar basilar nas atitudes dos jovens estudantes de ensino superior. As correlações acima apresentadas sugerem que, quanto mais satisfatória for a experiência do indivíduo com os polícias, mais positivas tendem a ser as suas atitudes,

tanto as atitudes gerais como as atitudes relativas ao enviesamento. Por oposição, a idade e o medo do crime não demonstraram relações significativas com as atitudes, o que indica a sua limitada implicação nas atitudes dos participantes do presente estudo. Deste modo, as correlações aqui expostas enaltecem a importância das experiências pessoais dos participantes para formação de atitudes em relação à Polícia.

4.2.3 Discussão de resultados e teste de hipóteses

Conforme os diversos testes estatísticos aplicados, foi possível inferir a veracidade das hipóteses teóricas delimitadas:

A hipótese **H1a** foi verificada. É que os coeficientes de correlação entre o Enviesamento Policial, as Atitudes Gerais Relativas à Polícia e o estatuto socioeconómico são estatisticamente significativos, positivos e fracos. O facto dos coeficientes abaixo apresentados serem positivos implica que, quanto mais elevado o estatuto socioeconómico, mais positivas são as atitudes dos participantes relativamente à Polícia.

Tabela 5 - Correlação entre as atitudes e o estatuto socioeconómico

	Estatuto
Atitudes Gerais Relativas à Polícia	,206**
Enviesamento Policial	,101**

* $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

No que diz respeito à hipótese **H1b**, esta encontra-se refutada, uma vez que os coeficientes de relação entre o medo que os participantes possuem de ser vítimas de um crime e as suas atitudes relativamente aos polícias são negativos. O facto destes serem negativos transmite-nos que, tendencialmente, quanto menor a segurança percebida do bairro, melhores as atitudes dos participantes relativamente aos polícias, em especial nas atitudes gerais.

Tabela 6 - Correlação entre as atitudes e a insegurança percebida pelo participante

	Segurança
Atitudes Gerais Relativas à Polícia	-,080
Enviesamento Policial	-,015

* $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

A Hipótese **H1c** encontra-se, também, verificada. O teste Manova indica que existem diferenças estatisticamente significativas entre grupos em pelo menos uma das subescalas, Wilks' Lambda = .896, $F(2, 455) = 26.403$, $p < .001$. Por sua vez, os testes univariados

indicam que, quanto à subescala de Atitudes Gerais Relativas à Polícia, os participantes que não se consideram como pertencendo a um grupo social em desvantagem social apresentam valores significativamente mais elevados ($M = 3.89$, $DP = 0.65$) do que aqueles que consideram pertencer ($M = 3.27$, $DP = 0.82$), $F(1, 456) = 41.666$, $p < .001$.

Quanto ao Enviesamento Policial, os sujeitos que não se consideram como pertencendo a um grupo social em desvantagem social apresentam também valores significativamente mais elevados ($M = 3.13$, $DP = 0.93$) do que consideram que pertencem ($M = 2.33$, $DP = 0.96$), $F(1, 456) = 47.847$, $p < .001$.

Tabela 7 - Comparação entre as atitudes de participantes pertencentes e não a minorias sociais

	Não Pertence		Pertence		Sig.
	M	DP	M	DP	
Atitudes Gerais Relativas à Polícia	3,89	,65	3,27	,82	,001***
Enviesamento Policial	3,13	,93	2,33	,96	,001***

M – Média DP – Desvio padrão * $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

Por sua vez, a hipótese **H1d** não se confirma. O teste Manova indica que existem diferenças estatisticamente significativas entre sexos em pelo menos uma das subescalas, Wilks' Lambda = .966, $F(2, 455) = 8.019$, $p < .001$. Os testes univariados indicam quanto às Atitudes Gerais Relativas à Polícia, os homens ($M = 3.91$, $DP = 0.71$) apresentam valores significativamente mais elevados do que as mulheres ($M = 3.70$, $DP = 0.70$), $F(1, 456) = 10.014$, $p = .002$.

No que concerne ao Enviesamento Policial, os homens ($M = 3.20$, $DP = 0.98$) apresentam também valores significativamente mais elevados do que as mulheres ($M = 2.84$, $DP = 0.94$), $F(1, 456) = 15.897$, $p < .001$.

Tabela 8 - Comparação das atitudes entre sexo

	Feminino		Masculino		Sig.
	M	DP	M	DP	
Atitudes Gerais Relativas à Polícia	3,70	,70	3,91	,71	.002**
Enviesamento Policial	2,84	,94	3,20	,98	,001***

M – Média DP – Desvio padrão * $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

As hipóteses **H2a e H2b** foram também verificadas, ao serem verificadas correlações estatisticamente significativas, positivas e moderadas ou elevadas.

Os coeficientes de correlação entre o Enviesamento Policial, as Atitudes Gerais Relativas à Polícia e o grau de satisfação com as interações com polícias, seja por porque teve a iniciativa própria de contactar o polícia, ou porque o contacto resultou da iniciativa

do polícia, são estatisticamente significativos, positivos e moderados. Como os coeficientes são positivos, podemos inferir que quanto mais elevado o grau de satisfação com os contactos diretos, mais positivas as atitudes em relação aos polícias, o que confirma **H2a**.

Tabela 9 - Correlação entre as atitudes e o tipo de contacto direto

	Iniciativa própria	Iniciativa Polícia
Atitudes Gerais Relativas à Polícia	,539***	,595***
Enviesamento Policial	,525***	,540***

* $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

Por sua vez, os coeficientes de correlação entre o Enviesamento Policial, as Atitudes Gerais Relativas à Polícia e o grau de satisfação com as interações com polícias, seja porque o participante teve conhecimento de alguma atuação policial através de meios digitais ou por terceiros, ou porque presenciou uma atuação policial em ambiente universitário, são estatisticamente significativos, positivos e moderados ou elevados; confirmando assim **H2b**.

Tabela 10 - Correlação entre as atitudes e os contactos indiretos

	Outros meios	Presenciou
Atitudes Gerais Relativas à Polícia	,636***	,712***
Enviesamento Policial	,639***	,578***

* $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

A hipótese **H2c** não se confirma. O teste Manova indica que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os inquiridos que procuram voluntariamente a polícia e os que não procuraram, Wilks' Lambda = .993, $F(2, 286) = 1.038$, $p = .357$.

Tabela 11 - Diferença de médias entre contacto direto voluntário e involuntário

	Própria		Polícia		Sig.
	M	DP	M	DP	
Atitudes Gerais Relativas à Polícia	3,83	,76	3,87	,66	,648
Enviesamento Policial	3,07	1,06	3,00	1,01	,613

M – Média DP – Desvio padrão

No que diz respeito à hipótese **H3a**, esta é, por sua vez, também refutada. Conforme o teste multivariada da Manova, não existem diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos jovens estudantes nos estabelecimentos de ensino superior de Lisboa em função do meio através do qual os jovens têm conhecimento de atuações policiais (Wilks' Lambda = .979, $F(6, 848) = 1.507$, $p = .173$).

Tabela 12 - Diferença de média nas atitudes conforme meio de contacto indirecto

	Comunicação social		Redes sociais / Internet		Outras Pessoas		Outros meios		Sig.
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	Sig.
Atitudes Gerais	3,75	,64	3,89	,73	3,68	,96	3,81	,96	.188
Enviesamento Policial	2,96	,94	3,07	1,00	3,05	1,03	3,27	1,41	.532

M – Média DP – Desvio padrão

A hipótese **H4a** confirma-se. Os jovens pertencentes a grupos sociais em desvantagem social concordam significativamente menos com as afirmações Os polícias tratam todas as pessoas de forma justa (M = 2.28 vs 3.11, UM = 7776.5, $p < .001$), e Os polícias são imparciais (M = 2.39 vs 3.13, UM = 8183.0, $p < .001$).

Tabela 13 - Percepção de justiça procedimental por parte de jovens pertencentes a minorias

	Não pertence		Pertence		Sig.
	M	DP	M	DP	
Os polícias tratam todas as pessoas de forma justa	3,11	1,05	2,28	,95	,001***
Os polícias são imparciais	3,13	,97	2,39	1,08	,001***

M – Média DP – Desvio padrão * $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

A **Hipótese 5** encontra-se refutada. Numa primeira fase, o teste Manova indica que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os inquiridos que têm conhecimento de atuação por parte da PSP em ambiente universitário e os que não têm conhecimento, Wilks' Lambda = .991, $F(2, 455) = 1.472$, $p = .231$.

Tabela 14 - Atitudes e atuação policial em ambiente universitário

	Tem conhecimento		Não tem conhecimento		Sig.
	M	DP	M	DP	
Atitudes Gerais Relativas à Polícia	3,85	,71	3,73	,73	.088
Enviesamento Policial	3,06	,96	2,94	1,01	,173

M – Média DP – Desvio padrão

Em adição, o teste Manova indica que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os inquiridos que tiveram conhecimento de uma atuação policial em ambiente universitário através das redes sociais ou terceiros tendem e forma abordados por um polícia ou procuraram um polícia, Wilks' Lambda = .979, $F(2, 193) = 0.600$, $p = .550$.

Tabela 15 - Atitudes e contacto direto ou indireto em ambiente de ensino superior

	Indireto		Direto		Sig.
	M	DP	M	DP	
Atitudes Gerais Relativas à Polícia	3,74	,73	3,70	,72	.532
Enviesamento Policial	2,98	1,00	2,82	1,04	.188

M – Média DP – Desvio padrão

Dos resultados obtidos através do questionário aplicado e consequente análise estatística, existe também um conjunto ideias relevantes que podem ser extraídas. A análise das correlações entre as variáveis e as atitudes face à polícia revelou também relações significativas entre as atitudes e algumas variáveis; o que é passível de reflexão.

A forte associação entre variáveis como a satisfação com os contactos indiretos e diretos (tanto de iniciativa do polícia como do jovem participante) e as atitudes face à polícia sugere que as experiências com os polícias são elementos centrais na formação de uma imagem mais positiva ou mais negativa da Polícia entre os jovens estudantes de ensino superior. O referido vai ao encontro do defendido por Reisig & Parks (2000) no que estes refrem como *experience with police* e reforça as conclusões de Dias (2021).

Por oposição, a ausência de uma correlação positiva e significativa entre o medo de ser vítima de um crime e as atitudes (tanto gerais como quanto ao enviesamento) suscita também questões relevantes. O resultado obtido contraria Wu et al.(2009) no que concerne à relação entre o crime existente na área de residência de um indivíduo e as suas atitudes. Neste sentido, a correlação negativa entre esta variável e as atitudes do participante demonstra-nos que estudantes de ensino superior na cidade de Lisboa tendem depositar mais confiança na Polícia à medida que a segurança percecionada na sua área de residência diminui.

Em pé de igualdade, a ausência de uma correlação significativa entre a idade do participante e as atitudes indica que, dentro da faixa etária que se considerou como jovem, a idade não assume um fator que conduz à alteração das atitudes. O referido reforça que, no contexto em análise, as atitudes não são meramente explicadas por fatores sociodemográficos de simples explicação, mas também por variáveis contextuais como a experiência com os polícias. Não podemos afirmar que o resultado vai de encontro ou contra a literatura consultada. É que a literatura diz-nos que jovens tendem a depositar menos confiança nas instituições policiais e a demonstrar atitudes mais negativas, não fazendo diferenciação dentro da faixa etária em análise no presente estudo.

Por fim, variáveis como a qualidade de vida percebida no bairro, e o estatuto socioeconómico subjetivo familiar e do próprio demonstram também que, no público alvo do presente estudo, à medida que estas variáveis aumentam, também as atitudes em relação aos polícias o fazem. O mencionado vai de acordo à literatura consultada, ainda que demonstrando correlação mais fraca do que as variáveis associadas ao contacto direto e indireto com a Polícia.

Deste modo, importa agora aprofundar a análise de alguns tópicos associados aos resultados obtidos.

Numa primeira fase, importa referir uma limitação que Dias (2021) apresenta à escala das atitudes desenvolvida por Nadal & Davidoff, 2015. Como esta escala é de 5 valores (número ímpar), é comum que os resultados tendam para o neutro. Ainda que subescala das Atitudes Gerais em Relação à Polícia tenha tido um resultado significativamente positivo (3,79), isto é, significativamente acima do ponto médio/ neutro da escala (3), o mesmo não se verifica quanto à subescala do Enviesamento Policial, que tendeu para 3,01. A adoção de uma escala que não seja ímpar pode, no futuro, revelar-se útil para estudos, especialmente se forem dirigidos à componente de Enviesamento Policial.

Quando se discute o sexo dos participantes e a sua relação com as atitudes relativamente aos Polícias, importa comparar os resultados por nós obtidos com a literatura existente quanto ao tema em questão. Avdiya (2010) afirma que as atitudes variam em função do sexo, sendo mais positivas entre as mulheres; algo que Williams & Nofziger (2003) e Mbuba (2010) vieram a confirmar também em ambiente de ensino superior. Wu et al. (2013) refutam o mencionado, contribuindo para a discussão académica neste tópico. Os resultados do nosso estudo são consistentes com alguns estudos existentes, contrariando também diversos resultados inconclusivos. Assim, afirmamos que o sexo dos jovens estudantes de ensino superior em Lisboa não é uma variável significativa no que concerne à predição de atitudes em relação aos polícias. É ainda de referir que jovens do sexo masculino tendem a procurar mais os polícias, sendo que menos de metade (n=98, 46.45%) nunca abordou um polícia, enquanto que mais de metade dos participantes do sexo feminino nunca procurou um polícia (n=149, 60.32%).

No que concerne ao estatuto socioeconómico, foi-nos possível inferir que tanto o familiar como o dos participantes apresentaram resultado similares, ainda que os participantes tendam a possuir um estatuto socioeconómico subjetivo superior ao da sua família (6,74 VS 6,5). Podemos perceber que, quanto maior o estatuto socioeconómico dos participantes, mais positivas são as suas atitudes em relação à Polícia; tanto no que concerne

às Atitudes Gerais como no que concerne à perceção de Enviesamento Policial. O referido vai de encontro à literatura consultada.

Por outro lado, não foi possível verificar a existência de uma relação entre a segurança do contexto de vizinhança em que os participantes vivem e atitudes mais negativas. Pelo contrário, ainda que pouco significativos, os índices de correlação negativos demonstram que jovens que vivam em contextos com um menor nível de segurança podem tender a ter melhor atitudes em relação à Polícia. Esta descoberta vem contrariar os resultados obtidos por Jacob (1971); Reisig & Parks (2000) e Wu et al., (2009).

Quanto aos participantes pertencentes a grupos sociais em desvantagem social, podemos afirmar que os participantes que se consideram como pertencendo a um grupo social em desvantagem social apresentam atitudes significativamente menos positivas do que aqueles que não consideram. As atitudes gerais destes participantes, ainda que menos positivas do que as dos restantes, encontram-se acima do ponto médio da escala; algo que não se verifica quanto à subescala referente ao Enviesamento Policial. Os participantes pertencentes a minorias avaliam, assim, a Polícia como discriminatória, com um trato desigual para com os cidadãos e que não tem uma atuação imparcial. Os resultados demonstram a necessidade de, em estudos futuros, se procurar individualizar a minoria social a que o participante pertence, para conseguir perceber se existe algum tipo de grupo social em desvantagem social com atitudes claramente negativas relativamente à instituição quando comparado com os restantes. Para além do mencionado, os resultados por nós obtidos reforçam a literatura existente no que concerne à relação entre a pertença a grupos sociais minoritários e atitudes face às polícias.

Do referido nos parágrafos anteriores, pode-se verificar diversos resultados que se podem demonstrar como indicadores de pelo menos uma das seguintes opções: por um lado, os polícias podem atuar de forma diferente perante indivíduos pertencentes a grupos sociais minoritários e/ou perante indivíduos que aparentam possuir um maior estatuto socioeconómico; por outro, pode também existir uma predisposição de jovens pertencentes a minorias e/ou de jovens com menor estatuto socioeconómico para percecionarem as atuações policiais de forma negativa, bem como para percecionarem negativamente a justiça procedimental dos elementos.

Deste modo, reforça-se o que Dias (2021) enuncia, sendo clara a importância de procurar melhorar as relações com comunidades minoritárias e com menores condições socioeconómicas, em ordem a influenciar positivamente as suas atitudes relativamente à instituição.

Quando se trata da relação entre satisfação com o contacto mantido e as atitudes, é-nos possível corroborar aquilo que a literatura consultada nos transmite. Os contactos com a polícia e a satisfação com estes influencia as atitudes dos indivíduos em relação à instituição policial.

Em relação aos contactos diretos, o mencionado tanto se verifica em contactos voluntários – iniciativa do cidadão – ou involuntários – iniciativa do polícia. Em adição, podemos inferir que, ainda que os contactos diretos influenciem tanto as Atitudes Gerais como a visão quanto ao Enviesamento Policial, a análise estatística sugere-nos que estes possuam uma maior correlação com as Atitudes Gerais.

Dissecando de forma mais aprofundada a distinção entre contactos voluntários e involuntários, podemos também perceber que os contactos que os estudantes de ensino superior de Lisboa mantiveram por sua iniciativa com os polícias tiveram menos impacto nas suas atitudes do que os contactos resultantes de iniciativa dos polícias. O referido vai ao encontro dos resultados que a literatura existente nos apresenta, evidenciando que o cuidado por parte dos polícias ao criar interações positivas quando abordam os jovens influencia as atitudes dos mesmos em relação a toda a instituição e os seus profissionais. No que concerne ao contexto especificamente universitário, podemos perceber que o mero contacto entre jovens e polícias não conduz a uma alteração significativa das atitudes em relação aos polícias; na medida em que não se verificam diferenças entre as atitudes dos jovens que possuem conhecimento de atuações policiais em ambiente universitário e aqueles que não possuem qualquer conhecimento. Quanto às interações indiretas em contexto universitário, fica também provado que estas não conduzem a atitudes mais negativas em relação à PSP do que as interações diretas.

Assim, através das estatísticas anteriormente apresentadas, podemos observar que as atitudes gerais em relação aos polícias por parte dos participantes são algo positivas, ainda que seja possível verificar alguma variabilidade nas respostas dos estudantes. Quanto às atitudes em relação ao Enviesamento Policial, podemos verificar que estas se encontram no ponto médio da escala ($M=3,02$) e claramente abaixo deste ponto em participantes pertencentes a minorias sociais ($M=2,33$), como observado anteriormente.

Verificou-se também que, quanto maior o estatuto socioeconómico dos estudantes, mais positivas são as suas atitudes em relação à instituição policial. Por outro lado, contrariou-se a revisão de literatura no que diz respeito à insegurança do bairro dos participantes e a sua relação com as atitudes dos mesmos. Verificámos que quanto menos seguro o bairro ou a vizinhança do estudante é, mais positivas tendem a ser as atitudes. Este

resultado pode indicar que os polícias atuam com correção em bairros com maior insegurança, garantindo que os jovens desenvolvam atitudes mais positivas face à sua presença.

De forma geral, os resultados por nós obtidos permitem uma maior compreensão das variáveis enunciadas como influenciadoras das atitudes em relação à polícia, o que contribui para o enriquecimento do debate sobre o tema e constitui uma base sólida para as reflexões finais da presente dissertação.

Conclusões

O presente capítulo apresenta as principais considerações do estudo, com base nos contributos teóricos identificados na revisão da literatura e nos dados empíricos recolhidos através da aplicação do questionário. Adicionalmente, são discutidas as limitações identificadas e também sugeridas novas direções para futuras investigações que venham a tratar a temática.

A presente investigação teve como objetivo geral identificar e analisar as atitudes dos jovens universitários que estudam em Lisboa face à PSP, considerando variáveis como a idade, o sexo, a pertença a grupos em desvantagem social, a qualidade de vida, o medo de vitimização e o contacto com a Polícia. Os objetivos específicos centraram-se também em inferir se a presença policial e a sua atuação em ambiente de ensino superior conduz ou não a avaliações mais negativas da instituição. Os dados obtidos permitiram atingir esses objetivos, revelando que, de forma geral, as atitudes dos jovens são positivas, embora críticas entre minorias, sobretudo no que concerne ao enviesamento policial. Foi concluído que o contacto com os polícias é a variável com maior correlação com as atitudes dos inquiridos; sendo ainda possível perceber que o mero contacto com polícias em ambiente universitário não conduz a uma alteração significativa nas atitudes dos jovens, o que pode reforçar a necessidade de contactos mais positivos com este público.

Numa primeira fase, procurámos explorar o conceito de atitude, um conceito bastante discutido na comunidade científica e em específico no âmbito da Psicologia Social. A definição do conceito em estudo e a sua distinção de alguns outros conceitos que com este se relacionam revelou-se importante para perceber como o mesmo é moldado por diversas variáveis e as implicações que o mesmo possui nas interações sociais dos indivíduos. Defeniram-se, assim, atitudes como predisposições cognitivas para avaliar um determinado alvo de forma favorável ou desfavorável, sendo tripartidas em 3 componentes: uma cognitiva, outra afetiva e outra comportamental.

Em seguida, explorámos os diversos fatores que influenciam a formação e alteração das atitudes, identificando como principais elementos as experiências pessoais, os meios de comunicação social e os agentes de socialização, como pais e amigos. Além disso, destacámos a influência de variáveis como a educação e o contexto social do indivíduo.

Ao dissecar a temática das atitudes face à autoridade policial, procurámos identificar as variáveis que influenciam tais predisposições avaliativas e as suas consequências, quer estas sejam positivas ou negativas. Foram identificados como fatores determinantes o

contacto direto e indireto com agentes de autoridade, tanto voluntário como involuntário, os diferentes meios de exposição à atuação policial e o estatuto socioeconómico do indivíduo e da sua família; bem como o contexto de vizinhança.

Foi possível inferir a sua estreita relação com os conceitos de justiça procedimental e legitimidade policial, principalmente na medida em que as avaliações de justiça procedimental por parte dos procedimentos adotados pelos polícias influencia a confiança que os cidadãos depositam na instituição e a predisposição destes para colaborar. Assim, percebemos também que os indivíduos que consideram que a Polícia atua de forma justa, imparcial e não discriminatória tendem a reconhecer a sua autoridade como legítima, contribuindo assim para uma maior aceitação das normas e reduzindo comportamentos de oposição à autoridade ou de desconfiança para com elementos policiais. Nesta senda, compreendeu-se ainda que as atitudes em relação à Polícia não dependem apenas das predisposições cognitivas dos indivíduos, mas também de boas práticas policiais. A promoção de práticas policiais assentes na justiça procedimental revela-se, conforme a literatura consultada, um pilar basilar no garante da legitimidade policial e na melhoria de relações com a sociedade.

Identificadas as variáveis com implicações nas atitudes dos jovens face ao objeto em análise, foram analisadas as diversas formas de medir essas variáveis, sendo as mesmas, após obtenção dos dados para análise, correlacionadas com as atitudes dos participantes. Ainda que não se possa afirmar que a amostra obtida seja representativa, pode-se verificar que a mesma é resultante de uma boa adesão ao questionário, dando um bom grau de confiança aos resultados, pelo que estes não devem ser ignorados.

Assim, importa também destacar as correlações observadas entre as variáveis estudadas e as atitudes dos participantes em relação à Polícia. Tal análise permite identificar os fatores com maior peso correlacional e, conseqüentemente, com um maior potencial de influência.

Quanto às Atitudes Gerais relativamente à Polícia, podemos organizar de forma decrescente as correlações verificadas, estando com um maior coeficiente de relação a satisfação com interações indiretas, imediatamente seguida da satisfação com as interações diretas involuntárias e voluntárias, respetivamente. Com uma correlação menor, seguiram-se as variáveis satisfação com a interação em ambiente universitário, seguida do estatuto socioeconómico individual e da qualidade de vida do bairro, sendo o estatuto socioeconómico a variável com correlação mais fraca. Não se verificou uma correlação entre

a idade dos participantes e as atitudes gerais, sendo que o medo de ser vítima de um crime apresentou uma correlação negativa com o construto em estudo.

No que diz respeito às atitudes quanto ao enviesamento policial, verificou-se que, quando colocadas as correlações de forma decrescente, não se verificou uma alteração significativa na ordem das mesmas. A principal alteração foi que se passou a verificar uma maior correlação entre o estatuto socioeconómico familiar e as atitudes relativas ao enviesamento do que entre a qualidade de vida no bairro e as mesmas atitudes.

Nesta senda, podemos constatar, numa primeira fase, que as atitudes gerais dos jovens estudantes de ensino superior na cidade de Lisboa possuem atitudes significativamente positivas em relação às autoridades policiais, ao contrário das atitudes relativas ao enviesamento policial, que se revelam neutras junto desta comunidade, sendo inclusivamente negativas junto da comunidade estudantil pertencente a minorias sociais. Quanto aos jovens pertencentes a grupos sociais em desvantagem social, foi então possível concluir que estes tendem a ter também atitudes significativamente negativas quanto à justiça procedimental e imparcialidade policial.

Os resultados acima descritos reforçam a necessidade da instituição procurar, continuamente, melhorar a sua imagem através dos meios indiretos – entenda-se redes sociais, *internet* e Órgãos de Comunicação Social – bem como de reforçar junto dos seus polícias a importância dos contactos positivos, tanto quando abordam jovens como quando os jovens procuram a sua ajuda.

Quanto a limitações, importa numa primeira fase discutir as que se encontram associadas ao método escolhido para aplicar o questionário. Os questionários distribuídos *online* apresentam algumas limitações, entre as quais uma possível menor taxa de adesão e a desconfiança quanto ao anonimato, bem como que a restrição a participação de indivíduos que não possuam acesso à *internet*.

Uma outra limitação ao estudo prende-se com as variáveis em análise como passíveis de influenciar as atitudes dos jovens. Para além de estas serem várias e de complexa quantificação, as escalas adotadas são, todas elas, subjetivas. A adoção de escalas exatas que não dependem da perceção do jovem, ainda que mais confiáveis, levariam a diferentes questões e, também, a um maior volume de questões, o que poderia inibir o participante de submeter o questionário completo. Para adotar escalas de natureza objetiva, dever-se-ia reduzir o número de variáveis em análise e procurar-se explorar alguma(s) de forma mais aprofundada. Para o efeito, pode ser tido como ponto de partida a ordem decrescente de influencia das variáveis estudadas nas atitudes dos jovens.

Deste modo, também se recomenda a redução das variáveis enunciadas por moldar as atitudes dada a sua elevada complexidade. Recomenda-se o foco em uma determinada variável, em ordem a permitir uma exposição e análise mais completa da informação obtida. Uma restrição das variáveis em estudo permitirá também medir as mesmas de forma mais profunda, ao invés de forma subjetiva a partir da percepção que o participante possui.

Em adição, a opção por uma escala ímpar, como já referido, também se pode apresentar como uma limitação na medição das atitudes. O facto de escalas ímpares tenderem para o neutro pode ser futuramente colmatado com a adoção de escalas pares ou até mesmo com pequenas alterações a escalas ímpares já comprovadas como válidas e fiáveis.

No que concerne a futuras investigações na área em questão, recomenda-se que se procure atingir uma amostra representativa de uma determinada franja da sociedade em estudo. Uma opção de estudo na área das atitudes em relação aos polícias pode também ser dirigido a indivíduos pertencentes a grupos sociais em desvantagem social. É transversal à literatura consultada que as minorias tendem a ter atitudes mais negativas, em específico no que concerne ao enviesamento policial; sendo que, principalmente, os estudos existentes ao momento se focam na raça (sobretudo pessoas de cor negra e, em específico no contexto americano, indivíduos americo-latinos). Neste sentido, estudos futuros poderiam focar-se também em minorias nacionais, cada vez mais presentes nos diversos países ou em minorias sexuais, por exemplo.

Assim, o presente estudo procurou contribuir para uma melhor compreensão das atitudes dos jovens – em específico estudantes de ensino superior – em relação à Polícia, explorando a influência de diversas variáveis individuais e ambientais e procurando abordar também a sua visão de justiça procedimental quanto aos polícias.

Referências Bibliográficas

- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179–211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- Ajzen, I. (2001). Nature and Operation of Attitudes. *Annual Review of Psychology*, 52(1), 27–58. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.27>
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1972). Attitudes and normative beliefs as factors influencing behavioral intentions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 21(1), 1–9. <https://doi.org/10.1037/h0031930>
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1977). Attitude-behavior relations: A theoretical analysis and review of empirical research. *Psychological Bulletin*, 84(5), 888–918. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.84.5.888>
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (2005). The Influence of Attitudes on Behavior. In D Albarracín, B. Johnson, & M. Zanna (Eds.), *The handbook of attitudes* (pp. 173–221). Lawrence Erlbaum Associates.
- Albarracín, D., & Shavitt, S. (2018). Attitudes and Attitude Change. *Annual Review of Psychology*, 69(1), 299–327. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-122216-011911>
- Albarracín, D., & Vargas, P. (2010). Attitudes and persuasion: From biology to social responses to persuasive intent. In S. Fiske, D. Gilbert, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of Social Psychology* (1st ed, pp. 394-427). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9780470561119.socpsy001011>
- Albarracín, D., Sunderrajan, A., Lohmann, S., Chan, M., & Jiang, D. (2018). *The Psychology of Attitudes, Motivation, and Persuasion*. <https://www.researchgate.net/publication/325114721> The Psychology of Attitu

des Motivation and Persuasion In Albarracin Johnson Eds Handbook of Attitudes

- Albarracin, D., Zanna, M. P., Johnson, B., & Kumkale, G. (2005). Attitudes: Introduction and scope. In D Albarracín, B. Johnson, & M. Zanna (Eds.), *The handbook of attitudes* (pp. 3-19). Lawrence Erlbaum Associates.
- Alberton, A. M., & Gorey, K. M. (2018). Contact is a stronger predictor of attitudes toward police than race: A state-of-the-art review. *Policing: An International Journal*, *41*(1), 2–23. <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-06-2017-0070>
- Allport, G. W. (1935). Attitudes. In C. Murcwhinson (Ed.), *A Handbook of Social Psychology* (pp. 798–844). Clark University Press.
- Amin, K., Alfarauqi, M., & Khatimah, K. (2018). Social Media, Cyber Hate, and Racism. *Komuniti : Jurnal Komunikasi dan Teknologi Informasi*, *10*, 3–10. <https://doi.org/10.23917/komuniti.v10i1.5613>
- Arnett, J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, *55*(5), 469–480. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.5.469>
- Avdija, A. S. (2010). The Role of Police Behavior in Predicting Citizens' Attitudes Toward the Police. *Applied Psychology in Criminal Justice*, *6*, pp. 15-29.
- Banha, I. (2024). "A tolerância que a sociedade tem ao erro do polícia é muito baixa", avisa diretor da PSP. *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/3183630129/a-tolerancia-que-a-sociedade-tem-ao-erro-do-policia-e-muito-baixa-avisa-diretor-da-ssp/>
- Bennett, R. R., & Wiegand, R. B. (1994). Observations on crime reporting in a developing nation. *Criminology*, *32*(1), 135–148. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1994.tb01149.x>

- Bethlehem, J. & Biffignandi, S. (2011). *Handbook of Web Surveys* (2nd ed.). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118121757>
- Bisin, A., & Verdier, T. (2001). The Economics of Cultural Transmission and the Dynamics of Preferences. *Journal of Economic Theory*, 97(2), 298–319. <https://doi.org/10.1006/jeth.2000.2678>
- Blishen, B., Carroll, W., & Moore, C. (1987). The 1981 socioeconomic index for occupations in Canada. *Canadian Review of Sociology/Revue Canadienne de Sociologie*, 24(4), 465–488. <https://doi.org/10.1111/j.1755-618X.1987.tb00639.x>
- Bottoms, A., & Tankebe, J. (2012). Beyond Procedural Justice: A Dialogic Approach to Legitimacy in Criminal Justice. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 102(1), 118-170.
- Bradford, B. (2012). Policing and social identity: Procedural justice, inclusion and cooperation between police and public. *Policing and Society*, 24(1), 22–43. <https://doi.org/10.1080/10439463.2012.724068>
- Bradford, B., & Jackson, J. (2010). Trust and Confidence in the Police: A Conceptual Review. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1684508>
- Brick, B. , Taylor, T., & Esbensen, F. (2009). Juvenile attitudes towards the police: The importance of subcultural involvement and community ties. *Journal of Criminal Justice*, 37(5), 488–495. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2009.07.009>
- Bridenball, B., & Jesilow, P. (2008). What Matters. *Police Quarterly*, 11(2), 151–181. <https://doi.org/10.1177/1098611107313942>
- Briñol, P., & Petty, R. E. (2005). Individual Differences in Attitude Change. In D. Albarracín, B. T. Johnson, & M. P. Zanna (Eds.), *The handbook of attitudes* (pp. 575–615). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

- Brown, B., & Reed Benedict, W. (2002). Perceptions of the police: Past findings, methodological issues, conceptual issues and policy implications. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 25(3), 543–580. <https://doi.org/10.1108/13639510210437032>
- Brunson, R., & Weitzer, R. (2009). Police relations with black and white youths in different urban neighborhoods. *Urban Affairs Review*, 44(6), 858–885. <https://doi.org/10.1177/1078087408326973>
- Cardoso, H. (2006). A quantificação do estatuto socioeconómico em populações contemporâneas e históricas: dificuldades, algumas orientações e importância na investigação orientada para a saúde. *Antropologia Portuguesa*, 22(23), 247-272.
- Clemente, P. (2015). Cidadania Polícia e Segurança. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI).
- Cooper, J., & Croyle, R. T. (1984). Attitudes and Attitude Change. *Annual Review of Psychology*, 35(1), 395–426. <https://doi.org/10.1146/annurev.ps.35.020184.002143>
- Cossyleon, J. E. (2019). Community Policing. *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Urban and Regional Studies*, 1–5. <https://doi.org/10.1002/9781118568446.eurs0058>
- Coulton, C., Korbin, J., & Su, M. (1996). Measuring neighborhood context for young children in an urban area. *American Journal of Community Psychology*, 24(1), 5–32. <https://doi.org/10.1007/BF02511881>
- Couper, M. P. (2000). Web Surveys: A Review of Issues and Approaches. 64, 464-494.
- Cristina, A. (2014). *Desigualdades socioeconómicas no tabagismo em jovens dos 15 aos 17 anos: estudo SILNE* (Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/14489/4/RUN%20-%20Dissertação%20de%20Mestrado%20-%20Andreia%20Sofia%20Cristina.pdf>

- Cristina, A., Alves, J. & Perelman, J. (2016). Desigualdades socioeconómicas no tabagismo em jovens dos 15 aos 17 anos. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 34 (1), 69-76. <https://doi.org/10.1016/j.rpsp.2015.09.002>
- Crosby, A. (2018). Review of Schneider's Policing and Social Media: Social Control in an Era of New Media. *Surveillance & Society*, 16, 115–117. <https://doi.org/10.24908/ss.v16i1.8613>
- Dai, M., Frank, J., & Sun, I. (2011). Procedural justice during police-citizen encounters: The effects of process-based policing on citizen compliance and demeanor. *Journal of Criminal Justice*. 39(2), 159–168. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2011.01.004>
- Davis, J. (1956). Status Symbols and the Measurement of Status Perception. *Sociometry*, 19(3), 154-165. <https://doi.org/10.2307/2785629>
- Dayrell, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 40–52. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>
- Dias, D. (2021). *Atitudes de Jovens Relativamente à Polícia de Segurança Pública* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/37043/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Daniel%20Dias.pdf>
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2024). *Estatísticas da Educação*. <https://www.dgeec.medu.pt/art/ensino-superior/undefined/undefined/65520ab1455255473193d29b>
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes*. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (2007). The Advantages of an Inclusive Definition of Attitude. *Social Cognition*, 25(5), 582–602. <https://doi.org/10.1521/soco.2007.25.5.582>

- Fabrigar, L., Macdonald, T., Wegener, D. (2005) Tge structure of attitudes. . In D Albarracín, B. Johnson, & M. Zanna (Eds.), *The handbook of attitudes* (pp. 79-124). Lawrence Erlbaum Associates.
- Farren, D., Hough, M., Murray, K., & McVie, S. (2018). Trust in the Police and Police Legitimacy Through the Eyes of Teenagers. *Minority Youth and Social Integration*, 167–192 https://doi.org/10.1007/978-3-319-89462-1_7
- Fazio, R. H., Sanbonmatsu, D. M., Powell, M. C., & Kardes, F. R. (1986). On the automatic activation of attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(2), 229–238. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.50.2.229>
- Fernandes, L. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Ferreira, N. J. (2017). *A Comunicação de Crise: Contributo para a atividade operacional da Polícia*. Lisboa: ISCPSI.
- Ferreira, N. J. (2017). *A Comunicação de Crise: Contributo para a atividade operacional da Polícia*. (Dissertação de Mestrado). ISCPSI. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/20026/1/Nuno%20Ferreira.pdf>
- Forthin, M. (2000). *O processo de investigação: Da concepção à realização*. Lusodidacta.
- Gil, A. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6th ed.). Editora Atlas S. A.
- Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102(1), 4–27. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.102.1.4>
- Griffiths, C., & Winfree, L. (1982). Attitudes Toward the Police: A Comparison of Canadian and American Adolescents. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, 6(1–2), 127–141. <https://doi.org/10.1080/01924036.1982.9688748>

- Hepler, J., & Albarracin, D. (2013). Attitudes Without Objects: Evidence for a Dispositional Attitude, Its Measurement, and Its Consequences. *Journal of personality and social psychology*, 104. <https://doi.org/10.1037/a0032282>
- Hill, M., & e Hill, A. (2014), Investigação por questionário, Edições Sílabo, 2ª edição, Lisboa
- Hinds, L. (2007). Building police—youth relationships: The importance of procedural justice. *Youth Justice*, 7(3), 195-209. <https://doi.org/10.1177/1473225407082510>
- His Majesty's Inspectorate of Constabulary and Fire & Rescue Services (HMICFRS), (2024). *PEEL Assessments 2023-25*. <https://hmicfrs.justiceinspectrates.gov.uk/peel-reports-year/2023-25/>
- His Majesty's Inspectorate of Constabulary and Fire & Rescue Services (HMICFRS), (2024). *What is PEEL?*. <https://hmicfrs.justiceinspectrates.gov.uk/peel-assessments/what-is-peel/>
- Hogg, M. & Vaughan, G. (2018). *Social Psychology*. (8th ed). Pearson
- Hollingshead, A. (1975). *Four Factor Index of Social Status*. <https://artlesstanzim.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/05/hollingshead-four-factors-2.pdf>
- Hollis, S. & Robertello, D. (2023). *What is procedural Justice? An introduction to procedural justice* [Conference session]. Office Lunch & Learn. Nova Iorque. <https://www.criminaljustice.ny.gov/crimnet/ojsa/initiatives/reentry-docs/What%20is%20Procedural%20Justice-FINAL.pdf>
- Jackson, J., & Bradford, B. (2019). *Measuring Public Attitudes Towards the Police*. <https://doi.org/10.31235/osf.io/2dh5s>

- Jefferson, T., & Walker, M. A. (1993). ATTITUDES TO THE POLICE OF ETHNIC MINORITIES IN A PROVINCIAL CITY. *The British Journal of Criminology*, 33(2), 251–266. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.bjc.a048300>
- Joshi, A., Kale, S., Chandel, S., & Pal, D. (2015). Likert scale: Explored and Explained. *Current Journal of Applied Science and Technology*, 396–403. <https://doi.org/10.9734/BJAST/2015/14975>
- Kassin, S. M., Fein, S., & Markus, H. R. (2014). *Social psychology* (Ninth edition). Wadsworth Cengage Learning.
- Klein, J. F., Webb, J. R., & DiSanto, J. E. (1978). Experience with the police and Attitude Towards the Police. *Canadian Journal of Sociology*, 3(4), 441. <https://doi.org/10.2307/3339776>
- Krosnick, J. A., & Alwin, D. F. (1989). Aging and susceptibility to attitude change. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57(3), 416–425. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.57.3.416>
- Leiber, M., Nalla, M., & Farnworth, M. (1998). Explaining Juveniles' Attitudes Toward the Police. *Justice Quarterly*, 15, 151–174. <https://doi.org/10.1080/07418829800093671>
- Leite, D. (2025). *Por Lisboa, por uma Cidade Universitária*. Expresso. <https://expresso.pt/geracao-e/2025-01-23-por-lisboa-por-uma-cidade-universitaria-2fd477be>
- Lima, L., & Nassaro, A. (2011). *Estratégias de Policiamento Preventivo: "Indiferença Zero"*. *Uma Boa Experiência de Polícia* (1st ed.). ASSIS/ SP.
- Lima, M. & Correia, I. (2017). Atitudes: Estrutura e Mudança. In M. Monteiro, & J. Vala (Edits.), *Psicologia Social* (4th ed., pp. 201-243). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- MacKay, N. J., & Covell, K. (1997). The Impact of Women in Advertisements on Attitudes Toward Women. *Sex Roles*, 36(9/10), 573–583. <https://doi.org/10.1023/A:1025613923786>
- Maio, G. R. (2010). Mental Representations of Social Values. *Advances in Experimental Social Psychology*, 42, 1–43. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(10\)42001-8](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(10)42001-8)
- Marozzi, M. (2015). Measuring Trust in European Public Institutions. *Social Indicators Research*, 123(3), 879–895. <https://doi.org/10.1007/s11205-014-0765-9>
- Mbuba, J. (2010). Attitudes Toward the Police: The Significance of Race and Other Factors Among College Students. *Journal of Ethnicity in Criminal Justice*. 8(3), 201-215. <https://doi.org/10.1080/15377938.2010.502846>
- Mcara, L., & Mcvie, S. (2005). The usual suspects?: Street-life, young people and the police. *Criminal Justice*, 5(1), 5–36. <https://doi.org/10.1177/1466802505050977>
- Medeiros, G. (2018). *Continuidade e mudança nas atitudes sociais face à PSP - uma análise exploratória* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI). <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/25032/1/Gon%c3%a7alo%20Medeiros.pdf>
- Moreno, J. C. (2009). Conceito de minorias e discriminação. *Direito e Humanidades*, 17. <https://doi.org/10.13037/dh.n17.888>
- Nações Unidas (2024). *Juventude*. <https://unric.org/pt/juventude/>
- Nakao, K., & Treas, J. (1992). *The 1989 Socioeconomic Index of Occupations: Construction from the 1989 Occupational Prestige Scores (No 74)*. GSS Methodological Report. https://www.researchgate.net/publication/229067875_The_1989_Socioeconomic

Index of Occupations Construction from the 1989 Occupational Prestige Scores

- Newcomb, T. (1967). *Persistence and Change: Bennington College and Its Students After Twenty-Five Years*. Wiley.
- Nihart, T., Lersch, K., Sellers, C. & Mieczkowski, T. (2005). Kids, Cops, Parents and Teachers: Exploring Juvenile Attitudes Toward Authority Figures. *Western Criminology Review*, 6(1), 79-88.
- Parker, C., & Scott, S. (2019). Convenience of snowball sampling. *SAGE Research Methods Foundations*. <http://dx.doi.org/10.4135/>
- Perry, W. (1999). *Forms of ethical and intellectual development in the college years: A scheme*. (1st ed.) Jossey-Bass.
- Petty, R., & Cacioppo, J. (1986). The Elaboration Likelihood Model of Persuasion. *Advances in Experimental Social Psychology*, 19, 123–205. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60214-2](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60214-2)
- Piliavin, I., & Briar, S. (s.d.). *Police Encounters With Juveniles*.
- Poças, R. M. D. (2009). *Atitudes dos futuros professores de educação física face à inclusão de alunos com deficiência*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra
- Prince, V. (2005). Sex vs. Gender. *International Journal of Transgenderism*, 8(4), 29–32. https://doi.org/10.1300/J485v08n04_05
- Prodanov, C. & Freitas, E. (2012). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico (2nd ed.)*. Universidade Feevale.
- Reisig, M. D., & Parks, R. B. (2000). Experience, quality of life, and neighborhood context: A hierarchical analysis of satisfaction with police. *Justice Quarterly*, 17(3), 607–630. <https://doi.org/10.1080/07418820000094681>

- Robertson, C. (2018). Restoring Public Confidence in the Criminal Justice System: Policing Prosecutions When Prosecutors Prosecute Police. *Emory Law Journal*, 67(4).
- Sampson, R. J., & Bartusch, D. J. (1998). Legal cynicism and (subcultural?) tolerance of deviance: The neighborhood context of racial differences. *Law & Society Review*, 32(4), 777–804. <https://doi.org/10.2307/827739>
- Santos, D., Palomares, N., Normando, D., & Quintão, C. (2010). Raça versus etnia: Diferenciar para melhor aplicar. *Dental Press Journal of Orthodontics*, 15(3), 121–124. <https://doi.org/10.1590/S2176-94512010000300015>
- Schafer, J., Huebner, B., & Bynum, T. (2003). Citizen Perceptions of Police Services: Race, Neighborhood Context, and Community Policing. *Police Quarterly*, 6(4), 440-468. <https://doi.org/10.1177/1098611102250459>
- Schuman, H., & Johnson, M. (1976). Attitudes and Behavior. *Annual Review of Sociology*, 2, 161–207.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the Content and Structure of Values: Theoretical Advances and Empirical Tests in 20 Countries. *Advances in Experimental Social Psychology*, 25, 1–65. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60281-6](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60281-6)
- Sindall, K., McCarthy, D., & Brunton-Smith, I. (2016). Young people and the formation of attitudes towards the police. *European Journal of Criminology*, 14(3), 344-364. <https://doi.org/10.1177/1477370816661739>
- Suchman, M. C. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *The Academy of Management Review*, 20(3), 571. <https://doi.org/10.2307/258788>
- Suddaby, R., Bitektine, A., & Haack, P. (2017). Legitimacy. *Academy of Management Annals*, 11(1), 451–478. <https://doi.org/10.5465/annals.2015.0101>

- Sumadevi, S. (2023). Impact of social media on Youth: Comprehensive Analysis. *Shodh Sari-An International Multidisciplinary Journal*, 02, 286–301. <https://doi.org/10.59231/SARI7640>
- Sun, K. (1995). The definition of race. *American Psychologist*, 50(1), 43–44. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.50.1.43>
- Tankebe, J. (2013). Viewing Things Differently: The Dimensions of Public Perceptions of Police Legitimacy. *Criminology*, 51(1), 103–135. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2012.00291.x>
- The President’s Task Force On 21st Century Policing (2015). *Final Report of The President’s Task Force On 21st Century Policing*. Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services. https://cops.usdoj.gov/pdf/taskforce/taskforce_finalreport.pdf
- Thomas, W., & Znaniecki, F. (1996). *The polish peasant in Europe and America: A classic work in immigration history* (Student edition). University of Illinois Press.
- Thurstone, L. L. (1931). The measurement of social attitudes. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 26(3), 249–269. <https://doi.org/10.1037/h0070363>
- Tyler, T. (1990). *Why people obey the law*. Princeton University Press.
- Tyler, T., & Jackson, J. (2013). Future Challenges In The Study Of Legitimacy And Criminal Justice. In J. Tankebe & A. Liebling (eds.), *Legitimacy and Criminal Justice: An International Exploration*. Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2141322>
- Warner, B. D. (2007). Directly intervene or call the authorities? A study of forms of neighborhood social control within a social disorganization framework. *Criminology*, 45(1), 99–129. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2007.00073.x>

- Webb, V. (2007). Attitudes Toward the Police: Overview. In J. Greene (Ed.), *The Encyclopedia of Police Science* (3rd ed., pp. 73-79). Routledge.
- Weitzer, R., & Tuch, S. (2004). Race and perceptions of police misconduct. *Social Problems*, 51(3), 305–325. <https://doi.org/10.1525/sp.2004.51.3.305>
- Wells, W. (2007). Type of contact and evaluations of police officers: The effects of procedural justice across three types of police–citizen contacts. *Journal of Criminal Justice*, 35(6), 612–621. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2007.09.006>
- Whitfield, M., & Jordan, C. H. (2009). Mutual influence of implicit and explicit attitudes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45(4), 748–759. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2009.04.006>
- Williams, L. S., & Nofziger, S. (2003). Cops and the college crowd: Young adults and perceptions of police in a college town. *Journal of Crime and Justice*, 26(2), 125–151. <https://doi.org/10.1080/0735648X.2003.9721185>
- Wilson, T. D., Lindsey, S., & Schooler, T. Y. (2000). A model of dual attitudes. *Psychological Review*, 107(1), 101–126. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.107.1.101>
- Wu, Y. (2010). College Students' Evaluation of Police Performance: A Comparison of Chinese and Americans. *Journal of Criminal Justice*, 38(4), 773–780. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2010.05.004>
- Wu, Y., & Sun, I. (2010). Perceptions of police: An empirical study of Chinese college students. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 33(1), 93–113. <https://doi.org/10.1108/13639511011020610>
- Wu, Y., Lake, R., & Cao, L. (2013). Race, Social Bonds, and Juvenile Attitudes toward the Police. *Justice Quarterly*, 32(3), 445–470. <https://doi.org/10.1080/07418825.2013.778325>

- Wu, Y., Sun, I. Y., & Triplett, R. A. (2009). Race, Class or Neighborhood Context: Which Matters More in Measuring Satisfaction with Police? *Justice Quarterly*, 26(1), 125–156. <https://doi.org/10.1080/07418820802119950>
- Zanella, A., Groff, A., Silva, D., Mattos, L., Furtado, J., & Assis, N. (2013). Jovens, juventude e políticas públicas: Produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011). *Estudos de Psicologia (Natal)*, 18(2), 327–333. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000200019>

Anexos e apêndices

Apêndices

Apêndice A: Estrutura dos dados questionados

Tabela 16 - Estrutura dos dados questionados

Dimensões	Variáveis	Questões	Indicadores	
Controlo da amostra	Verificação se o participante é estudante universitário	Q1	Distribuição por apto ou inapto	
	Idade	Q2	Distribuição por idade	
Caracterização sociodemográfica	Sexo	Q3	Distribuição por sexo	
	Pertença a um grupo social minoritário	Q4	Distribuição por pertença a um grupo social minoritário	
	Estatuto socioeconómico		Q5	Distribuição por estatuto social subjetivo do agregado familiar
			Q6	Distribuição por nível de escolaridade dos pais
			Q7	Distribuição por estatuto social subjetivo do participante
	Contexto de vizinhança	Q8	Distribuição por perceção de qualidade de vida	

			no bairro/ na vizinhança
		Q9	Distribuição por sentimento de insegurança / medo do crime
Interações diretas com os polícias	Contactos voluntários	Q10	Distribuição mediante existência de contactos diretos voluntários com polícias
	Satisfação com os contactos voluntários	Q11	Distribuição mediante satisfação das interações iniciadas pelo cidadão
	Contactos involuntários	Q12	Distribuição mediante existência de contactos diretos involuntários com polícias
	Satisfação com os contactos involuntários	Q32	Distribuição mediante satisfação das interações iniciadas pelos polícias
Interações indiretas com os polícias	Fontes de interação indireta da atuação da PSP	Q14	Distribuição mediante fonte de interação indireta
	Satisfação com as interações indiretas	Q15	Distribuição mediante satisfação com as interações indiretas

Interações com polícias em ambiente universitário	Tipo de contacto com os polícias na universidade – se direto voluntário, direto involuntário ou indireto	Q16	Distribuição conforme o tipo de interação com os polícias
	Satisfação com o contacto em ambiente universitário	Q17	Distribuição mediante satisfação com a interação
Atitudes em relação aos polícias	Atitudes gerais em relação aos polícias	Q18	Média das atitudes gerais em relação aos polícias
	Perceção de imparcialidade dos polícias na sua atuação		Média da perceção de imparcialidade na atuação policial

Apêndice B: Autorização para o uso da variável Posição Social Subjetiva

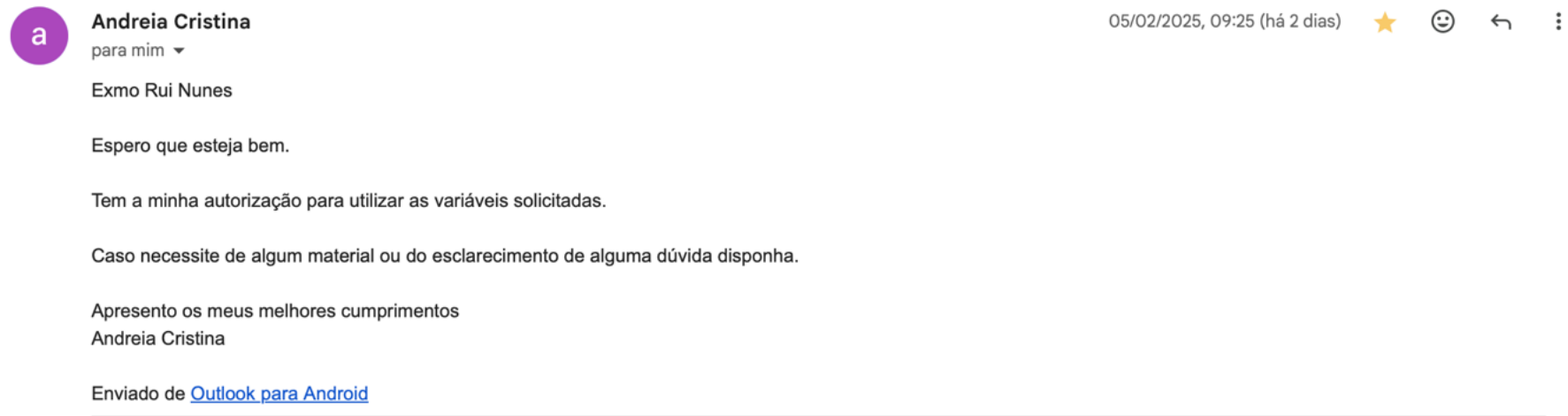


Figura 2 - Autorização para o uso da variável Posição Social Subjetiva

Apêndice C: Autorização para o uso da escala de atitudes de Jackson & Bradford (2019)

Attitude Scale for Master's Dissertation



Jackson,JP <J.P.Jackson@lse.ac.uk>

Ontem, 12:57

Rui Manuel Carlos Nunes ↕

📧 Responder a todos | ▾

Atenção: Este email foi originado fora da RNSL. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Sure go for it!

...

Figura 3 - Autorização para o uso da escala de atitudes de Jackson & Bradford (2019)

Apêndice D: Autorização para o uso da Perceptions of Police Scale (POPS)

Thank you!

Thank you for submitting your answers. You may now download the POPS from:

https://drive.google.com/file/d/13-HhS6z0CqU_oow9NczE4hNvstGiJisC/view?usp=sharing

When you complete or publish your findings, please report any significant findings to:

<https://www.kevinnadal.com/contact>

Figura 4 - Autorização para o uso da Perceptions of Police Scale (POPS)

Apêndice E: Versão final da Perceptions of Police Scale (POPS) usada no estudo

	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Os policias são simpáticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os policias oferecem-me proteção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os policias tratam todas as pessoas de forma justa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gosto das forças policiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os policias são boas pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A Policia não é discriminatória	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A Policia providencia proteção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A Policia é uma instituição de utilidade pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A Policia é merecedora de confiança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A Policia é considerada credível	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os policias são imparciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os policias preocupam-se com a minha comunidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Figura 5 - Versão final da Perceptions of Police Scale (POPS) usada no estudo

Apêndice F: Questionário Aplicado

Atitudes dos jovens relativamente à Polícia de Segurança Pública

O presente questionário é exclusivamente dirigido a estudantes que frequentam estabelecimentos do ensino superior de Lisboa e com idade entre 18 e 25 anos. Se não cumpres ambos os critérios, por favor não respondas.

A tua participação é anónima e muito importante para o estudo. Obrigado pelo teu tempo.

* Indica uma pergunta obrigatória



1. Declaração de consentimento informado *

Este questionário insere-se numa dissertação de mestrado e tem como objetivo perceber quais as atitudes dos jovens que frequentam estabelecimentos de ensino superior de Lisboa em relação à Polícia de Segurança Pública. As respostas dadas serão tratadas de forma automática e anónima. Em nenhuma questão é solicitado qualquer elemento de informação que possa identificar o participante. Quando submeteres as tuas respostas, estarás a dar o teu consentimento informado para tratamento dos dados recolhidos. Muito obrigado pela tua colaboração.

Marcar tudo o que for aplicável.

Declaro que consinto.

Caracterização sociodemográfica

Nesta secção, procuramos compreender o teu perfil, para analisarmos a forma como diferentes características sociodemográficas influenciam as atitudes em relação aos polícias.

Figura 6 - Questionário aplicado 1/9

2. És estudante num estabelecimento de ensino superior em Lisboa (universidade, faculdade, instituto superior, escola superior)? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

3. Qual é a tua idade? *

Marcar apenas uma oval.

18

19

20

21

22

23

24

25

4. Qual é o teu sexo? *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

Figura 7 - Questionário aplicado 2/9

5. Consideras pertencer a um grupo social em desvantagem social (grupo étnico, grupo nacional, minoria religiosa, grupo com identidade sexual discriminada, grupo político fora do espectro político-partidário convencional)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

6. Numa escala de 1 a 10, onde 1 significa menos dinheiro, menos acesso à educação e empregos menos prestigiados, onde consideras que o agregado familiar de que fazes parte se situa? *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. Quanto aos estudos dos teus pais: *

Marcar tudo o que for aplicável.

	Não	Sim
O teu pai também teve oportunidade de frequentar o ensino superior?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A tua mãe também teve oportunidade de frequentar o ensino superior?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Figura 8 - Questionário aplicado 3/9

8. Numa escala de 1 a 10, onde 1 significa menos dinheiro, menos acesso à educação e empregos menos prestigiados, onde consideras que tu próprio te situas? *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Contexto de vizinhança

Aqui, procuramos avaliar como percecionas o local onde vives, nomeadamente no que concerne a fatores como a qualidade de vida e o medo que sentes de vir a ser vítima de um crime.

9. De 1 (muito mau) a 10 (muito bom) como classificarias a qualidade de vida no teu bairro/ vizinhança? *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Mui Muito bom

10. De 1 (nenhum medo) a 10 (imenso medo) como classificarias o medo que sentes de ser vítima de um crime no teu bairro/ vizinhança? *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Nenl Muito medo

Estás quase a terminar!

Interações com agentes policiais

Nesta secção exploramos os contactos que mantiveste com policias, bem como a tua satisfação com estes.

Figura 9 - Questionário aplicado 4/9

11. Nos últimos 2 anos, alguma vez tiveste a iniciativa de abordar ou contactar um agente policial? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, mais do que uma vez
 Sim, uma só vez
 Não, nunca

12. Se respondeste que sim, por favor indica o teu grau de satisfação com a interação ou interações que ocorreram.

Marcar apenas uma oval.

- 1 2 3 4 5
Nad: Completamente satisfeito

13. Nos últimos 2 anos, foste contactado ou abordado por algum agente policial? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

14. Se respondeste que sim, por favor indica o teu grau de satisfação com a interação que resultou de iniciativa do polícia.

Marcar apenas uma oval.

- 1 2 3 4 5
Nad: Completamente satisfeito

Figura 10 - Questionário aplicado 5/9

15. Através de que meios é que frequentemente tens conhecimento de atuações policiais? *

Marcar apenas uma oval.

- Redes sociais / Internet
- Orgãos de comunicação social
- Por parte de outras pessoas
- Raramente tenho conhecimento de atuações policiais
- Outro

16. Se tiveste conhecimento de alguma atuação policial através de meios digitais ou por terceiros, por favor indica o teu grau de satisfação com a mesma.

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nad: Completamente satisfeito

17. Tiveste conhecimento de alguma atuação policial em ambiente universitário? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, procurei um policia
- Sim, fui abordado por um policia
- Sim, através de meios digitais / através de terceiros
- Não

18. Se respondeste que sim, por favor indica o teu grau de satisfação com a mesma.

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Nad: Completamente satisfeito

Figura 11 - Questionário aplicado 6/9

Só falta a última pergunta!

Atitudes em relação aos polícias

Aqui, procuramos medir as tuas atitudes em relação aos polícias. Apelamos à tua sinceridade.

Figura 12 - Questionário aplicado 7/9

19. *

Marcar tudo o que for aplicável.

	Discordo Totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Os polícias são simpáticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os polícias oferecem-me proteção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os polícias tratam todas as pessoas de forma justa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gosto das forças policiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os polícias são boas pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A Policia não é discriminatória	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A Policia providencia proteção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A Policia é uma instituição de utilidade pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A Policia é merecedora de confiança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A Policia é considerada credível	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Figura 13 - Questionário aplicado 8/9

credível					
Os policias são imparciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os policias preocupam-se com a minha comunidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caso tenhas alguma questão ou pretendas saber quais os principais resultados deste estudo, contacta rmunes2901@gmail.com

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Figura 14 - Questionário aplicado 9/9

Apêndice G: Mail modelo enviado aos estabelecimentos de ensino superior de Lisboa

Pedido de colaboração em dissertação de mestrado



Rui Manuel Carlos Nunes

seg 10-03, 23:08
iscal@iscal.ipl.pt

Responder a todos | v

Exmos. Senhores,
Bom dia.

O meu nome é Rui Nunes e sou estudante do segundo ano do Mestrado em Segurança Pública no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI).

No âmbito da minha dissertação, estou a desenvolver um estudo sobre as atitudes dos jovens que frequentam estabelecimentos de ensino superior de Lisboa em relação à Polícia, com o objetivo de contribuir para uma melhor relação entre as camadas jovens da sociedade e a Polícia.

Para a recolha de dados, elaborei um questionário direcionado a estudantes do ensino superior em Lisboa. Gostaria, por isso, de solicitar a vossa colaboração na sua divulgação junto dos alunos. A participação é anónima e voluntária, e os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins académicos.

Caso seja possível apoiar esta iniciativa, o link para acesso ao questionário é:

<https://forms.gle/QmQhs4yvRsfT3ugg9>

Fico inteiramente disponível para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais; agradecendo desde já a atenção e qualquer apoio que possam dispensar.

Sem mais delongas,

Cordialmente,

Rui Manuel Carlos Nunes

Aspirante

3721/158338

Rua 1º de Maio, nº3 | 1349-040 Lisboa | PORTUGAL

Tel: (+351) 21 361 39 00 | Fax: (+351) 21 361 05 35

Email: rmcnunes@psp.pt

 policiasegurancapublica | iscpsi.policia



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

www.psp.pt | www.iscpsi.pt



Figura 15 - Mail modelo enviado aos estabelecimentos de ensino superior de Lisboa

Apêndice H: Colaboração por parte dos estabelecimentos de ensino superior de Lisboa



ese@escolasjoaodeus.pt

sex 14-03, 17:22

Rui Manuel Carlos Nunes

Responder a todos

Atenção: Este email foi originado fora da RNSI. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Exmo. Senhor,

Acusamos a receção do seu e-mail e informamos eu foi dado conhecimento do mesmo aos nossos estudantes para que possam participar.

Com os melhores cumprimentos.



Serviços Administrativos

[ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS](#)

Email: ese@escolasjoaodeus.pt

<http://www.joaodeus.pt/>

Telef.: +351 21 396 81 54 (Chamada para a rede fixa nacional)

[Av. Álvares Cabral, n.º 69](#)

1269-094 LISBOA

...

Figura 16 - Colaboração por parte da Escola Superior de Educação João de Deus

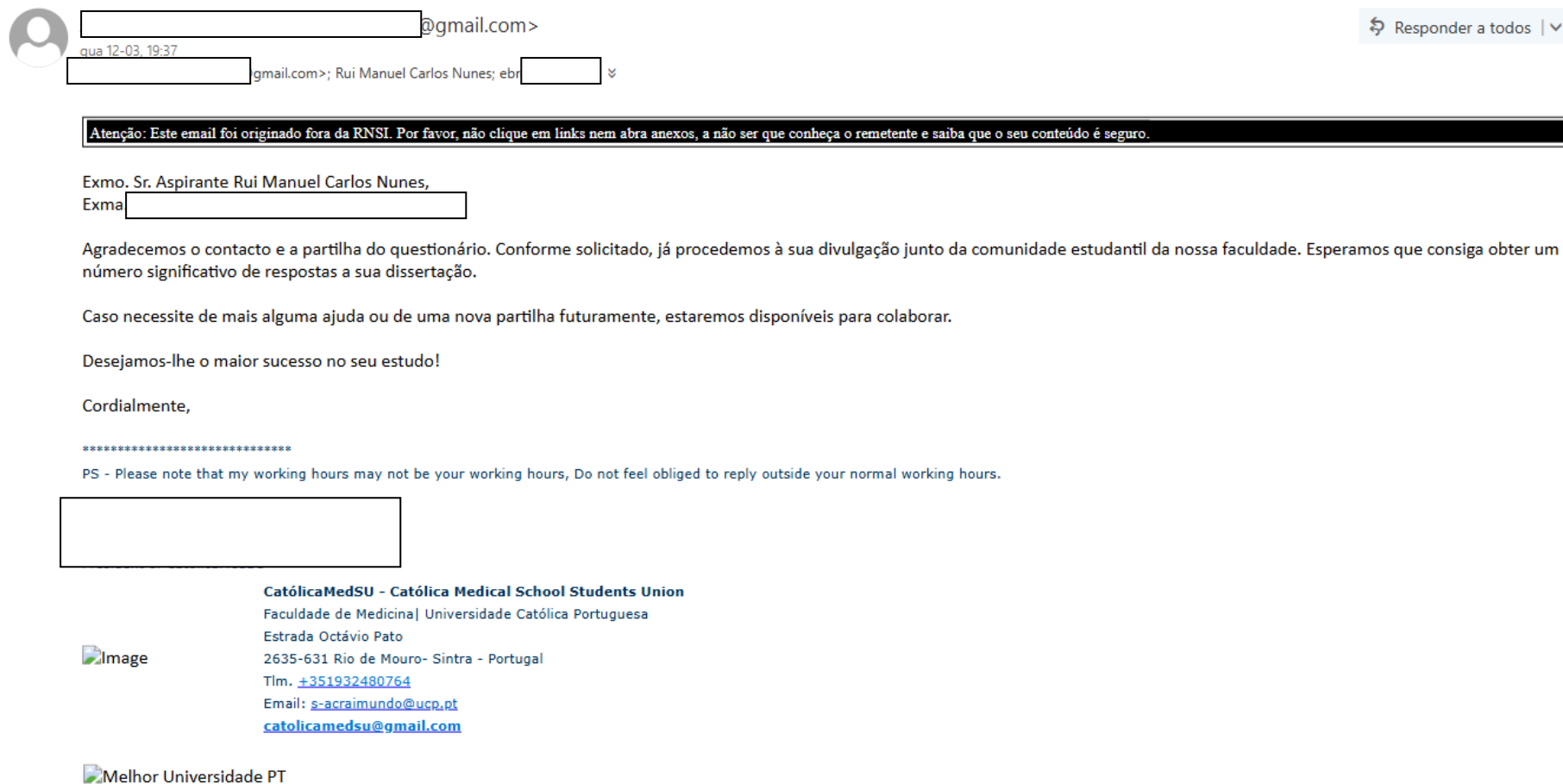


Figura 17 - Colaboração por parte da Faculdade de Medicina da Universidade Católica Portuguesa



Divisão Académica <secensino@ihmt.unl.pt>

qua 12-03, 16:46

Rui Manuel Carlos Nunes; Geral IHMT <geral@ihmt.unl.pt> ✕

Responder a todos | v

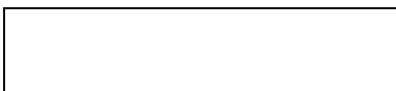
Atenção: Este email foi originado fora da RNSI. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Boa tarde

Informamos que procedemos à divulgação do seu questionário junto dos estudantes do IHMT com idades até aos 25 anos.

Desejamos-lhe boa sorte e felicidades para o seu Mestrado.

Com os melhores cumprimentos,



Tel: +351 213 652 608 / 213 652 600 | email: secensino@ihmt.unl.pt



Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Universidade NOVA de Lisboa

Rua da Junqueira n.º 100 | 1349-008 Lisboa

www.ihmt.unl.pt | [facebook](#) | [youtube](#)

...

Figura 18 - Colaboração por parte do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade NOVA de Lisboa

Apêndice I – Correlações entre as variáveis e as atitudes face à Polícia

Tabela 17 - Correlações entre as variáveis e as atitudes dos participantes

	Enviesamento	Atitudes gerais
Idade	,018	,000
EseFamilia	,101*	,206**
EseProprio	,198**	,264**
QualidadeBairro	,095*	,193**
Medo	-,015	-,080
SatiAbordou	,525**	,539**
SatAbordado	,540**	,595**
SatIndireta	,639**	,636**
SatUniversidade	,402**	,568**

* $p \leq .05$ ** $p \leq .01$ *** $p \leq .001$

Apêndice J – Descrição da amostra e dos resultados

Tabela 18 - Descrição da amostra

	N	%
Idade (M; DP)	21,5	2
Género		
Feminino	247	53,9
Masculino	211	46,1
Habilitações do pai		
Não frequentou Ens. superior	265	57,9
Freq. Ens. superior	193	42,1
Habilitações da mãe		
Não frequentou Ens superior	196	42,8
Freq. Ens superior	262	57,2
Pertença a grupo em desvantagem social		
Não	389	84,9
Sim	69	15,1

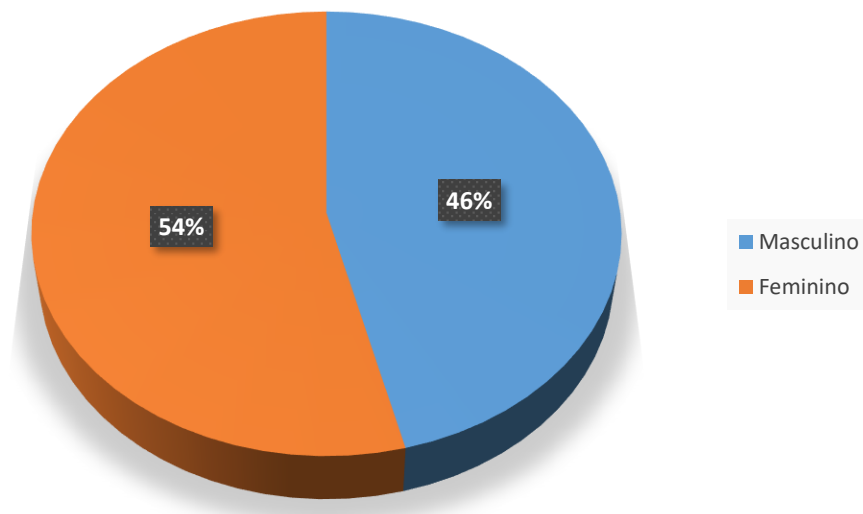


Figura 19 - Distribuição dos participantes por sexo

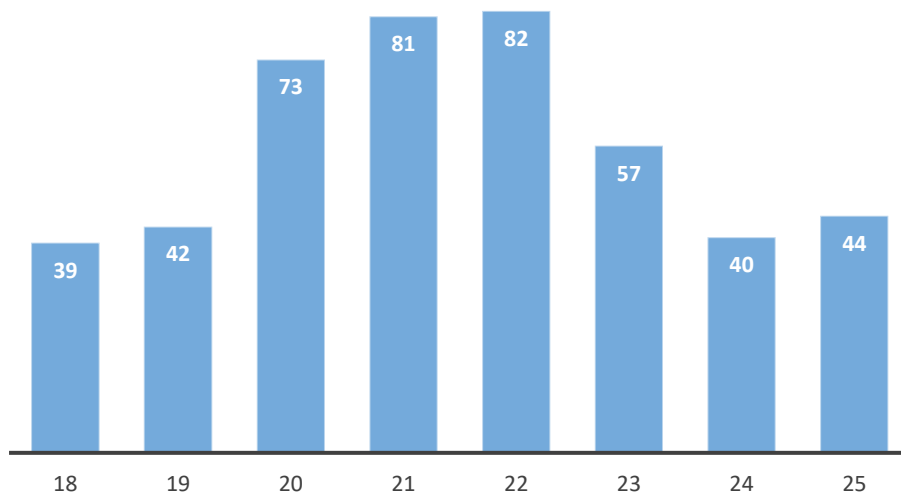


Figura 20 - Idade dos participantes

Tabela 19 - Idade dos participantes

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
idade	458	18	25	21,48	2,019

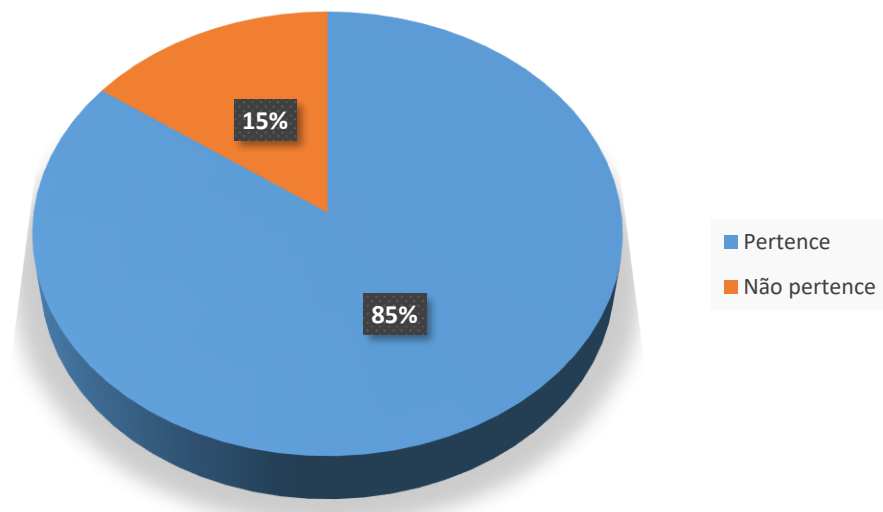


Figura 21 - Distribuição por pertença a grupo social em desvantagem social

Tabela 20 - Distribuição por pertença a grupo social em desvantagem social

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Não	389	84,9	84,9	84,9
Sim	69	15,1	15,1	100,0
Total	458	100,0	100,0	

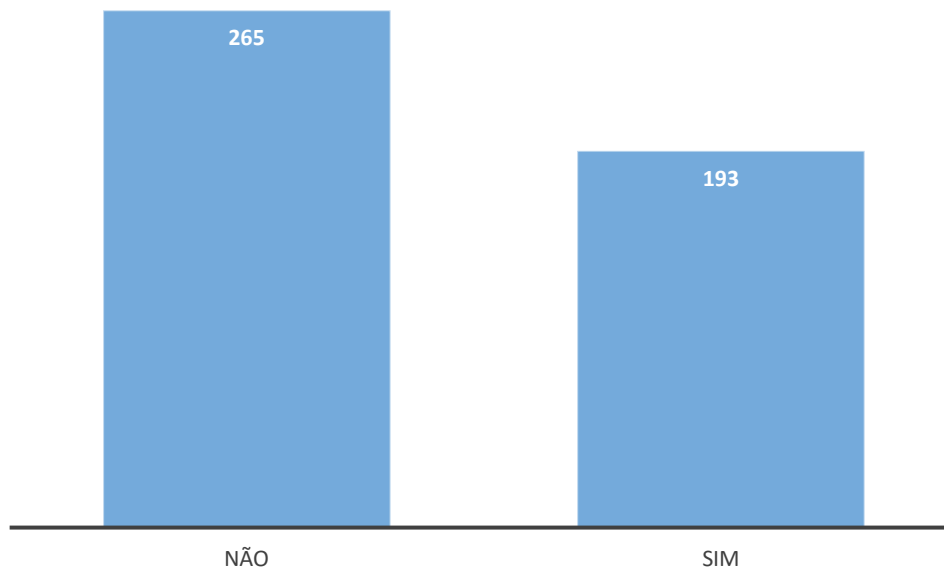


Figura 22 - Pai do participante e oportunidade de frequentar ensino superior

Tabela 21 - Pai do participante e oportunidade de frequentar ensino superior

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	258	56,3	56,3	56,3
	Não, Sim	7	1,5	1,5	57,9
	Sim	193	42,1	42,1	100,0
	Total	458	100,0	100,0	

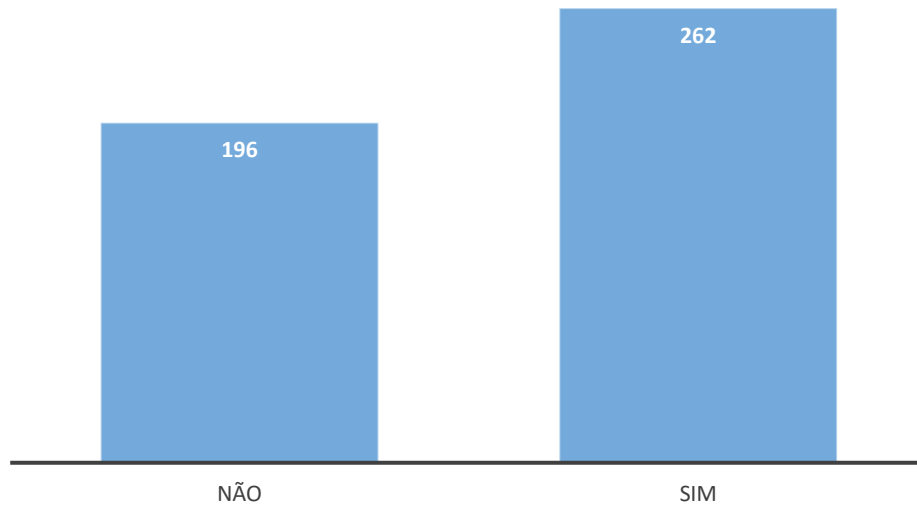


Figura 23 - Mãe do participante e oportunidade de frequentar ensino superior

Tabela 22 - Mãe do participante e oportunidade de frequentar ensino superior

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	190	41,5	41,5	41,5
	Não, Sim	6	1,3	1,3	42,8
	Sim	262	57,2	57,2	100,0
	Total	458	100,0	100,0	

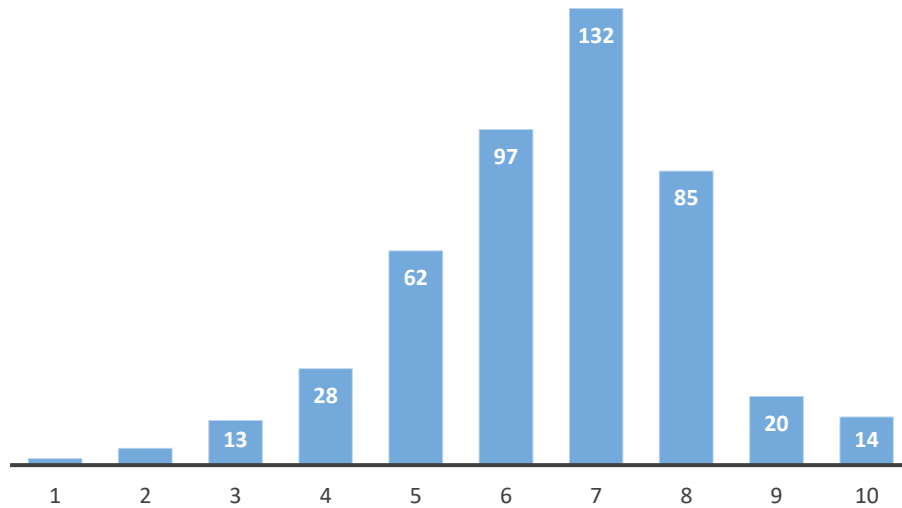


Figura 24 - Distribuição por estatuto socioeconómico familiar

Tabela 23- Distribuição por estatuto socioeconómico familiar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	2	,4	,4	,4
	2	5	1,1	1,1	1,5
	3	13	2,8	2,8	4,4
	4	28	6,1	6,1	10,5
	5	62	13,5	13,5	24,0
	6	97	21,2	21,2	45,2
	7	132	28,8	28,8	74,0
	8	85	18,6	18,6	92,6
	9	20	4,4	4,4	96,9
	10	14	3,1	3,1	100,0
Total		458	100,0	100,0	

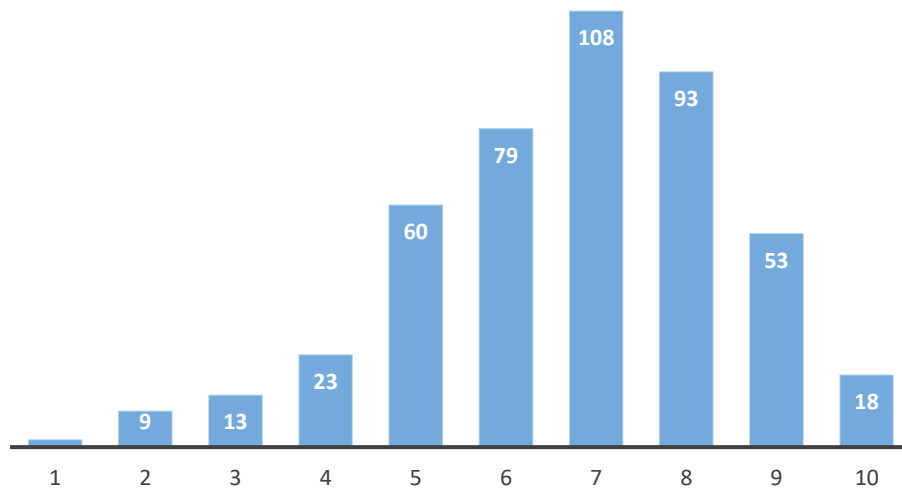


Figura 25 - Distribuição por estatuto socioeconómico próprio

Tabela 24- Distribuição por estatuto socioeconómico próprio

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	2	,4	,4	,4
	2	9	2,0	2,0	2,4
	3	13	2,8	2,8	5,2
	4	23	5,0	5,0	10,3
	5	60	13,1	13,1	23,4
	6	79	17,2	17,2	40,6
	7	108	23,6	23,6	64,2
	8	93	20,3	20,3	84,5
	9	53	11,6	11,6	96,1
	10	18	3,9	3,9	100,0
Total	458	100,0	100,0		

Tabela 25 - Média e desvio padrão do estatuto socioeconómico familiar e próprio

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Agregado familiar se situa	1	10	6,50	1,60
Tu próprio te situas	1	10	6,73	1,79

Tabela 26 - Média e desvio padrão da qualidade de vida e do medo de ser vítima de um crime

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Qualidade de vida no teu bairro	1	10	7,21	1,827
Medo que sentes de ser vítima	1	10	3,40	2,345

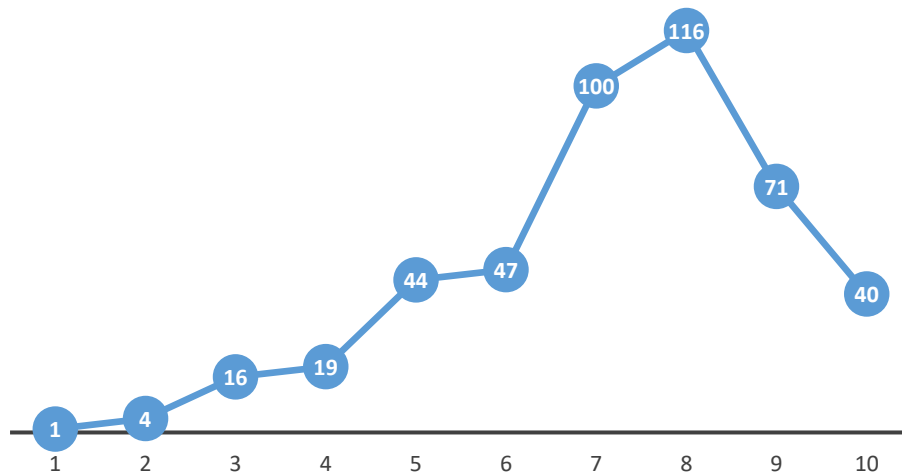


Figura 26 - Qualidade de vida no bairro do participante

Tabela 27 - Qualidade de vida no bairro do participante

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	1	,2	,2	,2
	2	4	,9	,9	1,1
	3	16	3,5	3,5	4,6
	4	19	4,1	4,1	8,7
	5	44	9,6	9,6	18,3
	6	47	10,3	10,3	28,6
	7	100	21,8	21,8	50,4
	8	116	25,3	25,3	75,8
	9	71	15,5	15,5	91,3
	10	40	8,7	8,7	100,0
Total	458	100,0	100,0		

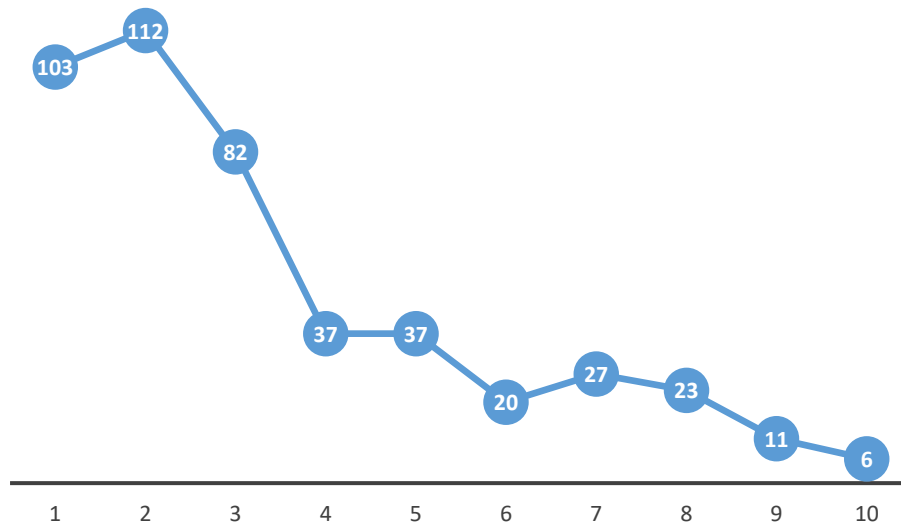


Figura 27 - Medo de ser vítima de um crime

Tabela 28 - Medo de ser vítima de um crime

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	103	22,5	22,5	22,5
	2	112	24,5	24,5	46,9
	3	82	17,9	17,9	64,8
	4	37	8,1	8,1	72,9
	5	37	8,1	8,1	81,0
	6	20	4,4	4,4	85,4
	7	27	5,9	5,9	91,3
	8	23	5,0	5,0	96,3
	9	11	2,4	2,4	98,7
	10	6	1,3	1,3	100,0
Total		458	100,0	100,0	

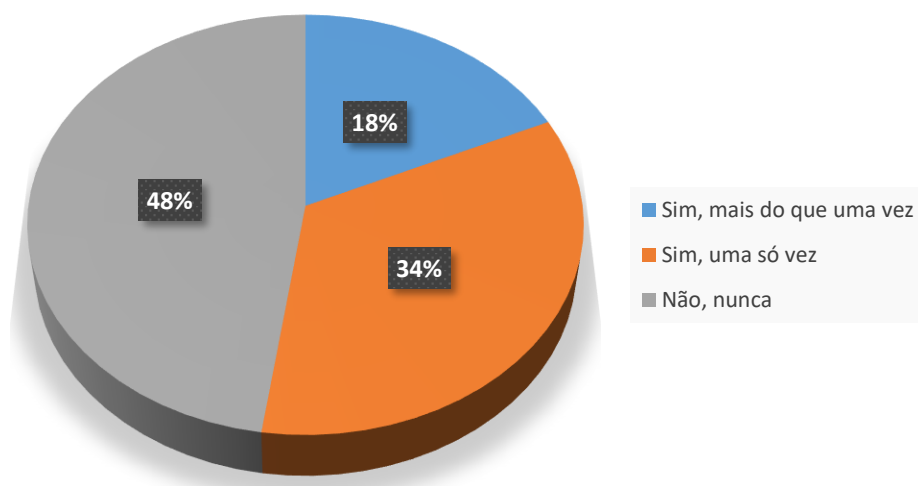


Figura 28 - Interações diretas voluntárias com os polícias

Tabela 29 - Interações diretas voluntárias com os polícias

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não, nunca	247	53,9	53,9	53,9
	Sim, mais do que uma vez	94	20,5	20,5	74,5
	Sim, uma só vez	117	25,5	25,5	100,0
	Total	458	100,0	100,0	

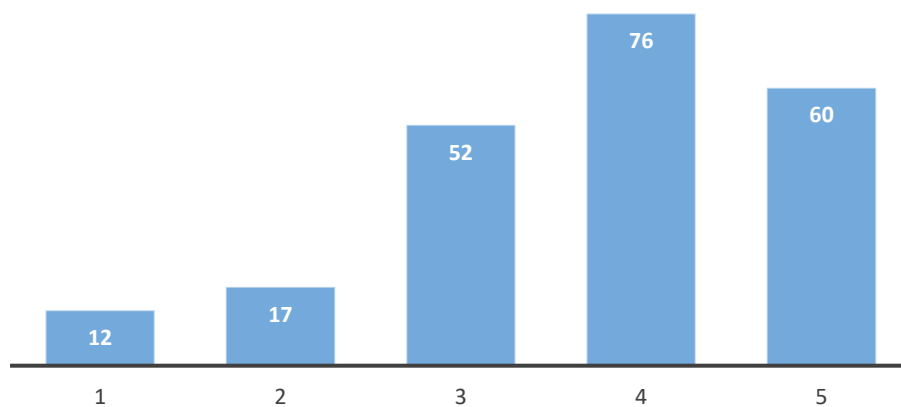


Figura 29 - Satisfação com interações diretas voluntárias

Tabela 30 - Satisfação com interações diretas voluntárias

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	12	2,6	5,5	5,5
	2	17	3,7	7,8	13,4
	3	52	11,4	24,0	37,3
	4	76	16,6	35,0	72,4
	5	60	13,1	27,6	100,0
	Total	217	47,4	100,0	
Missing	System	241	52,6		
Total		458	100,0		

Tabela 31- Média e desvio padrão da satisfação com interações diretas voluntárias

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Satisfação com a interação	1	5	3,70	1,123

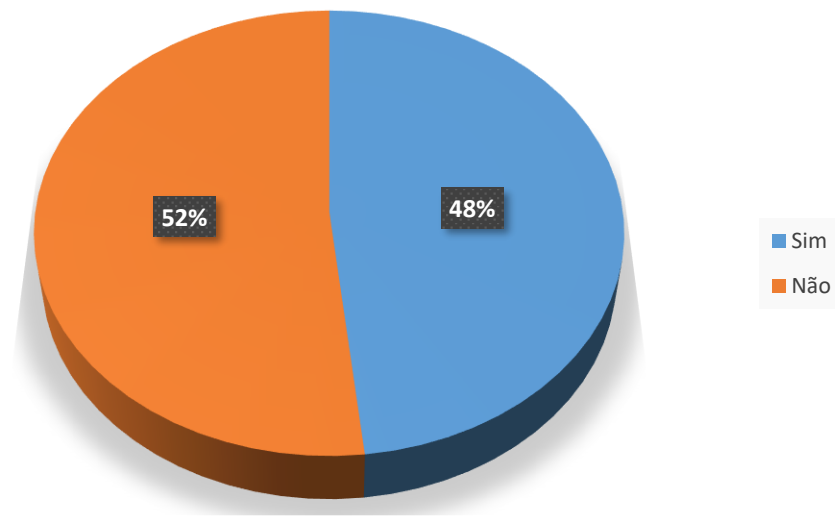


Figura 30 - Interações diretas involuntárias

Tabela 32 - Interações diretas involuntárias

Abordado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	237	51,7	51,7	51,7
	Sim	221	48,3	48,3	100,0
Total		458	100,0	100,0	

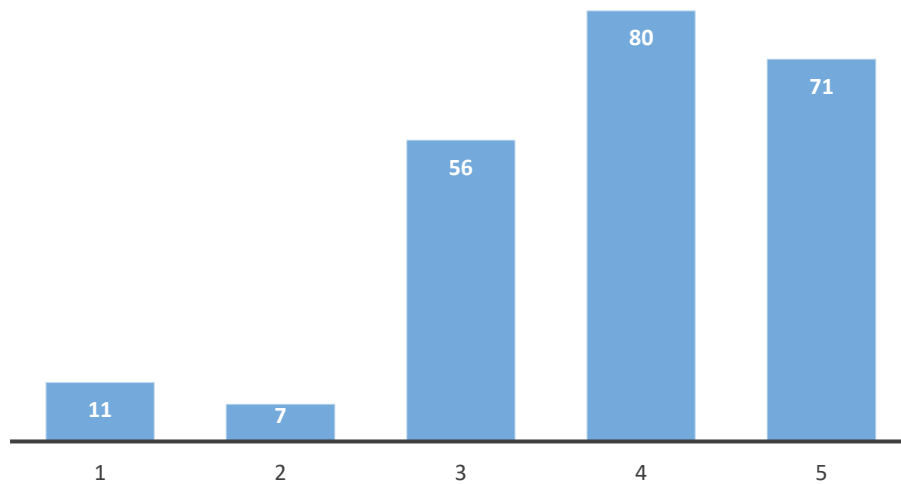


Figura 31 - Satisfação com interações diretas involuntárias

Tabela 33- Satisfação com interações diretas involuntárias

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	11	2,4	4,9	4,9
	2	7	1,5	3,1	8,0
	3	56	12,2	24,9	32,9
	4	80	17,5	35,6	68,4
	5	71	15,5	31,6	100,0
	Total	225	49,1	100,0	
Missing	System	233	50,9		
Total		458	100,0		

Tabela 34- Média e desvio padrão da satisfação com interações diretas involuntárias

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Satisfação com a interação	1	5	3,86	1,05

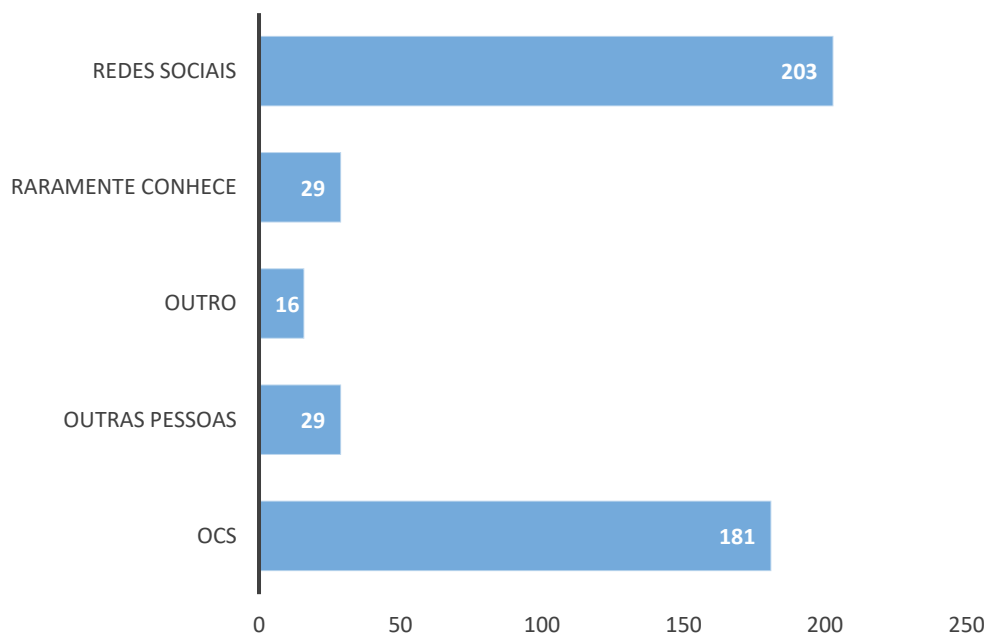


Figura 32 - Meios de contacto indireto

Tabela 35 - Meios de contacto indireto

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Orgãos de comunicação social	181	39,5	39,5	39,5
	Outro	16	3,5	3,5	43,0
	Por parte de outras pessoas	29	6,3	6,3	49,3
	Raramente tenho conhecimento de atuações policiais	29	6,3	6,3	55,7
	Redes sociais / Internet	203	44,3	44,3	100,0
	Total	458	100,0	100,0	

Tabela 36 - Média de satisfação com interação indireta, por meio de interação

	Meios	Mean	Std. Deviation	N
Enviesamento	Orgãos de comunicação social	2,9576	,93560	181
	Redes sociais / Internet	3,0673	,99579	203
	Por parte de outras pessoas	3,0460	1,03020	29
	Outros	3,2708	1,41012	16
	Total	3,0272	,99010	429
Atitudes Gerais	Orgãos de comunicação social	3,7477	,63806	181
	Redes sociais / Internet	3,8911	,73295	203
	Por parte de outras pessoas	3,6820	,96029	29
	Outros	3,8056	,96396	16
	Total	3,8133	,72354	429

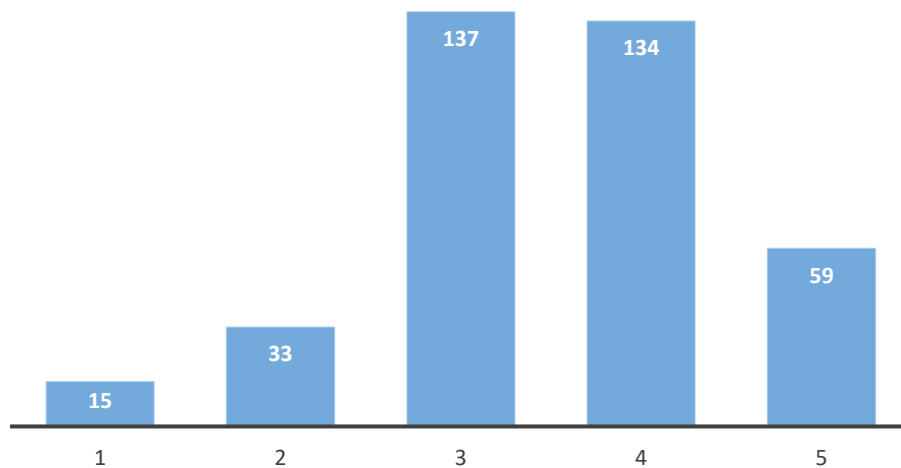


Figura 33 - Satisfação com interação indireta

Tabela 37 - Satisfação com interação indireta

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	15	3,3	4,0	4,0
	2	33	7,2	8,7	12,7
	3	137	29,9	36,2	48,9
	4	134	29,3	35,4	84,4
	5	59	12,9	15,6	100,0
	Total	378	82,5	100,0	
Missing	System	80	17,5		
Total		458	100,0		

Tabela 38 - Média e desvio padrão da satisfação com interação indireta

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Satisfação com a interação	1	5	3,50	,98

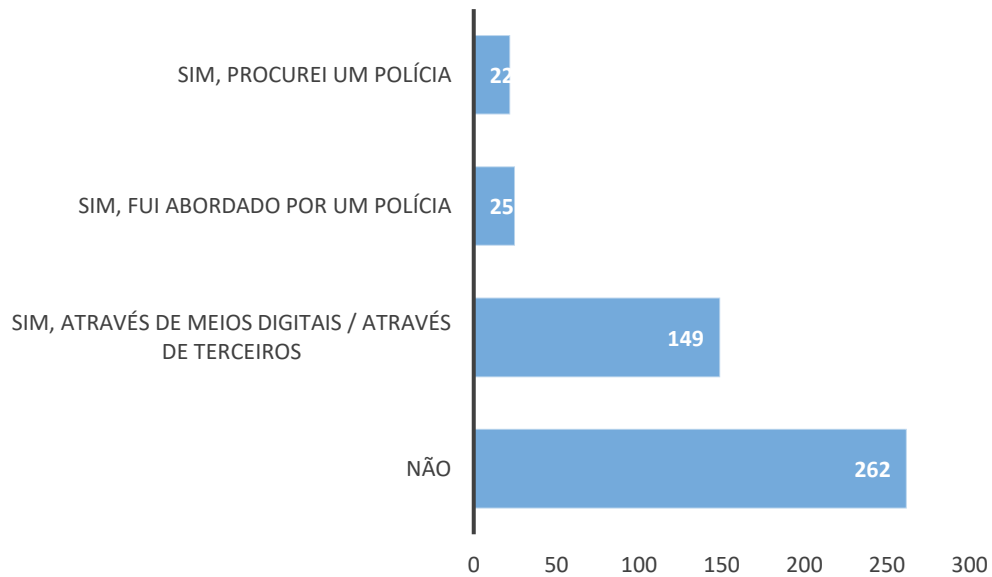


Figura 34 - Tipo de interação em ambiente universitário

Tabela 39 - Tipo de interação em ambiente universitário

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	262	57,2	57,2	57,2
	Sim, através de meios digitais / através de terceiros	149	32,5	32,5	89,7
	Sim, fui abordado por um polícia	25	5,5	5,5	95,2
	Sim, procurei um polícia	22	4,8	4,8	100,0
	Total	458	100,0	100,0	

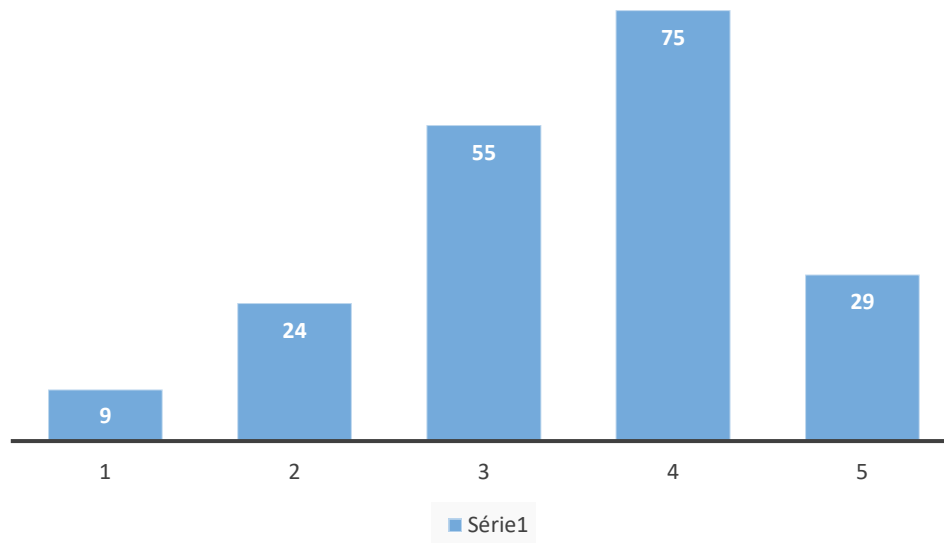


Figura 35 - Satisfação com interação em ambiente universitário

Tabela 40 - Satisfação com a interação mantida em ambiente universitário

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	9	2,0	4,7	4,7
	2	24	5,2	12,5	17,2
	3	55	12,0	28,6	45,8
	4	75	16,4	39,1	84,9
	5	29	6,3	15,1	100,0
	Total	192	41,9	100,0	
Missing	System	266	58,1		
Total		458	100,0		

Tabela 41 - Média e desvio padrão da satisfação dos participantes com a interação mantida em ambiente universitário

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Satisfação com a interação	1	5	3,47	1,04

Tabela 42 - Estatísticas descritivas quanto ao sexo e as atitudes em relação à Polícia

	sexo	Mean	Std. Deviation	N
Enviesamento	Feminino	2,8448	,94507	247
	Masculino	3,2054	,98719	211
	Total	3,0109	,98030	458
Atitudes Gerais	Feminino	3,7009	,70851	247
	Masculino	3,9115	,71213	211
	Total	3,7979	,71715	458

Anexos

Anexo A: Perceptions of Police Scale (POPS)

PERCEPTIONS OF POLICE SCALE

Authors: Nadal, K. L., & Davidoff, K. C. (2015)

Directions. Below are questions regarding perceptions of the police in the United States (U.S.). Using the 5-point scale, please rate how much you personally agree or disagree with each statement. Record your response to the left of each item.

	1	2	3	4	5
	I Strongly				I Strongly
	Agree				Disagree
1. _____	Police officers are				
friendly.					
2. _____	Police officers protect				
me.					
3. _____	Police officers treat all				
people fairly.					
4. _____	I like the police.				
5. _____	The police are good				
people.					
6. _____	The police do not				
discriminate.					
7. _____	The police provide safety.				
8. _____	The police are helpful.				
9. _____	The police are				
trustworthy.					
10. _____	The police are reliable.				
11. _____	Police officers are				
unbiased.					
12. _____	Police officers care about				
my community.					

Figura 36 - Perceptions of Police Scale (POPS)

Anexo B: Tradução certificada da Perceptions of Police Scale (POPS)

ESCALA DE OPINIÃO SOBRE A POLÍCIA

Autores: Nadal, K. L., & Davidoff, K. C. (2015)

Instruções: Seguem-se perguntas sobre a sua opinião acerca das forças policiais nos Estados Unidos da América (EUA). Utilizando a escala de 5 pontos, indique até que ponto concorda ou discorda de cada questão. Anote a sua resposta à esquerda de cada questão.

1 2 3 4 5

Concordo Totalmente

Discordo Totalmente

1. Os agentes de polícia são simpáticos.
2. Os agentes de polícia oferecem-me proteção.
3. Os agentes de polícia tratam todas as pessoas de forma justa.
4. Gosto das forças policiais.
5. Os agentes de polícia são boas pessoas.
6. A Polícia não é discriminatória.
7. A Polícia providencia proteção.
8. A Polícia é uma instituição de utilidade pública.
9. A Polícia é merecedora de confiança.
10. A Polícia é considerada credível.
11. Os agentes da polícia são imparciais.
12. Os agentes da polícia preocupam-se com a minha comunidade.

Figura 37 - Tradução certificada da Perceptions of Police Scale (POPS)